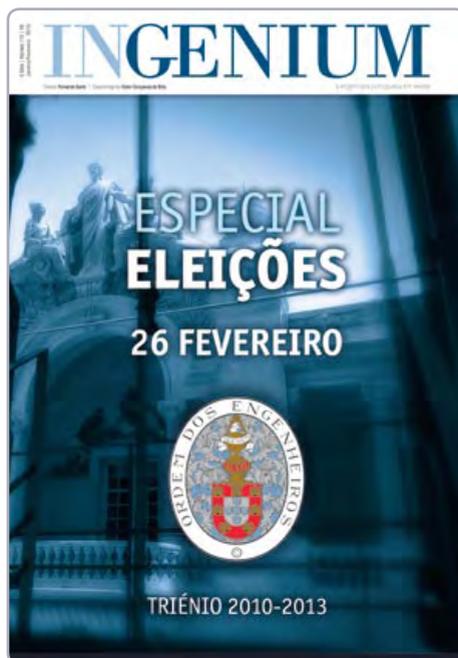


ESPECIAL ELEIÇÕES

26 FEVEREIRO



TRIÉNIO 2010-2013



Ficha Técnica

II SÉRIE N.º 115 - JANEIRO/FEVEREIRO 2010

INGENIUM

Propriedade: **Ingenium Edições, Lda.**
Director: **Fernando Santo**
Director-Adjunto: **Victor Gonçalves de Brito**

Conselho Editorial:

Ema Coelho, António Aires Messias, Aires Barbosa Ferreira, Pedro Bernardo, João Moura Bordado, Paulo Correia, Ana Maria Fonseca, Miguel de Castro Neto, Pedro Ochoa de Carvalho, Maria Manuela de Oliveira, Mário Rui Gomes, Helena Farral, Teresa Ponce de Leão, Maria Helena Terêncio, António Carrasquinho de Freitas, Armando Ribeiro, Paulo Botelho Moniz

Edição, Redacção, Produção Gráfica e Publicidade:
Ingenium Edições, Lda.

Sede Av. António Augusto de Aguiar, 3 D - 1069-030 Lisboa
Tel.: 21 313 26 00 - Fax: 21 352 46 32
E-mail: gabinete.comunicacao@ordemdosengenheiros.pt

Região Norte Rua Rodrigues Sampaio, 123 - 4000-425 Porto
Tel.: 22 207 13 00 - Fax: 22 200 28 76

Região Centro Rua Antero de Quental, 107 - 3000 Coimbra
Tel.: 239 855 190 - Fax: 239 823 267

Região Sul Av. Sidónio Pais, 4-E - 1050-212 Lisboa
Tel.: 21 313 26 00 - Fax: 21 313 26 90

Região Açores Rua do Mello, 23, 2.º - 9500-091 Ponta Delgada
Tel.: 296 628 018 - Fax: 296 628 019

Região Madeira Rua da Alegria, 23, 2.º - 9000-040 Funchal
Tel.: 291 742 502 - Fax: 291 743 479

Edição e Coordenação de Produção: **Marta Parrado**

Redacção: **Nuno Miguel Tomás**

Colégios: **Alice Freitas**

Publicidade e Marketing: **Dolores Pereira**

Concepção Gráfica e Paginação: **Ricardo Caiado**

Impressão: **Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, S.A.**
Rua Consiglieri Pedrosa, 90 - Casal de Sta. Leopoldina
2730-053 Barcarena

Publicação **Bimestral**

Tiragem: **45.500 exemplares**

Registo no ICS n.º 105659 | NIPC: 504 238 175 | API: 4074

Depósito Legal n.º 2679/86 | ISSN 0870-5968

ORDEM DOS ENGENHEIROS

Bastonário: Fernando Santo

Vice-Presidentes: Sebastião Feyo de Azevedo,
Victor Manuel Gonçalves de Brito

Conselho Directivo Nacional:

Fernando Santo (Bastonário), Sebastião Feyo de Azevedo (Vice-Presidente Nacional), Victor Gonçalves de Brito (Vice-Presidente Nacional), Gerardo Saraiva Menezes (Presidente CDRN), Fernando de Almeida Santos (Secretário CDRN), Celestino Flório Quaresma (Presidente CDRC), Valdemar Ferreira Rosas (Secretário CDRC), António Coelho dos Santos (Presidente CDRS), Maria Filomena Ferreira (Secretário CDRS).

Conselho de Admissão e Qualificação:

João Lopes Porto (Civil), Fernando Branco (Civil), Carlos Salema (Electrotécnica), Rui Leuschner Fernandes (Electrotécnica), Pedro Coimbra (Mecânica), Luís de Andrade Ferreira (Mecânica), Fernando Real (Geológica e Minas), Nuno Feodor Grossmann (Geológica e Minas), Emilio Pereira Rosa (Química), Fernando Ramôa Ribeiro (Química), Jorge Beirão Reis (Naval), António Balcão Reis (Naval), Octávio Borges Alexandrino (Geográfica), João Catalão Fernandes (Geográfica), Pedro Lynce de Faria (Agronómica), Luís Santos Pereira (Agronómica), Ângelo Carvalho Oliveira (Florestal), Maria Margarida Tavares Tomé (Florestal), Luís Filipe Malheiros (Metalúrgica e de Materiais), António Nogueira Esteves (Metalúrgica e de Materiais), José Manuel Tribolet (Informática), Pedro Dias Guerreiro (Informática), Tomás Barros Ramos (Ambiente), Arménio de Figueiredo (Ambiente).

Presidentes dos Conselhos Nacionais de Colégios:

Hipólito de Sousa (Civil), Francisco de La Fuente Sanches (Electrotécnica), Manuel Carlos Gameiro da Silva (Mecânica), Júlio Ferreira e Silva (Geológica e Minas), António Salvador Pinheiro (Química e Biológica), José Mendes Gordo (Naval), Ana Maria Fonseca (Geográfica), Miguel de Castro Neto (Agronómica), Pedro Ochoa de Carvalho (Florestal), Rui Vieira de Castro (Materiais), João Falcão e Cunha (Informática), António Guerreiro de Brito (Ambiente).

Região Norte

Conselho Directivo: Gerardo Saraiva de Menezes (Presidente), Maria Teresa Ponce de Leão (Vice-Presidente), Fernando de Almeida Santos (Secretário), Carlos Fernandes Alves (Tesoureiro).

Vogais: António Matos de Almeida, António Machado e Moura, Joaquim Ferreira Guedes.

Região Centro

Conselho Directivo: Celestino Flório Quaresma (Presidente), Maria Helena Terêncio (Vice-Presidente), Valdemar Ferreira Rosas (Secretário), Rosa de Oliveira Garcia (Tesoureira).

Vogais: Filipe Bandeira, Altino Roque Loureiro, Cristina Gaudêncio Baptista.

Região Sul

Conselho Directivo: António Coelho dos Santos (Presidente), António Carrasquinho de Freitas (Vice-Presidente), Maria Filomena Ferreira (Secretária), Maria Helena Kol (Tesoureira).

Vogais: João Caetano Gonçalves, Alberto Krohn da Silva, Carlos Machado.

Secção Regional dos Açores

Conselho Directivo: Paulo Botelho Moniz (Presidente), Victor Corrêa Mendes (Secretário), Manuel Viveiros Cordeiro (Tesoureiro).

Vogais: Manuel Hintze Gil Lobão, José Silva Brum.

Secção Regional da Madeira

Conselho Directivo: Armando Ribeiro (Presidente), Victor Cunha Gonçalves (Secretário), Rui Dias Velosa (Tesoureiro).

Vogais: Francisco Pereira Ferreira, Elizabeth de Olival Pereira.



SUMÁRIO

- 6 Nota da Comissão Eleitoral Nacional
- 7 Convocatórias
Convocatórias Eleitorais das Regiões e Secções Regionais da Ordem dos Engenheiros

CANDIDATURAS AOS ÓRGÃOS NACIONAIS

LISTA A

- 9 Bastonário e Vice-Presidentes Nacionais
- 10 Programa de Acção
Prestigiar a Engenharia – Enfrentar os Novos Desafios
- 12 Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ)
- 14 Conselhos Nacionais de Colégio

LISTA B

- 27 Bastonário e Vice-Presidentes Nacionais
- 28 Programa de Acção – **Valorizar a Engenharia com uma Ordem para todos os Engenheiros**
- 30 Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ)
- 32 Conselhos Nacionais de Colégio

LISTA C

- 45 Bastonário e Vice-Presidentes Nacionais
- 46 Programa de Acção – **Independência e Proximidade**
- 48 Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ)
- 50 Conselhos Nacionais de Colégio

CANDIDATURAS AOS ÓRGÃOS REGIONAIS

REGIÃO NORTE

LISTA RA

54 Conselho Regional de Colégio de Engenharia do Ambiente

LISTA RB

- 55 Assembleia Regional
- 55 Conselho Directivo
- 55 Conselho Fiscal
- 55 Conselho Disciplinar
- 56 Programa de Acção – Conselho Directivo da Região Norte
- 57 Conselhos Regionais de Colégio
- 58 Delegações Distritais
 - ▶ Braga
 - ▶ Bragança
 - ▶ Viana do Castelo
 - ▶ Vila Real
- 60 Assembleia de Representantes

REGIÃO CENTRO

LISTA RA

- 61 Assembleia Regional
- 61 Conselho Directivo
- 61 Conselho Fiscal
- 61 Conselho Disciplinar
- 62 Programa de Acção – Conselho Directivo da Região Centro
- 63 Conselhos Regionais de Colégio
- 64 Delegações Distritais
 - ▶ Aveiro
 - ▶ Castelo Branco
 - ▶ Guarda
 - ▶ Leiria
 - ▶ Viseu
- 66 Assembleia de Representantes

REGIÃO SUL

LISTA RA

- 67 Assembleia Regional
- 67 Conselho Directivo
- 67 Conselho Fiscal

- 67 Conselho Disciplinar
- 68 Programa de Acção – Conselho Directivo da Região Sul
- 69 Conselhos Regionais de Colégio
- 70 Delegações Distritais
 - ▶ Évora
 - ▶ Faro
 - ▶ Santarém
- 72 Assembleia de Representantes

LISTA RB

- 73 Assembleia Regional
- 73 Conselho Directivo
- 73 Conselho Fiscal
- 73 Conselho Disciplinar
- 74 Programa de Acção – Conselho Directivo da Região Sul
- 75 Conselhos Regionais de Colégio
- 76 Delegações Distritais
 - ▶ Évora
 - ▶ Faro
 - ▶ Portalegre
 - ▶ Santarém
- 78 Assembleia de Representantes

SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

LISTA A

- 79 Assembleia Regional
- 79 Conselho Directivo
- 79 Conselho Fiscal
- 79 Conselho Disciplinar
- 80 Programa de Acção – Conselho Directivo da Secção Regional dos Açores

SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

LISTA A

- 81 Assembleia Regional
- 81 Conselho Directivo
- 81 Conselho Fiscal
- 81 Conselho Disciplinar
- 82 Programa de Acção – Conselho Directivo da Secção Regional da Madeira

Nota da Comissão Eleitoral Nacional

De acordo com o Estatuto da Ordem, fixou o Conselho Directivo Nacional o próximo dia 26 de Fevereiro para realização das eleições ordinárias dos órgãos nacionais e regionais que terão a responsabilidade de conduzir os destinos da Ordem no próximo triénio.

Competiu a esta Comissão Eleitoral Nacional, constituída pelos Presidentes das Mesas das Assembleias Regionais, verificar e garantir a regularidade das candidaturas nacionais, das quais se dá, nesta publicação, uma ampla divulgação.

Os colegas poderão consultar nestas páginas, e também no Portal da Ordem dos Engenheiros (www.ordemengenheiros.pt), as listas de candidatos e os respectivos programas das candidaturas, para os órgãos nacionais e regionais nas diversas especialidades.

Em breve irão também receber, pelo correio, todos os boletins de voto necessários ao exercício desse direito.

Caso o colega não possa deslocar-se pessoalmente no dia **26 de Fevereiro** à sua Mesa de Voto, deverá enviar os seus boletins, pelo correio, dentro dos sobrescritos que lhe foram remetidos, sem qualquer encargo, ou entregá-los pessoalmente na Secretaria da sua Região, Secção Regional ou Delegação Distrital, no caso dos residentes nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, **até ao dia 25 de Fevereiro** (véspera das Eleições).

Votar é um direito inalienável e um dever cívico.

A Comissão Eleitoral Nacional

Eng.º Luís Braga da Cruz

Eng.º Francisco Noronha e Távora

Eng.º Francisco Sousa Soares

CONVOCATÓRIA

Assembleia Eleitoral

Conforme o disposto na alínea a) do Art. 53º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Região Norte, para o dia **26 de Fevereiro de 2010**, a fim de dar cumprimento ao estabelecido na alínea a) do nº2, no nº 4 do Art. 30º e no nº 3 do Art. 19º do Estatuto e, deste modo, proceder às:

Votação dos Órgãos Nacionais:

- > Bastonário e Vice Presidentes
- > Assembleia de Representantes
- > Conselho de Admissão e Qualificação
- > Conselhos Nacionais de Colégio (Presidente e Vogais)

Eleição dos Órgãos Regionais:

- > Mesa da Assembleia Regional
- > Conselho Directivo
- > Conselho Fiscal
- > Conselho Disciplinar
- > Conselhos Regionais de Colégio

Eleições dos Delegados Distritais:

- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Braga
- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Bragança
- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Viana do Castelo
- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Vila Real

A Assembleia Eleitoral terá início às 09h00 e encerrará às 20h00, funcionando, neste horário as seguintes Mesas de Voto:

No **Porto**, na sede da Região Norte, Rua Rodrigues Sampaio 123, destinada a todos os membros efectivos inscritos na Região Norte, excepto os registados nos ficheiros da Ordem com domicílio nos distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real;

Em **Braga** na sede da Delegação Distrital, Largo de S. Paulo 13, destinada exclusivamente aos membros efectivos da Região Norte registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito;

Em **Bragança** na sede da Delegação Distrital, Rua Alexandre Herculano, 138 - R/C Frente, destinada exclusivamente aos membros efectivos da Região Norte registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito;

Em **Viana do Castelo** na sede da Delegação Distrital, Av. Luís de Camões 28, 1º andar sala1, destinada exclusivamente aos membros efectivos da Região Norte registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito;

Em **Vila Real** na sede da Delegação Distrital, Av. 1º de Maio 74 1º Dto destinada exclusivamente aos membros efectivos da Região Norte registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito;

De acordo com o Regulamento de Eleições e Referendos em vigor, o voto poderá também ser exercido por correspondência ou entregue em mão, pelo próprio eleitor, na Secretaria da sede da Região Norte ou na sede da respectiva Delegação Distrital, dentro dos respectivos horários de abertura ao público, até à véspera do dia da votação (quinta feira, 25 de Fevereiro de 2010).

Os cadernos eleitorais relativos a cada uma das Mesas de Voto estarão disponíveis para consulta nas respectivas sedes, a partir do dia 27 de Dezembro de 2009, dentro dos respectivos horários de abertura ao público.

Porto, 17 de Dezembro de 2009

O Presidente da Mesa
da Assembleia Eleitoral da Região Norte

Luís Braga da Cruz
Membro Conselheiro

CONVOCATÓRIA

Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais 26 de Fevereiro de 2010

A Mesa da Assembleia Eleitoral da Região Centro convoca a Assembleia Eleitoral Regional para a realização de Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais, que terão lugar no dia 26 de Fevereiro de 2010 (Sexta-Feira). O processo eleitoral será regido pelos Estatutos da Ordem dos Engenheiros e pelo Regulamento de Eleições e Referendos.

Coimbra, 09 de Dezembro de 2009.

O Presidente da Mesa da
Assembleia Eleitoral da Região Centro
Francisco Bernardo Noronha e Távora

Ordem dos Engenheiros

REGIÃO SUL

Av. António Augusto de Aguiar, 3-D – 1069-030 Lisboa — Tel.: 21 313 26 00 — Fax: 21 313 26 90

CONVOCATÓRIA

Assembleia Eleitoral

Conforme o disposto na alínea a) do Art. 53.º do Estatuto da Ordem dos Engenheiros, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Região Sul para o dia **26 de Fevereiro de 2010**, a fim de dar cumprimento ao estabelecido na alínea a) do n.º 2 e no n.º 4 do Art. 30.º e no n.º 3 do Art. 19.º do Estatuto e, deste modo, proceder às:

Votação dos Órgãos Nacionais:

- > Bastonário e Vice-Presidentes
- > Assembleia de Representantes
- > Conselho de Admissão e Qualificação
- > Conselhos Nacionais de Colégio (Presidente e Vogais Nacionais)

Eleição dos Órgãos Regionais:

- > Mesa da Assembleia Regional
- > Conselho Directivo
- > Conselho Fiscal
- > Conselho Disciplinar
- > Conselhos Regionais de Colégio

Eleição dos Delegados Distritais:

- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Faro
- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Évora
- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Santarém
- > Delegado e Adjuntos do Distrito de Portalegre

A Assembleia Eleitoral terá início às 09h00 e encerrará às 20h00, funcionando, neste horário, as seguintes Mesas de Voto:

Em **Lisboa**, na sede da Região Sul, Av. António Augusto de Aguiar, n.º 3D, destinada a todos os membros efectivos inscritos na Região Sul, excepto os registados nos ficheiros da Ordem com domicílio nos Distritos de Faro, Évora, Santarém e Portalegre;

Em **Faro**, na sede da Delegação Distrital, Rua da Marinha, n.º 8 – 1.º Esq.,

destinada exclusivamente aos membros efectivos inscritos na Região Sul registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito;

Em **Évora**, na sede da Delegação Distrital, Rua de Avis, n.º 93 – 1.º Esq., destinada exclusivamente aos membros efectivos inscritos na Região Sul registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito;

Em **Santarém**, na sede da Delegação Distrital, Estrada de S. Domingos, Edifício Panorama, 1.º Andar, Escritório D, destinada exclusivamente aos membros efectivos inscritos na Região Sul registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito;

Em **Portalegre**, na sede da Delegação Distrital, no Parque de Feiras e Exposições, Edifício NERPOR, 1.º Andar, destinada exclusivamente aos membros efectivos inscritos na Região Sul registados nos ficheiros da Ordem com domicílio neste Distrito.

O direito de voto é exercido presencialmente ou por correspondência, nos termos do artigo 22.º do Regulamento de Eleições e Referendos (RER).

Os votos remetidos por correio têm de ser recebidos pela Mesa da Assembleia Eleitoral até ao encerramento do acto eleitoral.

Os votos entregues em mão, pelo próprio eleitor, são recebidos na Secretaria da sede da Região Sul ou na sede da respectiva Delegação Distrital, dentro dos respectivos horários de abertura ao público, até à véspera do dia da votação (quinta-feira, 25 de Fevereiro de 2010), sendo emitido documento da sua recepção.

Os cadernos eleitorais relativos a cada uma das Mesas de Voto estarão disponíveis para consulta nas respectivas sedes, a partir do dia 21 de Dezembro de 2009, dentro dos respectivos horários de abertura ao público. As reclamações relativas à inscrição ou omissão irregulares nos cadernos eleitorais deverão ser apresentadas, por escrito, ao signatário, no prazo de dez dias a contar da data em que forem disponibilizados para consulta.

Lisboa, 4 de Dezembro de 2009

O Presidente da Mesa da Assembleia da Região Sul
Francisco de Sousa Soares

Ordem dos Engenheiros

Secção Regional dos AÇORES

Rua do Mello, 23 - 2.º – 9500-091 Ponta Delgada
Tel.: 296 628 018 — Fax: 296 628 019

CONVOCATÓRIA

Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais 26 de Fevereiro de 2010

A Mesa da Assembleia Eleitoral da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros convoca a Assembleia Eleitoral Regional para a realização de Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais, que terão lugar no dia 26 de Fevereiro de 2010 (Sexta-Feira). O processo eleitoral será re-

gido pelos Estatutos da Ordem dos Engenheiros e pelo Regulamento de Eleições e Referendos.

Ponta Delgada, 18 de Dezembro de 2009

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional
Manuel António Carvalho Cansado

Ordem dos Engenheiros

Secção Regional da MADEIRA

Rua da Alegria 23 - 2.º – 9000-040 Funchal
Tel.: 291 742 502 — Fax: 291 743 479

CONVOCATÓRIA

Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais 26 de Fevereiro de 2010

A Mesa da Assembleia Eleitoral da Secção Regional da Madeira convoca a Assembleia Eleitoral Regional para a realização de Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais, que terão lugar no dia 26 de Fevereiro de

2010 (Sexta-Feira). O processo eleitoral será regido pelos Estatutos da Ordem dos Engenheiros e pelo Regulamento de Eleições e Referendos.

Funchal, 21 de Dezembro de 2009

O Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral da Secção Regional da Madeira
Duarte Nuno Fraga Gomes Ferreira

LISTA
A

NACIONAL

LISTA
A



**Candidato a
Bastonário**

**CARLOS ALBERTO
MATIAS RAMOS**

- Licenciado em Engenharia Civil pela FEUP (1969). Especialista do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) (1979) e Investigador-coordenador (1989).
- Presidente do LNEC desde Março de 2005. No Laboratório realizou cerca de 100 estudos relativos a projectos de obras hidráulicas. Como Consultor participou em cerca de 70 projectos em Portugal e no estrangeiro. Docente em cursos de mestrado e de especialização; é membro da Academia de Engenharia e na OE foi Coordenador do Colégio de Engenharia Civil da Região Sul e Vogal do Colégio Nacional. É membro do Comité de Hidráulica da Comissão Internacional de Grandes Barragens e do Conselho de Escola do IST. Eleito "Personagem do Ano em Engenharia (2008)" num concurso promovido pela Revista Construir.



**Candidato a
Vice-Presidente
Nacional**

**JOSÉ MANUEL
PEREIRA VIEIRA**

- Licenciado em Engenharia Civil pela FEUP (1977), MSc. em Engenharia Sanitária pelo IHE, Delft-Holanda (1982), e Doutor em Engenharia Civil pela Universidade do Minho (1986), onde é Professor Catedrático.
- Pró-reitor (1990-1998) e Vice-reitor (1998-2002) da Universidade do Minho. Delegado do Distrito de Braga (1998-2001) e Membro do Conselho de Admissão e Qualificação da OE (2001-2004). Vogal do Conselho Superior de Obras Públicas (2000-2003). Presidente da CNAIA (2007-2009). Membro das Associações: IWA, ISWA, ASCE e WEF. Director da revista "Águas & Resíduos". Membro Conselheiro e Especialista em Hidráulica e Recursos Hídricos e em Engenharia Sanitária pela OE.



**Candidato a
Vice-Presidente
Nacional**

**VICTOR MANUEL
GONÇALVES DE BRITO**

- Engenheiro Naval, Mestre em Arquitectura Naval e Engenharia Marítima e Ocean Engineer pelo MIT, EUA (1976). Curso de Engenheiro Maquinista da Escola Naval (1967). Contra Almirante Engenheiro Construtor Naval. Presidente do NUTEMA – Marinha.
- Presidiu ao Conselho de Administração do Arsenal do Alfeite (2002-2009). Docente Convidado do IST (1981-2007). Actividade profissional em Engenharia Naval, ao longo de 39 anos, em manutenção, estudos e projectos de navios, direcção técnica e gestão de estaleiro.
- Director do projecto de aquisição de novos submarinos (1995-2001).
- Vice-Presidente Nacional da OE no corrente triénio.

MANDATÁRIOS

**LUÍS FRANCISCO VALENTE DE OLIVEIRA
JOÃO ALEXANDRE DO NASCIMENTO BAPTISTA**

Prestigiar a Engenharia Enfrentar os Novos Desafios

1. A MISSÃO. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

A resposta às necessidades do País passa pela intervenção activa da Engenharia como recurso estratégico nacional. Consideramos que o desenvolvimento do País, face à competitividade internacional, numa sociedade do conhecimento crescentemente mais exigente, só será possível com uma Engenharia competente e actualizada. Em consequência, procedemos a uma reflexão quanto à forma de garantir uma adequada resposta aos novos paradigmas de exigência na qualificação profissional. A intervenção dos Engenheiros deve materializar-se a dois níveis: (i) na prática de Actos que exigem confiança pública e elevadas responsabilidades perante a sociedade e (ii) no contributo para o desenvolvimento do País, elevando a competitividade nacional através da investigação, da inovação e do desenvolvimento de processos e produtos.

É fundamental que a OE tenha uma liderança forte e atenta às realidades nacionais e às expectativas legítimas de todos os Engenheiros. Consideramos essencial a coesão, sintonia estratégica e actuação articulada entre órgãos nacionais e regionais e valorizamos a implantação nacional da OE para que todos os Engenheiros beneficiem de boa prestação de serviço e defesa profissional.

As linhas prioritárias que estabelecemos para este mandato são as que seguem.

2. A REPRESENTAÇÃO E DEFESA DOS INTERESSES DOS ENGENHEIROS E DA ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

Esta linha de orientação passa pela acção junto do Governo no sentido de:

- Reforço e adequação da regulamentação profissional em matérias onde esteja em causa a qualificação dos Actos de Engenharia e a segurança de pessoas e bens;
- Rigorosa observância dos domínios de intervenção profissional, actuando com firmeza contra intenções ou actos que visem prejudicar os legítimos direitos dos Engenheiros.

Serão criados mecanismos que permitam apoiar os membros que exerçam a profissão no estrangeiro, em particular nos países de língua oficial portuguesa.

Para além da corrente obrigatoriedade de frequência de um curso de ética e deontologia profissional no decurso do estágio, considera-se necessário manter uma acção de incentivo ao rigoroso cumprimento do Código Deontológico.

3. O RECONHECIMENTO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

3.1. Importância

A qualificação profissional é um imperativo numa sociedade do conhecimento, com crescentes exigências e novas situações, impondo o desenvolvimento e investimento na aprendizagem ao longo da vida profissional. Esta qualificação deve estar presente na definição das competências profissionais adequadas à prática dos Actos de Engenharia e na defesa da exigência do título de Engenheiro na prática desses actos.

Na convicção de que a regulamentação da actividade deve constituir um instrumento de valorização das competências e de reforço da confiança dos cidadãos, é nosso propósito implementar um sistema de avaliação de qualidade que contemple padrões europeus de exigência no exercício da profissão.

É nosso objectivo que os diplomas regulamentares e normativos sejam baseados na qualificação profissional e dentro do princípio de que estas competências serão definidas com base no desenvolvimento curricular, conjugando formação académica, experiência profissional e formação contínua.

A concretização deste objectivo passa pela definição de competências e pela apresentação de propostas ao Governo que possibilitem uma harmonização legislativa ajustada a uma sociedade moderna.

3.2. Gabinete de Estudos para o Reconhecimento da Qualificação dos Engenheiros

Tendo por objectivo uma avaliação permanente e rigorosa dos reflexos dos diferentes desenvolvimentos no ensino da Engenharia, as disposições normativas e regulamentares recentemente publicadas, ou em fase de discussão, no País e no seio da União Europeia e também nos que possam condicionar os

níveis de exigência para a prática de Actos de Engenharia, é nosso objectivo criar um *Gabinete de Estudos para o Reconhecimento da Qualificação dos Engenheiros*.

Este Gabinete terá por missão analisar, actualizar e divulgar toda a legislação nas diferentes especialidades e apresentar propostas para a definição das intervenções a adoptar para defesa de critérios objectivos que visem uma qualificação das competências profissionais.

Terá igualmente por missão analisar os programas de reconhecimento da qualidade profissional dos cursos de Engenharia existentes no país e no estrangeiro, como o Washington Accord e o APEC, visando a reciprocidade de deveres e direitos, com consequências na mobilidade dos profissionais de Engenharia. Este Gabinete desenvolverá actividades necessárias à preparação de documentos que sustentem uma profunda discussão relativamente a:

- Qualificação profissional (níveis de qualidade da formação e das competências face aos graus de ensino superior);
- Reflexos do “Processo de Bolonha” na formação do Engenheiro e na sua qualificação, incluindo a acção da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e a marca de qualidade EUR-ACE;
- “Benchmarking” na qualificação dos Engenheiros com referência a outros países e a organizações similares;
- Formação contínua e papel da OE na certificação da formação;
- Reformulação do sistema de estágios;
- Importância da qualificação profissional para as empresas e para o “mercado da Engenharia”;
- Reflexos da qualificação na “circulação” dos Engenheiros de e para Portugal e na internacionalização da Engenharia portuguesa.

O Gabinete evidenciará e analisará os constrangimentos estatutários existentes, no sentido de permitir o necessário debate interno, as implicações legislativas e o eventual contexto referendário.

4. A DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTOS E A FORMAÇÃO CONTÍNUA

Desenvolver actividades de formação e de divulgação de conhecimentos, estudos e projectos de maior relevo, desenvolvidos por Engenheiros e empresas portuguesas de Engenharia, tanto no país como no estrangeiro, é outro dos objectivos desta candidatura.

Será dedicada atenção especial à realização de acções de formação contínua.

Serão realizadas iniciativas visando o desenvolvimento e implantação de acordos com Empresas/Instituições, Associações Profissionais e Empresariais, Escolas de Ensino Superior e Centros de Investigação, como mecanismos para a modernização da OE e para a sua intervenção mais activa na sociedade e na ligação às empresas.

Estimular-se-á a actividade editorial da OE, apoiando a publicação de livros ou de trabalhos de reconhecido interesse.

5. A CONTRIBUIÇÃO DA ENGENHARIA PARA O DEBATE E DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA AVALIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO

É nosso objectivo contribuir, de forma empenhada, para a discussão dos projectos nacionais, em particular dos grandes projectos de investimento, na linha do trabalho desenvolvido pela anterior equipa.

Será igualmente nosso propósito promover encontros profissionais e debates, acentuando a relevância e o contributo da Engenharia para o desenvolvimento do País e para as diferentes áreas de negócios, no País e no estrangeiro, com incidência nos PALOP e nos restantes mercados onde exista uma política nacional de parceria económica.

6. O INCREMENTO DA ARTICULAÇÃO COM AS ESCOLAS SUPERIORES DE ENGENHARIA EM BENEFÍCIO DA MELHORIA DAS COMPETÊNCIAS DOS JOVENS ENGENHEIROS

A OE deve assumir-se como “Observatório da Engenharia”, monitorizando as necessidades do mercado, identificando lacunas na formação e assimilando as tendências do desenvolvimento científico e tecnológico.

Considera-se fundamental debater com todas as Escolas de Engenharia, as necessidades da profissão nas diversas especialidades, contribuindo para um ajustamento entre objectivos do sistema de ensino e os requisitos profissionais.

Considera-se igualmente importante que a OE, na procura de condições para um adequado sistema de formação contínua ao longo da carreira, consiga dinamizar a Academia para a formatação de pós-graduações e de cursos de actualização e especialização profissional, quer no domínio da Engenharia pura, quer em outras matérias essenciais para o desenvolvimento profissional dos Engenheiros.

7. O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES DA OE COM AS EMPRESAS DE ENGENHARIA, INDÚSTRIA E ASSOCIAÇÕES QUE AS REPRESENTAM, POTENCIANDO SINERGIAS E ESTIMULANDO O EMPREENDEDORISMO

Face à situação actual, em que novos desafios se colocam às actividades de Engenharia, é nosso propósito fortalecer as relações da OE com o tecido produtivo. Nessa conformidade será criado um sector que terá por objectivo garantir uma melhor ligação da OE às empresas portuguesas de Engenharia, à indústria e às associações que as representam.

8. O REFORÇO DA LIGAÇÃO A ASSOCIAÇÕES CONGÉNERES INTERNACIONAIS E A SOCIEDADES TÉCNICAS E ASSOCIAÇÕES NACIONAIS

A globalização económica e a mobilidade individual exigem uma contínua informação, permanente harmonização de práticas profissionais e um atento seguimento das tendências internacionais. É reconhecido que muitos aspectos são hoje determinados em Bruxelas e em outros centros de decisão. A OE tem de estar atenta a esta realidade e a cooperação internacional com organizações congéneres é fundamental para a defesa dos interesses da classe.

O reconhecimento de que em muitas áreas de Engenharia existem sociedades técnicas nacionais com grande prestígio e actividade justifica o incremento de protocolos e actuações conjuntas.

9. A PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ENGENHARIA NA SOCIEDADE

Dar-se-á atenção particular às actividades de sensibilização e motivação dos alunos do Ensino Secundário para a Engenharia, ao fomento da publicação de artigos e da participação em programas dos *media* e ao estabelecimento de políticas de *open house* anual de empresas e gabinetes de Engenharia.

Dar-se-á igualmente grande relevância aos Congressos da OE para que constituam um dos pontos altos da vida associativa e da comunicação com a Sociedade.

Será promovida a continuidade editorial da “Ingenium”, acentuando-lhe o carácter de “revista nacional de Engenharia”.

10. O ESTÍMULO PARA A PARTICIPAÇÃO MAIS ACTIVA DOS JOVENS ENGENHEIROS NA OE

Procurar-se-á melhorar o enquadramento de jovens recém-formados, criando condições para uma participação mais activa nas actividades da OE, procurando ajustá-la às suas ne-

cessidades e reforçando o apoio à formação e integração na profissão. Estimular-se-á o estabelecimento de protocolos e acordos com empresas e órgãos da Administração Central e Local no sentido da promoção de estágios e divulgação de ofertas de emprego.

11. O APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO DA ENGENHARIA PORTUGUESA

Consideramos que a OE poderá contribuir para a estratégia nacional de internacionalização de actividades económicas, através da permuta de informação, promoção do debate sobre estratégias de internacionalização e atração da rede de contactos internacionais.

12. A MELHORIA DO FUNCIONAMENTO INTERNO DA OE, GARANTINDO UMA GESTÃO CORRENTE MAIS ADEQUADA, COM MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS MEMBROS E À SOCIEDADE

Teremos como objectivo uma melhor adequação da OE às necessidades dos seus membros, reforçando canais de comunicação, garantindo respostas em tempo e privilegiando o contacto através do portal da OE.

Este portal dedicará um apontador especial, de índole nacional, para apoio aos jovens licenciados na obtenção de estágios, promoção da oferta de primeiro emprego e formação complementar.

Pretende-se, assim, garantir o reforço do atendimento desmaterializado, com disponibilização generalizada *on-line* de formulários, regulamentos, legislação específica e com anotações dos aspectos mais relevantes.

Procurar-se-á implementar um sistema de teleconferências entre a sede nacional, as regiões e as secções regionais dos Açores e Madeira e, progressivamente, as delegações distritais, para ampliar a audiência e participação em encontros profissionais e reduzir necessidades de deslocação dos membros eleitos.

O apoio à acção dos Colégios e das Especializações constituirá uma elevada prioridade, no entendimento de que a acção desses órgãos constitui um elemento fundamental para o sucesso da intervenção da OE.

Em paralelo, dar-se-á continuidade à política de aquisição e valorização do património edificado, sujeita a princípios de gestão financeira prudente, para melhoria da prestação de serviços aos membros e das condições de trabalho dos órgãos sociais e colaboradores. ■

* O presente texto corresponde a uma versão abreviada do Programa de Acção para o Mandato.

Candidatos ao Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ)

Engenharia **CIVIL**



António Adão da Fonseca



Fernando António Baptista Branco

Engenharia **ELECTROTÉCNICA**



Fernando Pires Maciel Barbosa



Pedro Manuel Brito da Silva Girão

Engenharia **MECÂNICA**



José António de Bessa Pacheco



Manuel Gameiro da Silva

Engenharia **GEOLÓGICA E DE MINAS**



Júlio Henrique Ramos Ferreira e Silva



Nuno Feodor Grossmann

Engenharia **QUÍMICA E BIOLÓGICA**



Clemente Pedro Nunes



Jorge da Silva Mariano

Engenharia **NAVAL**



Carlos António Pancada Guedes Soares



Óscar Napoleão Filgueiras Mota

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA A CONSELHO DE ADMISSÃO E QUALIFICAÇÃO

Engenharia **GEOGRÁFICA**



João Carlos da Costa
Catalão Fernandes



José Alberto
Álvares Pereira Gonçalves

Engenharia **AGRONÓMICA**



António Augusto
Fontainhas Fernandes



Raúl Fonseca
Fernandes Jorge

Engenharia **FLORESTAL**



Maria Helena Reis de
Noronha Ribeiro de Almeida



Maria do Loreto
Rodrigues M. Maia Monteiro

Engenharia de **MATERIAIS**



Rui Pedro de Carneiro
Vieira de Castro



Maria Teresa
Freire Vieira

Engenharia **INFORMÁTICA**



Gabriel de Sousa
Torcato David



Pedro Manuel
Barbosa Veiga

Engenharia do **AMBIENTE**



Arménio
de Figueiredo



Fernando José
Pires Santana

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

CIVIL



VOGAL
João Manuel
Catarino dos Santos



PRESIDENTE
Cristina Ferreira
Xavier de Brito Machado



VOGAL
Paulo Jorge
de Sousa Cruz

Uma Engenharia Civil Activa no Desenvolvimento Nacional



A Engenharia Civil apresenta um elevado impacto socioeconómico no nosso País, sendo um dos seus principais motores de desenvolvimento. O Colégio Nacional de Engenharia Civil procurará ser um órgão dinamizador desse desenvolvimento através de uma actividade centrada nos seguintes vectores:

Promoção da Actividade Profissional

- Analisar o enquadramento legislativo, num quadro de valorização da competência e responsabilidade dos intervenientes, com a adequação de uma matriz de habilitações dos Actos Profissionais;
- Ser um actor interveniente nas fases de discussão pública de legislação de interesse para os Engenheiros Civis;
- Promover o acesso à profissão e respectivos Actos Profissionais garantindo que estes poderão ser exercidos em condições de qualificações e competências idênticas;

- Contribuir para a definição e divulgação das condições de acesso à categoria de Membro Efectivo e aos níveis de qualificação de Membro Sénior, Membro Conselheiro e ainda às Especializações;
- Aproximação do Colégio aos membros, com divulgação das iniciativas e assuntos do interesse dos Engenheiros Civis.

Qualificação

- Reforçar a ligação às Escolas de Engenharia, contribuindo para a valorização dos perfis de formação, dos *curricula* e das acções de formação pós-graduada nos domínios da Engenharia Civil;
- Avaliar os efeitos do Processo de Bolonha na Engenharia Civil e na formação dos Engenheiros Civis;
- Contribuir para a formulação dos requisitos da admissão à OE e do acesso aos níveis de qualificação;
- Valorizar a formação pós-graduada e a ex-

periência profissional no acesso aos graus e títulos;

- Garantir uma acção uniforme e concertada das várias Especialidades do Colégio de Engenharia Civil;
- Valorizar os graus e especializações da OE e contribuir para o acesso justo e por mérito ao título;
- Contribuir para o reconhecimento e valorização de formação acreditada na formação ao longo da vida.

Projeção na Sociedade

- Apoiar os jovens Engenheiros em início de carreira;
- Promover acções de formação e debates sobre assuntos de interesse estratégico para as diferentes Regiões;
- Promover a divulgação da profissão e do ensino de qualidade junto do Ensino Secundário de forma a atrair os melhores alunos para o Ensino Superior de Engenharia Civil;
- Valorizar os encontros nacionais de Engenheiros Civis;
- Incentivar a participação dos seus membros em Comissões Técnicas;
- Criar condições de pleno e igual exercício dos Engenheiros Civis;
- Contribuir para que a sociedade tenha a percepção que os Engenheiros Civis são agentes indispensáveis para o desenvolvimento nacional. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

ELECTROTÉCNICA



VOGAL
José Luís
Ferreira de Sousa Oliveira



PRESIDENTE
Francisco de la Fuente
Sánchez



VOGAL
Zita Maria
Almeida do Vale

A Engenharia Electrotécnica está presente, com crescente nível de exigência e sofisticação, na generalidade das realizações da Sociedade actual. Neste Programa do Colégio de Engenharia Electrotécnica, para o triénio 2010-2013, propõe-se um conjunto de medidas de carácter estratégico que articulem o desempenho exigente da profissão com a complexidade crescente dos desafios resultantes dos diversos factores de risco associados à actualização do conhecimento, protecção do ambiente, processo de decisão, regulação e regulamentação, entre outros, numa Sociedade cada vez mais inserida no espaço europeu.

Designadamente propõe-se:

- O desenvolvimento de uma colaboração activa e muito próxima com o Bastonário e com os Órgãos Nacionais da Ordem dos Engenheiros – e em particular com o Conselho Coordenador dos Colégios – como contributo para uma crescente afirmação externa da OE e de uma forte articulação interna necessária à coesão dos Engenheiros na sua globalidade;
- O reforço da cooperação profissional, em articulação com os Colégios Regionais da Especialidade e com os membros do Conselho de Admissão e Qualificação;
- O reforço da articulação com as Especializações Verticais inseridas no Colégio – Telecomunicações e Luminotecnia – e com as Especializações Horizontais que incluem Engenheiros Electrotécnicos;



- A participação na análise e preparação da legislação respeitante à profissão e de enquadramento da sua actividade;
- O aprofundamento da caracterização dos Actos próprios da Engenharia Electrotécnica como suporte para a definição de linhas orientadoras do relacionamento com as entidades oficiais;
- A promoção da formação e do apoio ao enquadramento dos Engenheiros em início de carreira, incentivando a qualificação profissional;
- O aumento da intervenção no processo de decisão dos poderes públicos, de modo coordenado, na discussão pública sobre temas de interesse para a Sociedade;
- O desenvolvimento da participação em organismos nacionais e internacionais.

O Colégio deverá pautar as suas intervenções pelo máximo respeito por valores e

princípios éticos, designadamente os que decorrem do Código Deontológico da OE.

O Colégio deverá ainda desenvolver a sua actividade na perspectiva de que a profissão de Engenheiro Electrotécnico é uma profissão de confiança pública e que, nessa medida, existem fortes implicações para a Sociedade em geral decorrentes dos Actos de Engenharia praticados.

O Colégio deverá pautar a sua actuação pela procura de uma participação, tão grande quanto possível, dos Engenheiros Electrotécnicos na vida da OE.

Para o efeito promoverá a realização de encontros nacionais, seminários e outros eventos semelhantes sobre temas de actualidade da Especialidade, e apoiará a realização de acções tendentes a proporcionar um complemento de formação contínua. Apostará também no incremento da articulação com as Escolas Superiores de Engenharia, aproximação ao tecido empresarial, auscultação individual dos Engenheiros Electrotécnicos, desenvolvendo ainda acções tendentes à implementação de um apoio técnico e jurídico ao Colégio, de carácter permanente – ainda que susceptível de partilha com outros Colégios – e de acções tendentes a intensificar a motivação dos Engenheiros Electrotécnicos para o reconhecimento dos graus de qualificação profissional no desempenho da profissão. ■

* O presente texto corresponde a uma versão abreviada do Programa de Acção para o Mandato.

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

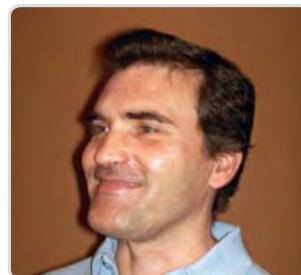
MECÂNICA



VOGAL
José António
Ferreira Ribeiro Pinto



PRESIDENTE
Rui Pinheiro
Marques de Brito



VOGAL
Adélio Manuel
Rodrigues Gaspar

O Programa de Candidatura da actual lista para o Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Mecânica tem como objectivos prioritários contribuir para:

- O desenvolvimento da Engenharia Mecânica em geral e dos Engenheiros Mecânicos em particular;
- O aumento da intervenção e notoriedade da Ordem dos Engenheiros na sociedade em que se insere.

Como acções prioritárias, para o triénio 2010-2013, destacam-se as seguintes:

- Colaborar na preparação e revisão dos diplomas legais que influenciem a profissão de Engenheiro Mecânico, numa perspectiva conjunta das diversas Especialidades e Especializações de Engenharia existentes, e a criar, na OE, com ênfase nas condições que garantam e permitam desenvolver a qualidade dos serviços profissionais na área da Engenharia Mecânica;
- Dignificar a actividade profissional do En-

genheiro Mecânico junto dos diversos intervenientes da Sociedade Civil, através de uma política de comunicação que promova a divulgação das suas competências e da sua área específica de actuação na sociedade em que se insere;

- Dinamizar o relacionamento entre os Engenheiros Mecânicos e as empresas que se relacionam com a Engenharia em geral, conducente a um melhor conhecimento mútuo, permitindo um melhor desenvolvimento social, económico e técnico;
- Fomentar a realização de eventos de carácter técnico-científico, para a actualização e o intercâmbio do conhecimento e da experiência entre os membros da Ordem, com a colaboração de organizações de mérito reconhecido;
- Participar activamente em acções de divulgação do âmbito científico e técnico da Engenharia Mecânica, possibilitando a captação do interesse dos estudantes do Ensino Secundário e do Ensino Super-

rior, de modo a aumentar a quantidade de membros do Colégio de Engenharia Mecânica, no curto e médio prazo;

- Promover a realização de acções de formação contínua, quer na área científica da Engenharia Mecânica, quer em áreas afins ou relacionadas, nomeadamente no âmbito da Gestão, em colaboração com entidades externas de reconhecida competência científica e pedagógica, tendo em vista a valorização contínua dos membros do Colégio;
- Contribuir para a obtenção de sinergias entre os diversos órgãos da Ordem, nomeadamente os Colégios e as Especializações, com enriquecimento mútuo dos seus membros e da Ordem como um todo;
- Apoiar a participação em eventos de cariz internacional e intersectorial, de modo a valorizar a Engenharia Mecânica e a OE, permitindo potenciar a sua notoriedade e contribuição para o desenvolvimento da sociedade em geral. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA GEOLÓGICA E DE MINAS



VOGAL
Paulo do Carmo
de Sá Caetano



PRESIDENTE
Carlos Augusto
Amaro Caxaria



VOGAL
Paula Teresa de Sousa
Castanheira Dinis

Este Programa de Candidatura tem como objectivo prioritário a defesa dos interesses profissionais dos membros deste Colégio, na sua actividade centrada no domínio das tecnologias e conhecimentos aplicados às formações geológicas e substâncias minerais, em complementaridade com outras Especialidades de Engenharia, procurando, assim, contribuir para o prestígio da Ordem dos Engenheiros e da Engenharia portuguesa.

O conjunto de acções que pretendemos desenvolver e consolidar no próximo triénio, dentro dos princípios enunciados, e procurando dar alguma continuidade ao trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores, é nomeadamente o seguinte:

1. Auscultar os membros do Colégio relativamente às suas principais preocupações, e defendê-las junto dos órgãos competentes da OE.
2. Promover as relações com instituições, nacionais e internacionais, no sentido do reconhecimento profissional dos membros inscritos neste Colégio. Destaca-se, neste âmbito, a criação de uma Carteira de Peritos, nas áreas de intervenção do Colégio, destinada a apoiar, sempre que solicitados, instituições ou entidades públicas e privadas.
3. Promover contactos com estruturas ho-

mólogas da OE, principalmente em países de língua portuguesa e com forte expressão da indústria extractiva, para criação de um programa de intercâmbio profissional destinado a jovens formados nas áreas de especialidade do Colégio.

4. Aproveitar os contactos internacionais efectuados de modo a acompanhar a implementação da Directiva Comunitária transposta para a legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 9/2009, de 4 de Março) referente ao "Reconhecimento de qualificações profissionais de estrangeiros", procurando garantir a reciprocidade da Lei.
5. Promover seminários e acções de formação, em complementaridade à formação académica e ao aperfeiçoamento contínuo dos membros, que terão como alvo um conjunto de temas reflectidos nas respostas recebidas ao inquérito realizado em 2008 aos membros do Colégio, nos domínios da Geotecnia, Exploração e Gestão Mineira, Ambiente, e Energia.
6. Promover a realização, durante o segundo ano de mandato (2011), do XVII Encontro Nacional do Colégio. Igualmente, promover a realização de duas Jornadas de Especialidade, uma em 2010 e outra em 2012, sobre temas de actualidade para os membros do Colégio.

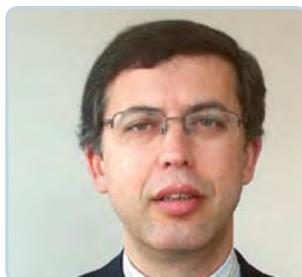
7. Promover contactos internacionais com vista à preparação e realização de uma a duas visitas técnicas, de índole profissional, a unidades industriais do sector extractivo e transformador.

8. Continuar a promover, junto dos membros do Colégio, a obtenção dos diferentes níveis de qualificação profissional (Membro Sénior e Membro Conselheiro).
9. Colaborar no processo de reconhecimento da qualidade dos cursos da Especialidade, nomeadamente através do sistema europeu de qualidade EUR-ACE e promover, através do diálogo com as Universidades, a compatibilização dos *curricula* dos cursos às novas necessidades do mercado.
10. Incentivar o diálogo com as Escolas de Engenharia, no sentido de fomentar a inscrição de estudantes como membros estagiários no Colégio e fomentar a participação destes nas realizações da OE.
11. Apoiar os Colégios Regionais na dinamização do sistema de estágios profissionais e curriculares.
12. Assegurar a divulgação de informações relativas à legislação e normalização aplicável ao sector e outras de interesse aos membros do Colégio na página Web da OE. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA QUÍMICA E BIOLÓGICA



VOGAL
Luís Alberto
Pereira de Araújo



PRESIDENTE
Eugénio Manuel de Faria
Campos Ferreira



VOGAL
Cristina Maria
Gaudêncio Baptista

Consideramos a profissão de Engenheiro Químico essencial para o desenvolvimento do País, ainda mais porque consideramos a definição mais alargada da Engenharia Química integrando a vertente das Tecnologias Biológicas, conforme alteração recente na designação do Colégio, que passa a incluir a Engenharia Biológica.

Consideramos que a formação base dos Engenheiros Químicos e Biológicos tem sido adequada às necessidades da sociedade portuguesa, em particular a que é ministrada em cursos acreditados pela Ordem dos Engenheiros.

Consideramos que a reestruturação recente dos cursos do Ensino Superior constitui uma oportunidade, não só para as Universidades se reestruturarem, como também para a OE acolher todas as áreas e formações em que se possa admitir que praticam Actos de Engenharia.

Consideramos, no entanto, que para a sociedade actual não chega a formação base ministrada nas Universidades, sendo cada vez mais necessária uma actualização permanente de conhecimentos para o exercício da profissão, devendo a OE desempenhar, para este desígnio, um papel fundamental.

Pretendemos desenvolver, durante o próximo triénio, as seguintes actividades:

- Melhorar a difusão de informação e a colocação de conteúdos na página Internet do Colégio no portal da OE;

- Arranjar formas variadas (ferramentas Web 2.0) de auscultar a opinião dos Engenheiros Químicos e Biológicos para satisfazer as expectativas de melhoria da actividade do Colégio;
- Colaborar com os órgãos da OE na avaliação dos cursos de Engenharia Química, de modo a garantir a competência dos graduados;
- Colaborar com a Universidade Nova de Lisboa na realização da CHEMPOR 2011, para manter este evento como marco para o reconhecimento da actualização da Engenharia Química e Biológica em Portugal;
- Estimular as empresas para o apoio ao desenvolvimento da Engenharia Química e Biológica em Portugal;
- Apoiar a pesquisa de emprego e outras actividades para a evolução na carreira,



promovendo junto das empresas acções de desenvolvimento da carreira dos seus Engenheiros, especialmente dos recém-formados;

- Aprofundar a definição e aplicabilidade do Acto de Engenharia Química e Biológica, de forma a evidenciar as competências inerentes ao título;
- Garantir as ligações já criadas com entidades congéneres de outros países para obter um reconhecimento mútuo das práticas portuguesas e estrangeiras, que facilite a integração dos associados da OE em actividades fora do país, nomeadamente com a Federação Europeia de Engenharia Química (EFCE);
- Prosseguir a promoção do portal “Ensino de Engenharia Química em Portugal” (www.fe.up.pt/eqedu), nó português do grupo de trabalho em Ensino de Engenharia Química da EFCE;
- Encontrar forma de integrar os novos licenciados, decorrente da reforma de Bolonha, no Colégio de Engenharia Química e Biológica, tendo em conta as exigências de qualificações académicas anteriores a esse processo;
- Aproximar a OE dos estudantes e estimular o interesse pela Engenharia e, em particular, pela Engenharia Química e Biológica junto dos estudantes do Secundário. ■

* O presente texto corresponde a uma versão abreviada do Programa de Acção para o Mandato.

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

NAVAL



VOGAL

Dina Maria Correia
Santos Paz Dimas



PRESIDENTE

Nuno Miguel Ferreira
Almeida Antunes dos Santos



VOGAL

Tiago Alexandre
Rosado Santos

Esta candidatura tem como principais objectivos a valorização e a dignificação da profissão de Engenheiro Naval. Para tanto, os candidatos propõem-se implementar as seguintes linhas de acção:

- Dinamizar e acompanhar, junto das entidades competentes, o processo de Regulamentação da Actividade Profissional dos Engenheiros Navais.
- Divulgar, junto das empresas da Economia do Mar, as mais-valias que o profissional de Engenharia Naval pode aportar ao sector.
- Divulgar e apoiar as iniciativas para o desenvolvimento da Economia do Mar.
- Criação e manutenção de uma base de dados dos profissionais de Engenharia Naval (de adesão facultativa), para divulgação junto das empresas da Economia do Mar.
- Criação e manutenção de uma base de dados das empresas da Economia do Mar, para divulgação junto dos Engenheiros Navais.
- Diligenciar junto das empresas a disponibilização de estágios profissionais.
- Promover a criação de condições para o exercício da profissão de Engenheiro Naval com total respeito pela segurança, saúde, higiene e ambiente.
- Dar continuidade à realização das Jornadas de Engenharia Naval.
- Fomentar o relacionamento com associações ou núcleos de Engenheiros Navais, com especial ênfase nos países da CPLP.
- Articulação com o meio universitário no sentido de transmitir as necessidades curriculares do mercado de trabalho para a formação superior em Engenharia Naval.
- Dar continuidade à publicação, na revista “Ingenium” e no portal da OE, de artigos relevantes para a Engenharia Naval.
- Promover e organizar seminários temáticos em áreas de manifesta actualidade e interesse para a generalidade dos Engenheiros Navais.
- Promover e organizar eventos de natureza técnico-lúdica relacionados com a Engenharia Naval.
- Como corolário das actividades anteriores, tornar vantajosa aos Engenheiros Navais a sua inscrição como membros da OE. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA GEOGRÁFICA



VOGAL
Armindo António
Pereira das Neves



PRESIDENTE
Ana Maria de Barros
Duarte Fonseca



VOGAL
Maria Manuela Ferreira Correia
de Sousa e Vasconcelos

A Especialidade de Engenharia Geográfica da Ordem dos Engenheiros integra Licenciados em Engenharia Geográfica pré-Bolonha e Mestres em Engenharia Geográfica pós-Bolonha, pelas Faculdades de Ciências das Universidades de Lisboa e Porto e pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. A Engenharia Geográfica foi incluída como Especialidade da OE no ano de 1956 e as respectivas licenciaturas, de 5 anos, foram acreditadas pela OE até 2008. Recentemente, o curso foi reorganizado, de acordo com o Processo de Bolonha, em dois ciclos de preparação, um 1.º ciclo com uma duração de 3 anos (6 semestres) e um 2.º ciclo com uma duração de 2 anos (4 semestres).

A Engenharia Geográfica tem as suas raízes na Matemática, na Física, na Geodesia, na Mecânica Racional e na Astronomia, tendo integrado mais recentemente as tecnologias electrónicas de posicionamento e os sistemas de informação, revestindo-se das características de Engenharia por ter uma forte componente de instrumentação e uma eminente aplicação prática. A Engenharia Geográfica é uma das Engenharias da OE com maior aplicação transversal, pelo facto de a sua actividade servir de base a projectos e aplicações de inúmeras áreas onde a actividade do Engenheiro Geógrafo é essencial. Esta actividade pode organizar-se por áreas de conhecimento especializado, que assumem importância cien-

tífica, técnica e económica específica e que se subdividem em sectores de actividade. As áreas de actividade do Engenheiro Geógrafo são o Posicionamento (sectores: Topografia, Geodesia e Hidrografia), a Produção de Informação Geográfica (sectores: Cartografia e Fotogrametria/Detecção Remota) e a Administração do Território (sectores: Sistemas de Informação Geográfica e Cadastro), como se ilustra na figura.

Sector	Topografia Geodesia Hidrografia	Cartografia Fotog./DR	SIG Cadastro
Área	Posicionamento	Prod. Informação Geográfica	Administração do Território

Áreas de actividade do Engenheiro Geógrafo e respectivos sectores

Os principais problemas desta Especialidade de Engenharia são:

- A ausência de regulamentação da profissão;
- A sua pouca visibilidade na sociedade portuguesa;
- O impacto das reestruturações das Licenciaturas e Mestrados devidas ao processo de Bolonha;
- E, actualmente, as condições precárias de empregabilidade, no sector privado, de jovens licenciados.

Assim, os candidatos à presidência do Colégio Nacional de Engenharia Geográfica pretendem, durante o seu mandato:

1. Propor para aprovação um regulamento da profissão de Engenharia Geográfica, com base no “Documento de suporte à identificação dos actos a regulamentar e das habilitações necessárias ao desempenho da profissão de Engenheiro Geógrafo” elaborado e entregue no Conselho Coordenador dos Colégios, no mandato que agora cessa;
2. Continuar a promover uma maior divulgação da Especialidade de Engenharia Geográfica na sociedade;
3. Colaborar com as Universidades na sensibilização de alunos do Ensino Secundário para esta Especialidade de Engenharia;
4. Colaborar com as Universidades, na sensibilização dos responsáveis pelas políticas de Ensino Superior para a necessidade de reforçar a formação superior nesta Especialidade de Engenharia. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA AGRONÓMICA



VOGAL
Miguel de Castro
Simões Ferreira Neto



PRESIDENTE
Pedro Miguel
Cardoso de Castro Rego



VOGAL
Vicente
de Seixas e Sousa



O Colégio Nacional de Engenharia Agronómica pretende desenvolver, no próximo triénio, as seguintes linhas de actuação:

1. Defender a especificidade da Engenharia Agronómica para o exercício de funções nas áreas da Produção Agrícola, da Produção Animal, da Agro-Indústria/Alimentar, da Engenharia Rural, da Protecção das Plantas, da Economia e Gestão e dos Recursos Naturais e Ambiente, defendendo a necessidade de regulamentação de alguns dos actos específicos praticados pelos membros do Colégio de Engenharia Agronómica. Esta linha de acção será desenvolvida na sequência da actividade do Grupo de Trabalho “Domínios de Intervenção dos Membros do Colégio de Engenharia Agronómica”, e será estruturada em Grupos de Trabalho para aquelas áreas.
2. Dignificar a profissão e a imagem dos

Engenheiros representados por este Colégio no quadro da Ordem.

Aumentar a intervenção junto da opinião pública, de forma a realçar o papel da Engenharia Agronómica e do membro do Colégio de Engenharia Agronómica na sociedade.

Promover a interacção com a Administração Central, o Governo, as empresas e as Escolas do Ensino Superior, para que a qualidade dos membros da OE seja reconhecida como garante de qualificação profissional.

3. Com vista a contribuir para a formação contínua dos seus membros e para dar resposta às questões que se vão colocando na sociedade, realizar seminários, *workshops* e visitas de estudo.
4. Apoiar outros órgãos da OE, a fim de se fomentar o diálogo com as escolas de Ensino Superior, tendo como enquadramento o Processo de Bolonha e a necessidade de

resposta aos requisitos necessários à acreditação dos seus cursos, incentivando em paralelo o ensino de qualidade, a aproximação dos estudantes à vida profissional e os cursos de banda larga, por forma a responder aos actuais desafios do mercado de trabalho e da sociedade.

5. Colaborar com outras instituições na compilação de informação útil aos Engenheiros, a facultar subsequentemente pelos canais de comunicação da OE, em particular através do espaço do Colégio de Engenharia Agronómica no portal da Ordem.
6. Incentivar a colaboração na revista “Ingenium”, com vista a contribuir para a formação contínua dos membros da OE e para a divulgação de casos inovadores e/ou de sucesso – empresas, Escolas de Ensino Superior, instituições oficiais ou associativas.
7. Promover as actividades de cooperação internacional, mormente com os países de língua oficial portuguesa e da União Europeia, em particular o aprofundamento dos contactos já iniciados com o Brasil e Angola.
8. Dinamizar a actividade do gabinete de estágios, constituindo-se como interface entre as Escolas do Ensino Superior e as empresas, contribuindo, assim, para que a última etapa da vida académica e simultaneamente a primeira da vida profissional do jovem estagiário seja realizada já enquadrada na OE. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

FLORESTAL



VOGAL
António Emídio
Moreiras dos Santos



PRESIDENTE
Pedro César
Ochôa de Carvalho



VOGAL
José Carlos de Sousa
Uva Patrício Paul

Os Engenheiros Florestais desempenham um papel decisivo na gestão pública e privada das áreas florestais, na interface agro-florestal e nas interacções com outros sectores de actividade do País. Os problemas da gestão florestal sustentável exigem Engenheiros Florestais com competências que permitam abordar a multifuncionalidade dos diversos tipos de florestas e lidar com as componentes económica, ecológica e social. O seu desempenho pode e deve ser reconhecido tendo em conta competências, responsabilidade e ética, num contexto de garantia da qualidade dos Actos praticados.

É necessário, pois, desenvolver condições para intensificar a participação responsável dos Engenheiros Florestais na sua intervenção em Actos de Engenharia Florestal, garantindo a sua qualidade e assegurando práticas responsáveis.

O valor estratégico da Engenharia Florestal prende-se com:

- Identidade profissional;
- Regulamentação da profissão;
- Projecção do Engenheiro Florestal e do colectivo profissional perante a sociedade;
- Intervenção nas políticas do sector florestal;
- Ambiente, desenvolvimento rural e ordenamento do território;
- O Engenheiro Florestal na administração

- pública e em organismos internacionais;
- O Engenheiro Florestal nas empresas e no exercício livre da profissão;
- Ensino e Formação profissional, investigação e novas tecnologias na profissão;
- Internacionalização.

Em torno destas temáticas **prosseguirá** um conjunto de linhas de acção durante o triénio 2010-2013:

1. Divulgar as actividades dos Engenheiros Florestais, a profissão e a sua importância para o desenvolvimento sustentável.
2. Aprofundar o processo de regulamentação das profissões de Engenharia Florestal desenvolvendo o debate iniciado pelo documento dos "Actos Próprios" e salientando a importância das competências para o Desenvolvimento Sustentável da Sociedade Portuguesa, procurando assegurar o seu reconhecimento legal.
3. Dinamizar a ligação com as instituições de ensino de forma a valorizar a acreditação de cursos, tendo em conta as reestruturações decorrentes do Processo de Bolonha.
4. Aumentar a representatividade do Colégio Nacional: em cerimónias públicas, peritagens judiciais e em júris de selecção de projectos de desenvolvimento florestal, em especial na sua relação com autarquias, Autoridade Florestal Nacional e tecido empresarial.
5. Melhorar a qualificação profissional ao

longo da vida profissional, promovendo a acreditação de acções de formação contínua e a organização de diversas acções.

6. Concertar objectivos com o tecido institucional.
7. Apoiar a integração profissional dos membros estagiários através de Bolsas de Emprego e de parcerias com Associações Empresariais.
8. Promover a internacionalização da profissão com a realização de acções várias de cooperação e intercâmbio internacional, nomeadamente através de um encontro ibérico com o Colégio de Engenharia de Montes de Espanha, e com outras organizações.
9. Organizar conferências e seminários públicos com personalidades de relevo.
10. Divulgar as actividades do sector florestal e o papel da Engenharia Florestal.
11. Reforçar a linha de acção editorial na "Ingenium" e na *Newsletter* Nacional da OE.
12. Desenvolver o portal do Colégio Nacional de Engenharia Florestal diversificando meios de divulgação e debate, e abrindo espaços para as actividades dos Colégios Nacional e Regionais e das instituições públicas e privadas do sector florestal. ■

* O presente texto corresponde a uma versão abreviada do Programa de Acção para o Mandato.

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA DE MATERIAIS



VOGAL
Maria Manuela
Xavier de Basto de Oliveira



PRESIDENTE
António Manuel
de Sousa Correia



VOGAL
Maria Domingas
Gonçalves Martins

A abrangência da Engenharia de Materiais, ramo de saber e fazer, central para a maioria da actividade técnica e industrial da Engenharia em Portugal e no Mundo, obriga a uma interacção crescente dos profissionais do ramo com as demais Especialidades de Engenharia, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e económico do País.

A presente candidatura pretende contribuir para a afirmação e alargamento da definição de “Actos de Engenharia” próprios dos Engenheiros de Materiais e da “Matriz de Competências Específicas”, usando a investigação, o desenvolvimento, o fabrico, a aplicação dos materiais em cada uma das fases do ciclo de vida dos produtos como foco e mote para a colaboração com as demais Especialidades de Engenharia, num relacionamento eficaz entre Colégios.

Propõe-se, assim, a sermos eleitos para o Conselho Nacional do Colégio de Engenharia de Materiais nos próximos três anos, o seguinte:

1. Aumentar o número de licenciados/mestres em Engenharia de Materiais inscritos na OE.
2. Promover o contributo da OE para as carreiras profissionais dos Engenheiros de Materiais.
3. Impulsionar a participação dos membros do Colégio nas actividades e iniciativas da OE.



4. Valorizar o papel técnico e económico que os Engenheiros de Materiais têm nas empresas e demais organizações empregadoras.
5. Promover, junto dos membros da OE de outras Especialidades, e que desenvolvem a sua actividade de forma continuada na área da Engenharia dos Materiais, a possibilidade e interesse da sua inscrição no Colégio de Engenharia de Materiais.
6. Promover a colaboração com os Conselhos Regionais, as Escolas de Engenharia e as Associações Industriais dos sectores afins, fomentando, de forma pró-activa, a aproximação da formação superior e pós-graduada às reais necessidades do mercado.
7. Fomentar a ligação das Escolas de Engenharia às Empresas.
8. Apoiar a divulgação dos cursos de Engenharia de Materiais nas Escolas do Ensino Secundário.
9. Patrocinar grupos de trabalho que actuem as Especializações definidas no Regulamento do Colégio e promovam a discussão sobre a criação de novas Especializações.
10. Colaborar nos esforços de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Ciência e Engenharia dos Materiais, com destaque para as actividades promovidas pela Sociedade Portuguesa de Engenharia de Materiais na comemoração anual do Dia Mundial dos Materiais.
11. Colaborar com outras sociedades e instituições, nacionais e estrangeiras, no âmbito de actividades de interesse para os membros do Colégio.
12. Prosseguir a colaboração regular com a “Ingenium” e reforço da presença no portal da OE. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA INFORMÁTICA



VOGAL
Maria Fernanda E. G.
Cerqueira de Lemos Pedro



PRESIDENTE
Edmundo Heitor
da Silva Monteiro



VOGAL
Artur José
de Araújo Meleiro

Preâmbulo

No actual contexto socioeconómico de globalização da economia, a profissão de Engenheiro Informático enfrenta desafios que necessitam de reflexão profunda, seguida de acções concretas no sentido de adaptar a profissão às novas realidades e às necessidades específicas de Portugal e da União Europeia.

A nossa candidatura pretende, antes de tudo, que a Ordem dos Engenheiros e o Colégio de Informática tenham um papel activo na protecção e valorização da profissão de Engenheiro Informático e na preservação da ética e deontologia profissionais.

Principais Linhas de Acção

Assim, será promovida uma reflexão estratégica alargada sobre o papel do Colégio de Informática e da OE e sobre a profissão de Engenheiro Informático no contexto pós-Bolonha.

Será também promovida, em cooperação com as instituições de Ensino Superior com papel na formação de profissionais de informática, uma reflexão com vista à definição e criação de Especialidades em Engenharia Informática, associadas à caracterização dos Actos de Engenharia Informática.

Para melhor auscultar as necessidades do mercado de trabalho e a adaptação da profissão a estas necessidades, será promovida a aproximação do Colégio e da OE às empresas com actividades na área das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). De forma a enquadrar as mudanças necessárias no contexto internacional, será promovida a ligação a associações congéneres no espaço europeu e a nível Internacional (ex. IEEE, ACM).

Tratando-se de um Colégio com pouca representatividade junto dos profissionais de informática e do mercado de trabalho, serão promovidas iniciativas no sentido de dinamizar as actividades e atrair novos membros para o Colégio, aumentando deste modo a sua representatividade, quer internamente quer perante a sociedade em geral.

Concretamente, serão tomadas medidas no sentido de diminuir o distanciamento dos jovens graduados em Informática relativamente à OE, facilitando a adesão de estudantes, de jovens graduados e de profissionais de informática licenciados em Engenharia não inscritos na OE ou integrados noutros Colégios.

A adesão de jovens graduados será dinami-

zada através da realização de programas de estágio, procurando-se também uma integração progressiva entre os estágios realizados pelos finalistas em empresas e os estágios curriculares da OE.

Para uma maior aproximação dos membros ao Colégio procurar-se-á também ir ao encontro das necessidades profissionais dos membros através de acções de formação profissional, palestras de divulgação, actividades culturais e fomentando a utilização de meios electrónicos (fóruns, listas de e-mail, redes sociais, etc.).

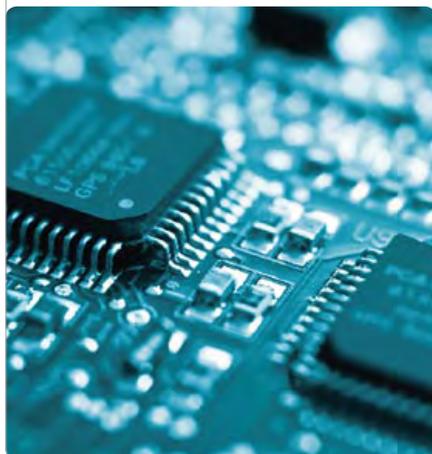
Procurar-se-á ainda dar aos membros do Colégio condições vantajosas no acesso às TIC através do estabelecimento de acordos e parcerias com entidades de referência.

Conclusão

A nossa candidatura procurará estabelecer um clima de abertura e de cooperação, fomentando a discussão e o aparecimento de novas ideias e iniciativas, e tendo em conta as diferentes realidades dos profissionais de Informática a nível sectorial, regional, nacional e no contexto europeu.

Estamos convencidos que o Colégio de Informática tem um papel determinante a desempenhar no futuro da profissão de Engenheiro Informático e faremos disso a nossa missão para o mandato a que nos candidatamos. ■

* O presente texto corresponde a uma versão abreviada do Programa de Acção para o Mandato.



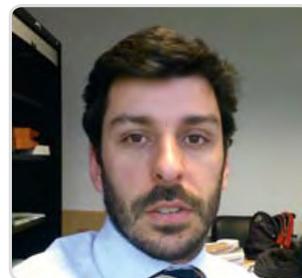
COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE



VOGAL
Leonor Miranda
Monteiro do Amaral



PRESIDENTE
Luís António
Paulo Martins Marinheiro



VOGAL
João Miguel
Tiago de Almeida

A Ordem dos Engenheiros é a instituição nacional que representa os Engenheiros que exercem a respectiva profissão. O Colégio de Engenharia do Ambiente da OE tem como missão pugnar pela afirmação da Engenharia do Ambiente e apoiar os Engenheiros do Ambiente no exercício da sua actividade profissional.

A lista candidata pretende desenvolver a sua acção prioritariamente em torno da qualificação académica e profissional, do reconhecimento de competências, da responsabilização dos actos e da defesa de valores de ética e deontologia. Outra vertente a merecer particular ênfase é o reforço da importância da Especialidade no seio da OE. Neste contexto, esta lista candidata propõe-se:

1. Pugnar pela consolidação e valorização da profissão de Engenheiro do Ambiente e contribuir para a consolidação e valorização do papel da Engenharia do Ambiente na sociedade portuguesa.
2. Colaborar com os restantes Colégios Nacionais e promover uma melhor articulação com as Especializações no sentido de reforçar a sua intervenção na vida da OE.
3. Promover o contributo da Engenharia do Ambiente em iniciativas da OE.
4. Optimizar sinergias entre Colégio Nacional e Conselhos Regionais de Colégio, no sentido da procura de coerência de acções, da promoção de uma melhor coe-

são geográfica e da melhoria da informação entre Engenheiros do Ambiente.

5. Estimular o envolvimento da OE na exigente aprendizagem de competências ao longo da vida profissional e catalisar a definição e regulação dos Actos de Engenharia por Especialidade.
6. Fomentar, em estreita conjugação com o Conselho de Admissão e Qualificação e face ao novo quadro de formação desenhado pelo Processo de Bolonha, a superior qualificação dos cursos de Engenharia do Ambiente.
7. Aprofundar a interacção com Escolas de Engenharia e associações profissionais, promovendo a optimização dos perfis de formação, conteúdos programáticos e acções de formação pós-graduada com vista à sua adequação às reais necessidades do sector.
8. Estreitar laços com organismos congéneres da OE e outras associações e instituições profissionais, técnicas e científicas (nacionais e internacionais), visando a promoção do reconhecimento profissional dos membros inscritos no Colégio e a realização de iniciativas conjuntas com interesse ao exercício da profissão.
9. Incentivar os colegas inscritos no Colégio para a obtenção de diferentes níveis de qualificação profissional, nomeadamente de Membro Sénior e Membro Conselheiro.
10. Promover a realização de eventos dedicados à difusão de conhecimento téc-

nico e científico sobre temas de interesse para a Engenharia do Ambiente.

11. Estimular a realização de iniciativas de apoio à inserção de Engenheiros do Ambiente em início de carreira, apoiando a dinamização de gabinetes de estágios como forma de interface entre o percurso académico e a primeira etapa profissional.
12. Reforçar a participação do Colégio na preparação de conteúdos editoriais para a "Ingenium" e para o portal da OE, e concretizar o projecto "História da Engenharia do Ambiente em Portugal".

Esta é uma candidatura que se assume como promotora da qualificação e consolidação da Engenharia do Ambiente na sociedade portuguesa, através do reforço da defesa dos interesses dos Engenheiros do Ambiente e da dinamização de acções tendentes à sua valorização. ■

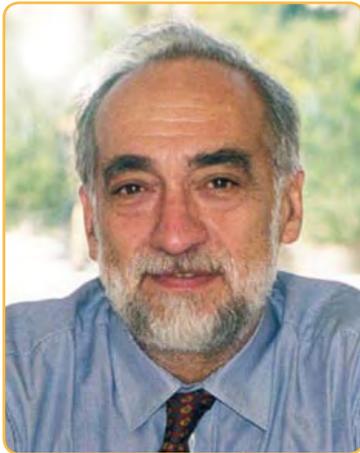
* O presente texto corresponde a uma versão abreviada do Programa de Acção para o Mandato.



LISTA
B

NACIONAL

LISTA
B



Candidato a Bastonário

**FERNANDO COUTINHO
DA SILVEIRA RAMOS**

- Gerente da Consulmar, Projectistas e Consultores Lda. desde 1981, com actividade continuada nos domínios da hidráulica marítima, Engenharia costeira e estruturas portuárias. Recebeu, em 2009, o Prémio “Fernando Abecassis” de excelência de carreira, atribuído pela Delegação Portuguesa da PIANC.
- É fundador da Eurocoast-Portugal, foi, entre 1998 e 2002, Vice-Presidente do Conselho Científico do Instituto para a Ciência e Tecnologia do Mar, integrou, entre 2000 e 2007, a Comissão da Marca de Qualidade do LNEC, e é fundador e membro da Direcção do Centro de Energia das Ondas.
- Foi eleito Presidente da APPC em 1998 e reeleito sucessivamente em 2001 e 2004.



Candidato a Vice-Presidente Nacional

**PAULO EMÍDIO
DE QUEIROZ
LOPES REIS**

- Engenheiro Civil (IST - Estruturas), 1981, 53 anos. Membro Sénior e Especialista em Estruturas pela Ordem dos Engenheiros. Presidente do Conselho Directivo da Região Sul, mandatos 2001-2004 e 2004-2007. Membro do Comité Português da FEANI – Fédération Européenne d'Associations Nationales d'Ingénieurs 2007-2010.
- Projectista de Estruturas e sócio-gerente, desde 1990, da ESTIPLANO, Estudos e Projectos Lda.. Como projectos referem-se os novos edifícios do IST, em Lisboa e no Tagus Park, Hotel com 27 pisos em Luanda e Obras de Arte no nó do Carregado.



Candidata a Vice-Presidente Nacional

**MARIA TERESA COSTA
PEREIRA DA SILVA
PONCE DE LEÃO**

- Doutora em Engenharia Electrotécnica e de Computadores pela FEUP. Professora da FEUP e Investigadora Sénior do INESC Porto.
- Presidente do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, LNEG I.P.
- Tesoureira e Vice-presidente do Conselho Directivo da Região Norte nos mandatos 2004-2007 e 2007-2010.
- Membro do Advisory Group for Energy (EU 7th Framework Programme), do ExCo da European Energy Research Alliance, do Conselho Científico do Pólo de Competitividade para as Tecnologias Energéticas e do Conselho Científico da EnerGaia
- Vice-Presidente da European Sustainable Energy Innovation Alliance.

MANDATÁRIOS

**LUÍS FERNANDO LOUREIRO TAVARES
ANTÓNIO BENTO FRANCO**

Valorizar a Engenharia com uma Ordem para todos os Engenheiros

A. OBJECTIVOS CENTRAIS E RAZÕES DE APRESENTAÇÃO DA CANDIDATURA

1. A nossa Ordem está a entrar numa nova etapa. É urgente o ajustamento da Engenharia e dos Engenheiros a um mercado e a um tecido social em mutação. Um maior profissionalismo da estrutura orgânica e a criação de condições que permitam uma maior disponibilidade dos Engenheiros de referência, para se envolverem e assumirem responsabilidades na Ordem é, agora, um imperativo.
2. O sector privado, e os seus Engenheiros, vêm ganhando importância através do crescimento e da proliferação das estruturas empresariais. Os poderes político/administrativos, que se assumem crescentemente apenas como entidades de regulação e controlo, têm-se reposicionado. Estes dois factos obrigam-nos também a reflectir sobre as características da nossa estrutura profissional e da orgânica da Ordem e da sua direcção. Uma maior independência em relação às fontes do poder, uma crescente parceria com todos os actores situados nas nossas fronteiras, uma maior capacidade reivindicativa e de afirmação própria da Engenharia, e uma reafirmação dos objectivos de interesse público da nossa intervenção, são também imperativos de enquadramento das nossas acções futuras.
3. A Ordem é uma instituição cuja actuação visa a defesa do interesse público e da qualidade da Engenharia portuguesa. Ela não é uma organização sindical, nem empresarial, nem mesmo profissional, de mera defesa de interesses individuais ou de grupo. É preciso não cair na armadilha da progressiva transformação da Ordem numa organização de defesa de interesses corporativos. A Engenharia tem sido em muitas conjunturas um dos motores do desenvolvimento do País e a qualidade dessa Engenharia é um valor que tem tido nisso um papel determinante. A Ordem tem de ser o principal garante desse valor e deve ter a preocupação permanente de o promover.

4. Com muito mais relevo do que noutras associações profissionais, a nossa Ordem caracteriza-se por integrar Engenheiros localizados em situações completamente diferentes na estrutura produtiva/administrativa nacional. Esta situação é uma das razões do nosso êxito e da nossa força. É isso que nos obriga a um grande esforço de concertação interna e a procurar soluções justas, integradas e equilibradas. Manter e assumir esta característica, pode não ser pacífico mas é determinante.
5. A Ordem já hoje tem uma participação relevante e reconhecida no movimento social. É, no entanto, necessário aprofundar essa participação, reforçar o papel da Ordem na qualificação profissional, estreitar os laços com as unidades de investigação, fomentar a valorização da inovação e da criatividade na contratação da Engenharia, aprofundar a relação com o sistema de ensino. É necessário fazer o caminho do reforço das parcerias com os principais actores públicos e privados que interferem na regulação, na contratação e no controlo dos Actos de Engenharia.
6. Temos de desencadear uma acção permanente de afirmação da qualidade da Engenharia nacional e dos valores éticos da actividade dos nossos Engenheiros. Temos de reconhecer que a imagem pública da Engenharia e dos Engenheiros não é a que desejamos, nem mesmo a que julgamos merecer. Somos demasiadas vezes conotados com situações de falta de transparência. Não se trata de montar apenas um bom cenário de transformação de imagem. Temos de passar a ter uma acção assumidamente pró-activa no combate contra a corrupção, com especial incidência nos dois principais pilares que a sustentam: a) a falta de transparência de muitos actos concretos e, b) a perceptível promiscuidade de actividades e de interesses. Esta não é uma candidatura contra ninguém, mas também não é uma candida-

tura de mera continuidade das acções. É uma candidatura com uma nova visão para uma nova etapa da vida da Ordem que, no entanto, se revê na continuidade do trabalho feitos nas etapas anteriores. Como acontece sempre, os objectivos, as estratégias e as conjunturas determinam o perfil das lideranças e das organizações. Também aqui e agora isso acontece. Vai ser necessária uma actuação comprometida e frontal; concertação interna mas, provavelmente, também confronto; pensar radical, falar claro mas agir em concertação, será o caminho; ir à luta, correr riscos, ter coragem, mas saber recuar. Com outros objectivos, com outras prioridades ou por outros caminhos poderíamos não ser nós as pessoas certas para liderar este novo combate. Com estes objectivos, prioridades e caminhos atrevemo-nos a dizer que sim, que temos os perfis adequados a este desafio.

B. LINHAS DE FORÇA PROGRAMÁTICAS

1. **Manter o rumo da dignificação da Engenharia e dos Engenheiros**
 - Reafirmar os objectivos de interesse público da Ordem.
 - Assumir a qualidade da Engenharia como o primeiro interesse dos Engenheiros.
 - Exigir a participação da Ordem em todos os aspectos de regulação da actividade dos Engenheiros.
2. **Construir uma Ordem para todos os Engenheiros**
 - Defender nas várias instâncias os interesses profissionais próprios dos Engenheiros.
 - Desenvolver mecanismos que permitam estar presente e actuante em todo o País.
 - Manter, em todas as circunstâncias, a independência dos poderes políticos e económicos.
 - Recusar o elitismo, nomeadamente entre os profissionais de Engenharia.
3. **Reforçar o peso da experiência profissional na qualificação dos Engenheiros**
 - Credibilizar o sistema de graduação pro-

fissional e promover a sua visibilidade interna e externa.

- Rever as exigências de antiguidade e experiência profissional para os diversos graus da Ordem.
- Colaborar com os donos de obra na especificação das exigências de qualificação profissional.
- Defender a valorização da inovação e da criatividade na selecção dos prestadores de serviços.

4. Reforçar a intervenção pública e aumentar a influência social e política da Ordem

- Aumentar a visibilidade, falar claro e ousar afrontar os poderes, na defesa das nossas convicções.
- Organizar o debate público das grandes questões nacionais com forte intervenção de Engenheiros.
- Reforçar as parcerias com as outras associações profissionais nacionais e internacionais.
- Fomentar a transparência nos Actos da Engenharia e ser pró-activo contra a corrupção.

5. Pugnar pela revisão do enquadramento legal da actividade dos Engenheiros

- Identificar e promover a regulamentação dos Actos de Engenharia de confiança pública.
- Clarificar as responsabilidades próprias dos Engenheiros nos diversos Actos de Engenharia.
- Exigir a obrigatoriedade de qualificação profissional apropriada aos Actos de Engenharia.
- Rever as qualificações dos responsáveis pela elaboração, revisão e aprovação de projectos.
- Reequacionar a partilha de responsabilidades entre os diversos actores na construção de obras.
- Garantir o acesso a um adequado seguro de responsabilidade civil profissional.

6. Melhorar a capacidade de intervenção da Ordem nas políticas de ensino

- Assumir a declaração de Bolonha como uma oportunidade e acompanhar a sua implementação.
- Estreitar a relação da Ordem com as estruturas de ensino da Engenharia.
- Promover a valorização do desenvolvimento profissional contínuo.
- Criar um sistema de actualização periódica de conhecimentos e competências.

- Promover a adesão das escolas de referência à marca de qualidade EUR-ACE.

7. Incrementar as relações internacionais da Ordem com organizações congéneres

- Participar na organização conjunta de eventos internacionais, conferências, simpósios, etc..
- Equacionar o papel, novos atributos e competências para os Engenheiros na sociedade futura.
- Promover a realização de parcerias e projectos internacionais entre os associados.
- Dar especial atenção ao incremento das relações com as organizações dos PALOP.

8. Apoiar a integração na vida activa dos jovens Engenheiros

- Facilitar a realização de estágios profissionais a nível nacional e internacional.
- Reforçar a transversalidade da formação em áreas como Economia, Gestão, Sustentabilidade, etc..
- Reforçar a integração e a formação ética e deontológica dos jovens profissionais.
- Facilitar a troca de experiências e de estágios para os jovens Engenheiros.
- Promover o gosto pela participação cívica e cultural nas actividades da Ordem.

9. Adaptar a Organização da Ordem à nova conjuntura e à realidade interna

- Reforçar a estrutura profissional da Ordem e, em geral, dos serviços centrais de apoio.
- Reequacionar as condições remuneratórias dos cargos de topo da Ordem.
- Fomentar uma maior dinâmica, intervenção e visibilidade aos Conselhos dos Colégios.
- Organizar os grupos profissionais que não se revêem na actual estrutura da Ordem.

C. ALGUMAS PROPOSTAS CONCRETAS

De alterações estatutárias:

- Revisão dos Estatutos para os adaptar ao novo enquadramento legal.
- Introduzir o direito dos ex-Bastonários, quando não eleitos para qualquer outro órgão, participarem na Assembleia de Representantes.
- Permitir cargos remunerados, em condições claras e transparentes, na direcção de topo da Ordem, nomeadamente do Bastonário e/ou Vice-Presidentes, a regu-

lamentar depois de debate interno nos órgãos nacionais e regionais da Ordem.

Na organização interna:

- Reforçar a estrutura de apoio profissional aos Conselhos dos Colégios, de modo a tornar mais compatível a actividade profissional de qualquer Engenheiro com a actividade associativa envolvendo a organização das Especialidades.
- Criação de estruturas organizativas permanentes ou provisórias, para a análise das problemáticas transversais de alguns grupos profissionais, nomeadamente da construção, da administração pública e do ensino e investigação.
- Criação de um grupo técnico e jurídico de assessoria ao CAQ, formado por personalidades de reconhecido mérito científico e profissional.
- Simplificação da arquitectura directiva da Ordem, reorganizando e clarificando as competências de gestão, de qualificação e de regulamentação, de cada órgão.
- Acelerar a modernização dos serviços internos da Ordem, adoptando procedimentos administrativos (por ex. emissão de certificados, procedimentos eleitorais, sistemas de controlo económico e financeiro, etc.) baseados na Internet.
- Dotar a Ordem de Sistemas de Gestão da Qualidade, do Ambiente, da Segurança e Saúde e de Responsabilidade Social.

Na organização externa:

- Maior envolvimento dos elementos do CAQ e dos Colégios nas actividades externas da Ordem.
- Repartir, não só com os Vice-presidentes, mas também com outros dirigentes de topo da Ordem, a responsabilidade do Bastonário na representação externa da Ordem, dependente da conjuntura e conforme os assuntos e as oportunidades.
- Responder à crescente internacionalização da Engenharia portuguesa promovendo a celebração de protocolos com organizações congéneres de outros países, visando o reconhecimento profissional em condições de reciprocidade.
- Consolidar a relação entre as associações profissionais de Engenheiros Civis dos países de língua oficial portuguesa e castelhana, mantendo uma participação activa no movimento iniciado no seu I.º encontro realizado em Lisboa, em Março de 2008. ■

Candidatos ao Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ)

Engenharia **CIVIL**



José d'Assunção
Teixeira Trigo



Hipólito José
Campos de Sousa

Engenharia **ELECTROTÉCNICA**

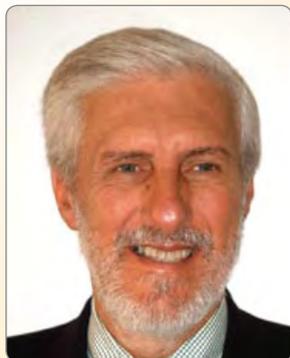


José Manuel de Araújo
Batista Mendonça



José Luís
de Sousa Peralta

Engenharia **MECÂNICA**



António José Nunes
de Almeida Sarmento



José Manuel
dos Santos Fernandes

Engenharia **GEOLÓGICA E DE MINAS**



Luís Paulo
Costa Maldonado Gonelha



Patrícia Maria Soldin
da Silva Falé e Costa

Engenharia **QUÍMICA E BIOLÓGICA**



Luís Manuel Meneses
Guimarães de Almeida



Cândido José
Dominguez dos Santos

Engenharia **NAVAL**



António Manuel
Duarte de Pinho Moutinho



José
Aguiar Ferreira

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA B CONSELHO DE ADMISSÃO E QUALIFICAÇÃO

Engenharia **GEOGRÁFICA**



António Alexandre
Martins Mendonça



Manuel Alexandre
Ferreira Pinto de Abreu

Engenharia **AGRONÓMICA**



Sidónio
da Costa Pardal



António Maria
Marques Mexia

Engenharia **FLORESTAL**



João Carlos Lobão
Tello da Gama Amaral



José de Jesus
Gaspar

Engenharia de **MATERIAIS**



Fernando António
Portela de Sousa Castro



António Paulo
Sá e Cunha

Engenharia **INFORMÁTICA**



Raul Fernando
de Almeida Moreira Vidal



Luís Filipe
de Seabra Lopes

Engenharia do **AMBIENTE**



José Manuel
Gaspar Martins



José Eduardo
Rodrigues Barroso

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

CIVIL



VOGAL
Paulo Edgar Rodrigues
Ribeirinho Soares



PRESIDENTE
José Manuel
Rosado Catarino



VOGAL
João José Nogueira
Gomes Rebelo

Contribuir para o Progresso da Engenharia Civil ... com responsabilidade e inovação ...

O Engenheiro Civil é um profissional que, no respeito da ética, pratica Actos que possam contribuir para um mundo sustentável, com uma melhor qualidade de vida (ECCE – Carta dos Engenheiros Cívicos). O Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros será, naturalmente, o fórum de discussão das questões profissionais, de formação, actualização e especialização, de admissão e qualificação dos Engenheiros Cívicos, em estreita colaboração com o Conselho Directivo Nacional e os Conselhos Regionais de Colégio. A difícil e interessante tarefa dos Engenheiros Cívicos deverá, assim, ter o apoio permanente do Colégio de Engenharia Civil, mobilizando as estruturas de ensino e de investigação de Engenharia Civil, as associações profissionais de empreiteiros, projectistas e consultores e as entidades públicas e privadas responsáveis por todos os tipos de obras de Engenharia Civil.

Esta candidatura irá promover uma discussão sobre a aplicação da Portaria 1379/2009, que regula as qualificações específicas mínimas adequadas à elaboração de projectos, à direcção de obras e à direcção de fiscalização de obras, no âmbito dos projectos e obras, públicas e particulares, de

acordo com a Lei 31/2009. A entrada em vigor desta Portaria, em 1 de Novembro de 2009, prejudicou a actividade dos projectistas, nas relações com as autarquias, pela impossibilidade de obterem, em tempo, as qualificações que passaram a ser exigidas. Foram, assim, criadas situações inaceitáveis decorrentes das qualificações mínimas exigidas aos Técnicos, igualando, no momento da formação, os perfis de Engenheiro Estagiário com 5 anos de formação com Engenheiro Técnico Estagiário com 3 anos de formação. Os Arquitectos passaram a poder assumir a direcção de obras sem a correspondente formação académica. Neste diploma, as exigências de qualificação para o projecto de estruturas não se relacionam, por vezes, com a sua complexidade.

Esta candidatura ao Colégio de Engenharia Civil defende a independência, o interesse público, a ética e a exigência de qualidade, pela responsabilização dos agentes intervenientes no acto de construir e a diferenciação dos mesmos, tendo em conta a formação de base, a experiência e a formação contínua. Irá propor ao Conselho Directivo Nacional da Ordem as iniciativas convenientes, junto do Governo, da

Assembleia da República, ou de outras instituições, para a revisão urgente da Portaria 1379/2009 e sua adequação ao serviço público e à confiança que a actividade é merecedora.

Num mundo em mudança, com evolução tecnológica acelerada e condicionantes de projecto cada vez mais relacionadas com as dimensões da sustentabilidade, o papel da Engenharia Civil estará em permanente ajuste. O Colégio de Engenharia Civil é o local para esta reflexão, sublinhando desde já a importância da componente da gestão na formação do Engenheiro e a necessidade da intervenção da Engenharia e do Engenheiro em todas as fases de projecto, da concepção à sua operação.

Queremos um Colégio de Engenharia Civil com visibilidade e dinâmica de intervenção, consequência natural de um esforço genuíno para criar melhores condições de trabalho, pensando em primeiro lugar nos jovens Engenheiros e contando com a sua enorme capacidade de inovação, fomentando a análise pública das grandes questões, combatendo a corrupção e incentivando a transparência... com a participação de todos os Engenheiros Cívicos. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

ELECTROTÉCNICA



VOGAL
António Manuel
Lobo Gonçalves



PRESIDENTE
Jorge Manuel
Pais Marçal Liça



VOGAL
Valdemar
Ferreira Rosas

Este programa está enquadrado pela “Carta Aberta aos Engenheiros” e pelas “Linhas Programáticas” da candidatura a Bastonário do Eng. Fernando Silveira Ramos, para as eleições da Ordem dos Engenheiros, a realizar a 26 de Fevereiro de 2010.

As linhas de orientação deste programa de candidatura são:

- i. A promoção dos valores éticos do Engenheiro;
- ii. A contribuição para tornar a Ordem dos Engenheiros uma instituição com mais relevo político e social;
- iii. O desenvolvimento da qualidade da Engenharia portuguesa;
- iv. O reforço dos laços com os Engenheiros de países ibero-americanos e de língua oficial portuguesa.

Para atingir estes objectivos, pretende-se, quer de forma autónoma dentro do nosso Colégio, quer em colaboração com os outros Colégios, actuar de forma pró-activa nas seguintes áreas:

1. No sentido de contribuir para reforçar a integração e a formação deontológica dos jovens profissionais, bem como fomentar a transparência dos Actos de Engenharia e ser pró-activo contra a corrupção, propomo-nos promover encontros, conferências temáticas, debates e *workshops*, de modo a sensibilizar os Engenheiros e a sociedade para a impor-

tância central dos valores fundamentais ao ser humano.

2. Tendo em vista aumentar a intervenção pública e aumentar a influência social e política da Ordem, pretende-se aumentar a participação na regulação da actividade através da auscultação da opinião dos membros. Para isso prevê-se o envio de questionários aos associados e tratamento dos dados para avaliar a sua opinião colectiva de maior significância.
3. Para melhorar a nossa capacidade de intervenção na definição das políticas de ensino, com o objectivo de desenvolvimento da qualidade da Engenharia portuguesa, haverá que dar voz à opinião das academias, associações empresariais e in-



dustriais, bem como fomentar o estabelecimento de eventuais parcerias entre essas instituições e entre elas e a Ordem. A criação de prémio(s) de excelência, no âmbito de trabalhos realizados quer pelos estudantes de Engenharia Electrotécnica, quer pelos nossos associados, permitirá certamente dinamizar a inovação e a criatividade na profissão. Pretende-se contribuir para a formação, actualização e qualificação profissional de Engenheiros Electrotécnicos que considerem carecer de competências técnicas e científicas especiais para funções com especificidades próprias, não usuais.

4. Para reforçar as parcerias com as outras associações profissionais e estrangeiras, pretende-se contribuir para a aproximação a outras associações, em especial as sediadas no espaço ibero-americano e nos países de expressão oficial portuguesa, quer a nível institucional, quer a nível dos seus associados. A intervenção da Ordem nestes países, parte dos quais atravessa uma fase de crescimento acelerado, poderá para aí transportar o capital de experiência associativa e técnica que estão disponíveis quer na Ordem, quer individualmente nos nossos associados. Consideramos ser indispensável fomentar encontros entre delegações de diferentes países a propósito de eventos relevantes do âmbito da Engenharia Electrotécnica. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

MECÂNICA



VOGAL
Fernando Jorge
Lino Alves



PRÉSIDENTE
Henrique
Joaquim Gomes



VOGAL
Helder José
Perdígão Gonçalves

Este programa insere-se na candidatura a Bastonário do Eng. Fernando Silveira Ramos, sob o lema “acORDEM Engenheiros”.

São suas linhas de força:

A nível específico

- Valorização das especialidades da Engenharia Mecânica numa sociedade globalizada;
- O ajustamento da Engenharia e dos Engenheiros Mecânicos às necessidades do mercado;
- O reforço do relacionamento da Ordem com os Engenheiros Mecânicos.

A nível geral

- A defesa da qualidade da Engenharia nacional e dos valores éticos da actividade dos nossos Engenheiros;
- A contribuição para o reforço institucional da Ordem.

Para atingir estes objectivos, propõe-se dar ênfase à actuação nas seguintes áreas:

1. Contribuir para satisfazer a necessidade urgente do **ajustamento da Engenharia e dos Engenheiros a um mercado e a um tecido social em mutação**, nomeadamente as necessidades de adaptação, inovação e aumento de competitividade da nossa economia, identificando os desafios da Engenharia Mecânica e as oportunidades em novas áreas tecnológicas (nanotecnologia, energias renováveis e

eficiência energética, novos materiais e processos tecnológicos, etc.) e dando visibilidade e sensibilizando os Engenheiros e a sociedade para os mesmos. Utilizar-se-ão, entre outros, os seguintes meios:

- a. Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Mecânica;
- b. Grupos de trabalho e discussão temática das grandes questões nacionais com incidência nas políticas públicas;
- c. Sessões de divulgação e visitas de estudo;
- d. *Workshops* sobre as grandes áreas de actuação dos Engenheiros Mecânicos (Climatização, Regulamentação e Certificação Energética);
- e. Participação activa nos meios de divulgação da Ordem e colaboração em congressos e seminários em parceria com Universidades e Escolas.

2. A Ordem deve ser um motor no levar do saber da Academia às empresas e da necessidade do saber das empresas à Academia. Actuar como um dos catalisadores desta relação, através de:

- a. O acompanhamento do ensino da Engenharia, mantendo um estreito relacionamento com a Academia;
- b. O reforço das parcerias com as grandes empresas e associações empresariais;
- c. O reforço da ligação às Instituições de Ciência e Tecnologia Nacionais e Internacionais.

3. Melhorar a representação e o envolvimento dos Engenheiros Mecânicos em torno da Ordem e das suas Regiões, defendendo os seus interesses. Contribuir para a formação, actualização e qualificação profissional de Engenheiros, com competências técnicas e científicas e características comportamentais adequadas para as novas exigências da economia. Potenciar a eficácia destas actuações, dirigindo-as aos **sectores económicos mais característicos da dimensão não organizada da Ordem**:

- a. Promover debate sobre a profissão, necessidades e interesses próprios dos Engenheiros Mecânicos;
- b. Contribuir para a actualização e qualificação profissional de Engenheiros, com competências técnicas e científicas e características comportamentais adequadas para as novas exigências do mercado;
- c. Participar na regulação da actividade, na reformulação das responsabilidades dos Engenheiros e no seu enquadramento legal;
- d. Acompanhar a criação de um “Observatório de Emprego e Formação”;
- e. Apoiar a realização e divulgação de eventos que promovam a coesão da classe e a aprendizagem contínua dos Engenheiros Mecânicos;
- f. Promover a uniformização de critérios de avaliação de estágios e outras actividades. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA GEOLÓGICA E DE MINAS



VOGAL
Teresa Maria
Cordeiro Burguete



PRESIDENTE
José Rodrigues
da Costa Abrantes



VOGAL
Artur
Mouta Faria

No prosseguimento do mandato anterior, propõe-se, com a actual lista, a continuidade da defesa dos interesses profissionais dos membros do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas, na sua actividade no domínio das tecnologias e conhecimentos aplicados às formações geológicas e substâncias minerais, em complementaridade com as outras Especialidades de Engenharia, procurando ao mesmo tempo contribuir para o prestígio da Ordem e da Engenharia portuguesa. O conjunto de acções que se pretende desenvolver e consolidar no próximo triénio, dentro dos princípios enunciados, é nomeadamente o seguinte:

1. Ponderar, no seio do Colégio, uma nova designação para este, tendo em conta a

abrangência da actividade na Engenharia de Minas e Engenharia Geológica;

2. Promover as acções de formação contínua no seio da Ordem, quer em acções destinadas aos novos licenciados, em complementaridade à formação escolar, quer em acções de divulgação e aperfeiçoamento, no domínio das novas tecnologias;
3. Promover relações com outras instituições profissionais internacionais, nomeadamente no sentido do reconhecimento profissional;
4. Continuar as acções de defesa dos interesses profissionais dos membros do Colégio, nomeadamente junto das entidades oficiais, no que respeita ao ordena-

mento e boa utilização dos recursos minerais, bem como nos domínios das obras subterrâneas, geotecnia e águas minerais. Defender junto da Administração a necessidade de apreciação de projectos por técnicos inscritos na Ordem, com qualificações no mínimo idênticas às exigidas para os projectistas;

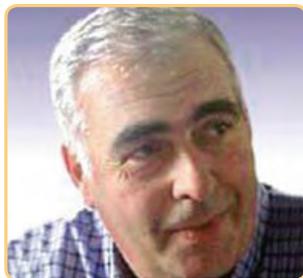
5. Colaborar no processo de acreditação dos cursos da Especialidade e promover, através do diálogo com as universidades, a compatibilização dos currículos dos cursos às novas necessidades do mercado;
6. Realizar os encontros nacionais do Colégio e jornadas de Especialidade, e fomentar a participação dos membros do Colégio nas realizações da Ordem. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA QUÍMICA E BIOLÓGICA



VOGAL
Manuel José
Teixeira Carrondo



PRESIDENTE
Carlos Albino
Veiga da Costa



VOGAL
José
Soares Mota

Os candidatos ao Colégio Nacional de Engenharia Química e Biológica são possuidores de uma experiência de vida, nos domínios empresarial, académico e institucional, abrangendo as áreas da concepção, do desenvolvimento, da implementação e da produção, nas várias dimensões: técnica, gestão, formação, relações pessoais, interpessoais, profissionais e deontológicas,

em ambientes globais (inter e multidisciplinares e multiculturais), que **querem pôr ao serviço da comunidade em geral e dos Engenheiros Químicos em particular.**

A presente candidatura para o Colégio Nacional de Engenharia Química da Ordem dos Engenheiros traduz o aproveitamento **desta oportunidade e disponibilidade pessoal, para a realização do que consideram uma das suas responsabilidades sociais, para a qual se declaram fortemente motivados.**

Não pretendendo rupturas com o passado que tem vindo a ser construído, e bem, por todos os colegas que já encontraram disponibilidade e apoio para desempenhar estas funções, querem dar continuidade ao trabalho já realizado, incluindo, naturalmente, as obrigações que decorrem directamente dos Estatutos e Regulamentos aplicáveis, mas colocando a ênfase do seu mandato na satisfação de duas necessidades que entendem da maior importância para o desenvolvimento da Engenharia Química e da classe dos Engenheiros que a servem. A primeira decorre da globalização que impõe que cada vez mais os Engenheiros Químicos desenvolvam a sua actividade noutros países e em ligação com estruturas fora de Portugal. É intenção dos candidatos promover a elaboração de um manual que contenha a informação relevante sobre o exercício da profissão, particularmente nos países que constituem destino

mais frequente, e propor o estabelecimento de acordos, caso ainda não existam, com as organizações locais congéneres.

A segunda decorre do que, no nosso entender, constitui uma das responsabilidades da Ordem dos Engenheiros para com o sistema de ensino superior português. Trata-se de proporcionar uma projecção para 2020 do que se prevê serem as competências técnicas, pessoais e profissionais de que o mercado necessitará nessa altura. Naturalmente que estas projecções irão depender dos cenários macroeconómicos previsíveis e, consequentemente, de emprego para 2020. Pensamos que, apesar da incerteza associada, este tipo de informação será uma peça de grande utilidade em sede de revisões curriculares e que a Ordem dos Engenheiros é uma das poucas instituições portuguesas que reúne as condições para fazer este trabalho.

A boa execução destes dois objectivos exige a participação alargada dos membros, podendo constituir os temas a debater nos Encontros Nacionais do Colégio e mesmo incluídos no próximo CHEMPOR.

Resta dizer que o Colégio Nacional, integrando os representantes dos Colégios Regionais, deve ser coeso, pelo que estamos conscientes da constante necessidade de acerto de posições e queremos manifestar a nossa abertura para o necessário diálogo. ■



TRIÉNIO 2010-2013

LISTA B CONSELHOS NACIONAIS DE COLÉGIO

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

NAVAL



VOGAL
Jorge Manuel
Machado Conceição



PRESIDENTE
Raúl Pedro Patrício
Teixeira Rodrigues Caria



VOGAL
Rui Jorge
Filipe Roque

O plano para o próximo mandato compreende as seguintes actividades:

1. Conclusão, com vista à sua aprovação pelo Governo, do projecto de diploma relativo à regulamentação da actividade do Engenheiro Naval;
2. Assegurar a continuação da existência em Portugal da licenciatura em Engenharia Naval (e.g. mediante a sua promoção e ampliação/capacitação para áreas afins – ver ponto seguinte);
3. Capacitar e promover o acesso do Engenheiro Naval na área da Administração Marítima (e.g. Portos, Pescas, Transporte, Segurança, Oceanografia, etc.);
4. Aumentar o número de inscritos no Colégio de Engenharia Naval;
5. Promover o encontro, relacionamento e intercâmbio profissional entre Engenheiros Navais;
6. Estabelecer protocolos de estágios com organismos de Estado (ex.: Administração Marítima Nacional) e empresas do sector;
7. Promoção de acções de formação, seminários, *workshops*;
8. Promover a realização em Portugal de Congressos e Encontros Internacionais de referência no sector marítimo;
9. Promoção de visitas de estudo a estaleiros, portos ou outros motivos de interesse no âmbito do sector naval;
10. Promover o intercâmbio de informações com associações estrangeiras, onde as suas competências e actividades sejam similares às do Colégio de Engenharia Naval;
11. Resumo mensal de publicações especializadas, a nível nacional e internacional, sobre temas técnicos do sector. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

AGRONÓMICA



VOGAL
António José
Lopes Dias



PRESIDENTE
António Manuel
Alves Ferreira



VOGAL
Fernando Correia
do Rêgo

A nossa candidatura ao Colégio Nacional de Engenharia Agronómica é uma candidatura agregadora, unificadora e que tem como intenção “Servir e Dignificar a Engenharia em geral e a Agronómica em particular”.

O nosso Colégio é o 4.º, em dimensão, no conjunto das Especialidades da Ordem dos Engenheiros, mas não reflecte o seu peso na participação, notoriedade e papel nas várias actividades e no dia-a-dia da Ordem. Estamos muito motivados para alterar esta imagem do Colégio, transmitindo a sua verdadeira dimensão e importância na sociedade.

No quadro da nossa intervenção institucional, queremos ainda contribuir para a simplificação de procedimentos da Ordem no seu conjunto, participar nela activamente, transmitindo a riqueza da nossa experiência, da nossa visão plural, onde a Engenharia Agronómica, com toda a sua multidisciplinaridade, pode e deve muito contribuir. A simplificação dos procedimentos não deve ser confundida com facilitismo. Queremos trazer os colegas à Ordem derrubando uma barreira psicológica instalada de que estamos perante uma instituição pesada, complexa, burocrática e inacessível.

Pretendemos criar uma ligação forte às Universidades, salientando a importância das formações académicas de excelência,

capazes de dotar os jovens de competências e ferramentas que lhes permitam encontrar trabalho num mercado global cada vez mais exigente e flexível.

Exigiremos, na sequência do trabalho já desenvolvido sobre Competências, Domínios de Intervenção e Actos do Engenheiro



do Colégio Agronómico, que haja uma aprovação deste documento nos órgãos competentes e se desenvolvam, em tempo útil e como prioridade, os contactos necessários para a aprovação do enquadramento legal/regulamentação da actividade dos Engenheiros do Colégio Agronómico.

Pretendemos manter uma relação de responsabilidade e solidariedade com os restantes órgãos da Ordem, defendendo sempre, e como prioridade, as grandes causas da instituição e da Engenharia.

Pretendemos propor o Colégio para concorrer à organização de grandes eventos internacionais ligados à Especialidade. Estu-

daremos, em conjunto com os Conselhos Regionais e através de consulta aos membros, um Plano de Formação de Excelência que prestigie a Ordem dos Engenheiros e acrescente valor profissional aos colegas.

Procuraremos formas de atrair os mais jovens para as Escolas de Engenharia e para

o nosso Colégio, realizando actividades em parceria com as Escolas, Universidades e com as Empresas.

Pretendemos ser parceiros de organismos públicos, como o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, emprestando a nossa competência em temas do sector que sejam de decisiva importância para o País.

A Ordem dos Engenheiros irá também empenhar-se em dar um contributo para o desenvolvimento estrutural da agricultura como sector económico fundamental de uma sociedade. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA GEOGRÁFICA



VOGAL
Mário Alberto
Duarte Donas



PRESIDENTE
José Eduardo
Guedes Gomes Saavedra



VOGAL
José
Dias Neto

A par dos outros campos da Engenharia, tem-se assistido, na Especialidade de Engenharia Geográfica, a um forte desenvolvimento, entre outros, dos Sistemas de Informação Geográfica. Estes sistemas, além de uma profunda reformulação do enquadramento público institucional da actividade, assumem importância central em muitas actividades de planeamento, projecto, controlo, cadastro, etc., implicando uma reflexão estratégica e um contributo da comunidade profissional. Trazem novos desafios e oportunidades aos Engenheiros Geógrafos a par de novas for-

mas sobre a sua formação e desempenho que terá de ser correspondente com a qualidade e confiança profissional que a comunidade hoje em dia espera e exige aos Engenheiros Geógrafos.

Assim, as principais linhas de acção para o Conselho Nacional de Colégio de Engenharia Geográfica pautar-se-ão por:

1. Incrementar o interesse desta actividade, pela sua divulgação, com vista a aumentar o número de alunos nas licenciaturas e mestrados, face ao decréscimo do

número de alunos em Engenharia Geográfica, e relevar as causas deste decréscimo propondo medidas de incentivo;

2. Promover encontros de Engenharia Geográfica, englobando os vários profissionais do sector e dando enfoque a matérias e temas de reconhecido interesse para a Especialidade divulgando o conhecimento mais actual da profissão;
3. Promover acções de formação contínua que acompanhem os efeitos da evolução tecnológica, disponibilizando aos Engenheiros Geógrafos a informação mais actualizada a nível internacional;
4. Estabelecer acordos de cooperação e troca de informação com organismos homólogos dos países lusófonos;
5. Com o papel activo do Conselho de Colégio, incrementar a capacidade de intervenção da Ordem, como parceiro representativo de uma comunidade profissional, junto dos organismos estatais com competência na área da Engenharia Geográfica, nomeadamente junto do Conselho Coordenador de Cartografia.

Pretende esta candidatura motivar o interesse em dignificar e promover a profissão, contando com a forte participação de todos os colegas em todos os quadrantes da actividade profissional. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

FLORESTAL



VOGAL
António Eduardo
Ferreira Gravato



PRESIDENTE
Francisco Manuel
Cardoso Castro Rego



VOGAL
José Manuel Correia dos
Santos Ferreira de Castro

A candidatura agora apresentada integra-se na intenção do novo impulso proposto pelo Engenheiro Silveira Ramos como candidato a Bastonário da Ordem dos Engenheiros.

A especialidade de Engenharia Florestal defronta-se na actualidade com um conjunto importante de questões em que se insere a actividade dos seus profissionais. De facto, se os Engenheiros Florestais continuam, por um lado, a ver sempre publicitada a floresta como sector prioritário para a Economia e o Ambiente, vêem, por outro lado, sucessivamente adiadas, ou limitadas, muitas das iniciativas práticas que o sector e a sociedade reclamam.

E são precisamente as questões práticas que limitam a actividade dos Engenheiros Florestais que deverão ser objecto de debate, de estudo e de intervenção pública por parte dos seus órgãos na Ordem. E este

estudo, debate e intervenção devem ser partilhados pelo conjunto dos seus membros e dos seus órgãos regionais e nacionais para que se obtenha um novo impulso com cada vez mais voz e mais consequência.

O debate político sobre o interesse, a abordagem e as prioridades da floresta portuguesa está já muito consensualizado na sociedade, na Lei de Bases da Política Florestal e na Estratégia Nacional para as Florestas, e as grandes linhas do planeamento regional ficaram já definidas nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal. Os grandes enquadramentos existem, mas falta a concretização no terreno.

Esta situação exige que os Engenheiros Florestais contribuam para remover os obstáculos que se colocam à possibilidade do exercício eficaz e de qualidade da sua profissão. A contribuição dos Engenheiros Florestais para a concretização do Cadastro

Florestal, a necessidade de adequar os Planos de Gestão Florestal de normas que constituam o compromisso adequado entre qualidade e simplicidade, a discussão sobre o Código Florestal agora suspenso, as questões associadas ao financiamento comunitário para as florestas, são bons exemplos de matérias a que os Engenheiros Florestais não podem ficar alheios.

A promessa desta candidatura é exactamente dar o seu melhor para contribuir para a necessária reflexão participada sobre questões desta importância prática e para que os resultados dessas reflexões sejam ouvidos e úteis ao desenvolvimento da floresta e da actividade dos Engenheiros, que a escolham como objecto da sua profissão.

É este o novo impulso proposto e são estas algumas notas programáticas que gostaríamos de deixar, desde já, à reflexão dos colegas. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA DE MATERIAIS



VOGAL
Rosa Maria
Mendes Miranda



PRESIDENTE
Rodrigo Ferrão
de Paiva Martins



VOGAL
Eugénio António
Marques Gomes Bazenga

A Especialidade de Engenharia de Materiais, consignada nesta nova designação nos Estatutos da Ordem dos Engenheiros, congrega os profissionais de Engenharia licenciados no domínio dos materiais metálicos e não metálicos.

A crescente importância que os materiais, em particular os materiais não metálicos, têm assumido em termos industriais e de investigação, contudo, não tem tido reflexo nem a montante, na procura da Especialidade pelos candidatos ao Ensino Superior, nem a jusante, na procura destes profissionais pelo mercado.

O Colégio Nacional de Engenharia de Materiais, em estreita colaboração com os órgãos da OE, nomeadamente com os Conselhos Regionais de Colégio e com o Conselho de Admissão e Qualificação, orientar-se-á pelos seguintes princípios fundamentais:

- A valorização da actividade profissional

dos Engenheiros de Materiais em consonância com os objectivos da OE expressos nos seus estatutos;

- A dinamização da actividade cultural do Colégio.

Para isso, o Colégio Nacional desenvolverá um conjunto de acções nas seguintes linhas:

- Projectar a Especialidade de Engenharia de Materiais para além do seu público tradicional restrito. Neste sentido está prevista a dinamização de encontros e de acções de formação contínua sobre temas estratégicos actuais em áreas de interface com outros Colégios, nomeadamente com os Colégios de Engenharia Química e Mecânica, com os quais os Engenheiros de Materiais têm relações históricas, mas também com outros Colégios com preocupações na área dos Materiais, nomeadamente com os Colégios de Engenharia do Ambiente (eco-materiais), Electrotéc-

nica (materiais funcionais para electrónica) e Civil (materiais de construção);

- Divulgar a especialidade a montante, nas escolas de ensino secundário, escolas profissionais e de ensino superior, e a jusante, junto da indústria, das associações profissionais e do mercado de trabalho em geral;
- Atrair novos membros oriundos de outros colégios que desenvolvem a sua actividade profissional no âmbito da Especialidade de modo a criar uma maior dinâmica no Colégio e reforçar o seu papel no quadro da OE;
- Reflectir sobre os perfis de formação dos Engenheiros de Materiais considerando a reestruturação em curso das licenciaturas, na sequência da Declaração de Bolonha e os casos de sucesso em Portugal e na Europa;
- Incrementar e diversificar a oferta de formação contínua para os Engenheiros de Materiais com o objectivo de aprofundar ou refrescar conhecimentos e adquirir competências que lhes permitam melhorar a sua adaptabilidade ao mercado de trabalho;
- Dinamizar as Especializações Verticais no seio do Colégio e a interacção com as Especializações Horizontais existentes, nomeadamente com a de Engenharia e Gestão Industrial;
- Colaborar com outras sociedades nacionais e estrangeiras relevantes na área dos materiais. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA INFORMÁTICA



VOGAL
Vitor Manuel Pereira
Duarte dos Santos



PRESIDENTE
Luis Alfredo
Martins do Amaral



VOGAL
Pedro Manuel Moreira
Vaz Antunes de Sousa

A Engenharia Informática é uma actividade omnipresente na vida das sociedades e das organizações. A sua dependência é crescente e as responsabilidades são acrescidas. Contudo, a actividade profissional da Engenharia Informática continua a ser das mais desreguladas e descontroladas.

O Colégio de Engenharia Informática, talvez pela sua juventude, ainda não obteve o reconhecimento que nos parece merecido, não se constituindo, assim, como um referencial para o exercício da profissão de Engenheiro Informático. Julgamos necessária a consolidação do Colégio através da afirmação da crescente importância que os Engenheiros Informáticos têm e através da criação de valor profissional para os seus membros.

Procurando essa consolidação e reconhecimento, serão desenvolvidas actividades de acordo com as seguintes linhas de acção:

- **O Colégio e a Ordem dos Engenheiros** – Promover uma reflexão a nível nacional sobre o papel da OE e do seu Colégio de Engenharia Informática, procurando identificar as expectativas dos profissionais da Engenharia Informática em Portugal;
- **Actos de Engenharia** – Promover uma reflexão a nível nacional sobre a pertinência da identificação e caracterização dos Actos de Engenharia específicos e sobre o enquadramento que deve ser exigido na sua execução;
- **Especializações Verticais** – Com base nos referenciais internacionais e na *praxis*,

pretende-se propor a criação de Especializações Verticais;

- **Especializações Horizontais** – Incrementar a participação dos membros em Especializações Horizontais e avaliar a oportunidade, conjuntamente com outros Colégios, sobre a criação de novas Especializações;
- **Mobilização de novos membros** – Concretizar acções de motivação dos jovens para carreiras em Engenharia Informática e a sua adesão à OE;
- **Eventos** – Desenvolver um programa de encontros temáticos a nível nacional, com a colaboração das várias Regiões, sobre temas relevantes para o desenvolvimento da profissão;
- **Revista** – Manter uma presença activa na revista da Ordem.



Em todas as intervenções do Colégio procurar-se-á uma cobertura geográfica homogénea pela participação activa dos colegas das diversas Regiões.

Naturalmente que o sucesso deste programa está dependente da capacidade de mobilizar os colegas, pelo que se apelará à sua participação activa nas iniciativas que se irão realizar, bem como na proposta de outras iniciativas que concorram para a consolidação e sucesso do nosso Colégio. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA DO AMBIENTE



VOGAL
Catarina Lúcia
Pelletier Sequeira



PRESIDENTE
José Júlio Troullidou
Martins de Jesus



VOGAL
Maria Gabriela de Sousa
Vieira Borga M. Borrego

A acção do Colégio Nacional de Engenharia do Ambiente deverá centrar-se em cinco eixos fundamentais:

- Reforço do papel da Ordem na qualificação profissional e na promoção dos valores éticos dos Engenheiros do Ambiente;
- Concertação e estabelecimento de parcerias com os principais actores públicos e privados (incluindo as outras Ordens e associações profissionais) que interferem na regulação, na contratação e no controlo dos Actos de Engenharia do ambiente;
- Aprofundamento da relação com o sistema de ensino de Engenharia do Ambiente;
- Promoção do intercâmbio, a nível nacional e internacional, de conhecimentos e boas práticas no exercício da actividade profissional;
- Reconhecimento do papel dos Engenheiros do Ambiente na promoção do desenvolvimento sustentável.

A concretização destes eixos inclui as seguintes linhas de actuação:

- Acções de sensibilização dos vários actores para a importância da inscrição dos licenciados em Engenharia do Ambiente na Ordem e da sua exigência formal para alguns Actos do exercício profissional;
- Realização do balanço de 30 anos de actividade de Engenharia do Ambiente em Portugal;
- Promoção de um debate com as Univer-

sidades e Politécnicos sobre a formação académica dos Engenheiros do Ambiente, com vista a avaliar a sua adequabilidade aos desafios que se colocam no exercício da actividade profissional de Engenharia do Ambiente;

- Promoção de um debate, entre os profissionais do ambiente, sobre as questões éticas relacionadas com o exercício da actividade profissional;
- Promoção de actividades técnicas regulares (conferências, debates, artigos regulares na “Ingenium”, visitas técnicas), em parceria com outros Colégios e outras entidades públicas e privadas;
- Promoção de um fórum de divulgação de informação de carácter técnico e regulamentar, relevante para a actividade profissional de Engenharia do Ambiente;
- Reanálise do enquadramento dos licenciados em Engenharia Biofísica pela Universidade de Évora, actualmente integrados no Colégio de Engenharia Agronómica;
- Discussão com outras Ordens e associa-

ções profissionais de sistemas de acreditação de profissionais em avaliação de impactes e outras áreas de intervenção;

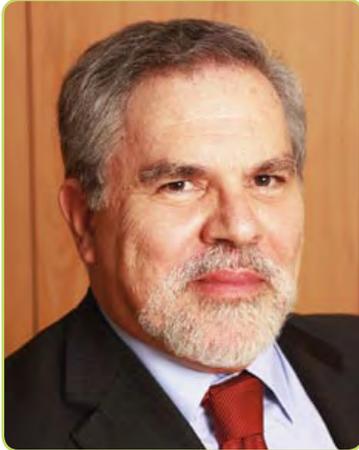
- Promoção de contactos internacionais, em particular no espaço da língua portuguesa, com Ordens, associações profissionais e Universidades para:
 - Alargamento do reconhecimento profissional dos Engenheiros do Ambiente nacionais;
 - Intercâmbio de informações e experiências sobre o ensino e a prática profissional da Engenharia do Ambiente;
 - Criação de bolsa de estágios para licenciados dos PALOP e Timor-Leste por Universidades nacionais com financiamento de empresas aderentes.
- Promoção de contactos com associações internacionais no domínio da Engenharia do Ambiente para o estabelecimento de parcerias;
- Promoção da adopção, pela Ordem dos Engenheiros, de um Sistema de Gestão Ambiental. ■



LISTA
C

NACIONAL

LISTA
C



Candidato a Bastonário

**LUÍS CARLOS CORREIA
MALHEIRO DA SILVA**

- Licenciatura em Engenharia Electrotécnica (IST, 1971) e Pós-graduação em Electrónica para Cientistas (Instituto Gulbenkian de Ciência). Membro Sénior Efectivo da OE, Especialista em Engenharia de Climatização (Coordenador da Especialização entre 1999 e 2007) e em Engenharia de Segurança, e seu representante na Comissão de Acompanhamento de Protocolo com a DGEG relativo à nova Regulamentação sobre Eficiência Energética e Qualidade do Ar. É Vice-Chairman da Region 1 da REHVA e Perito Qualificado no SCE.
- Foi Presidente do Portugal Chapter da ASHRAE (2005-2007) e Professor Convidado em cursos de Mestrado da FEUP e da Universidade Lusíada. Em 1983 fundou o Grupo LM, do qual é Presidente do Conselho de Administração.



Candidato a Vice-Presidente Nacional

**ARTUR PINTO
RAVARA**

- Licenciou-se em Engenharia Civil em 1961, pelo IST, obteve os Graus de Especialista e de Investigador pelo LNEC, em 1968 e 1973. Possui o título de Especialista em Estruturas pela Ordem dos Engenheiros, da qual é Membro Conselheiro desde 1988.
- Em 1989 recebeu o Grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em 1996 torna-se Professor Catedrático Convidado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Fundador do Grupo Gapres, preside actualmente ao Conselho de Administração da Gapres S.A..



Candidato a Vice-Presidente Nacional

**FRANCISCO XAVIER
MALCATA**

- Licenciatura em Engenharia Química (1988) pela Universidade do Porto e Doutoramento na mesma área (1991) pela Universidade de Wisconsin (EUA). Fez a Agregação em Ciência e Engenharia Alimentar (2004) pela Universidade Católica Portuguesa. Professor Auxiliar (1991-1997), Professor Associado (1997-2004) e Professor Catedrático (2004-2010) na Escola Superior de Biotecnologia, que dirigiu durante 11 anos.
- Delegado Nacional ao Programa Knowledge-Based Bio-Economy do FPVII (UE), está a terminar o segundo mandato como Coordenador do Colégio de Engenharia Química da Região Norte, tendo sido durante sete anos Presidente da Sociedade Portuguesa de Biotecnologia.

MANDATÁRIOS

**LUIS MANUEL PEGO TODO BOM
JOSÉ LUIS CAMPOS DE ALMEIDA MOTA**

Independência e Proximidade

Portugal precisa urgentemente de um modelo de desenvolvimento que possa, de forma sustentada, ultrapassar a conjuntura actual de endividamento e desemprego, permitindo reencontrar os caminhos da convergência com a Europa.

Este modelo, centrado na competitividade da Economia portuguesa, deve considerar, e mobilizar em conjunto com outros sectores complementares, as capacidades da Engenharia e dos Engenheiros portugueses, como um dos recursos estratégicos mais importantes enquanto factor de diferenciação.

Chegou a hora da Engenharia (da Tecnologia, da Inovação e da Sustentabilidade), potenciando o contributo dos Engenheiros para um novo paradigma.

Esta contribuição deverá, necessariamente, integrar patamares de elevada qualidade e deve, portanto, suportar-se na Qualidade Profissional dos Engenheiros e no seu reconhecimento nacional e internacional criando, transferindo e exportando conhecimento.

A Qualificação depende, naturalmente, da formação escolar e pós-escolar, mas também da experiência profissional, pelo que a excelência das Escolas de Engenharia e das empresas é um factor determinante que deve ser estimulado.

Acreditar os Actos de Engenharia, dignificar as condições de remuneração e contratação

dos serviços de Engenharia e valorizar os Engenheiros, constituem premissas incontornáveis.

Neste enquadramento, deve a Ordem dos Engenheiros intervir activamente, pugnando por estes princípios, que se podem resumir numa Engenharia Portuguesa de Qualidade Internacionalmente Competitiva, com Engenheiros Prestigiados, Dignificados e Socialmente Reconhecidos.

Esta Candidatura assume este Compromisso.

Assim, propõe-se:

1. Promover a Qualificação Profissional dos Engenheiros, relacionando-a com os Actos de Engenharia, estabelecendo uma matriz de capacidades e responsabilidades profissionais, em função da formação escolar de base (em termos de profundidade e duração), da experiência comprovada e da formação pós-escolar.
2. Reavaliar as questões da Responsabilidade Profissional em função do Desempenho e da Qualificação dos Engenheiros.
3. Reconfigurar a estrutura orgânica da OE, por forma a torná-la mais próxima das condições reais do exercício da profissão, em torno das competências e dos Actos de Engenharia, explorando a transversalidade das Especializações e adaptando

progressivamente a estrutura vertical dos Colégios, num diálogo interno profundo e alargado às Universidades e outras Ordens e Associações Profissionais, assumindo de forma incontornável e pragmática o protocolo de Bolonha e as suas consequências.

4. Preparar a OE para uma intervenção profissional, juridicamente suportada, na preparação e discussão da legislação relevante, nomeadamente no que diz respeito à qualificação profissional, à contratação de forma transparente e exemplar de serviços de Engenharia.
5. Dar visibilidade acrescida a temas como a Energia, as Tecnologias de Informação e Comunicação, a Biotecnologia, os Materiais e a Sustentabilidade que, sendo transversais, são hoje em dia incontornáveis, intervindo nas diversas áreas de conhecimento, ramificando-as e interligando-as, promovendo a Inovação.
6. Promover o reconhecimento da importância da Ciência e da Engenharia como motores do conhecimento e da inovação tecnológica e, conseqüentemente, do desenvolvimento do País.
7. Lutar pelo reconhecimento público das elevadas capacidades e qualidade da Engenharia portuguesa e, em consequência, intervir junto dos órgãos de decisão nacionais, para que haja um maior recurso

a essas valências quando se trata de definir as grandes orientações estratégicas para o desenvolvimento do País, as prioridades do investimento público e privado e o modo de implementação dessas decisões. O incremento da contribuição da Engenharia portuguesa para as decisões que comprometem o futuro de Portugal é uma mais-valia que não tem sido convenientemente aproveitada pelos órgãos de poder, resultando daí um desperdício evitável.

8. Valorizar a abordagem territorial como estratégia fundamental de intervenção no apoio à definição das grandes opções de desenvolvimento para Portugal, no respeito pelo princípio da subsidiariedade.
9. Projectar de forma concertada a capacidade da nossa Engenharia no Mundo, criando laços e oportunidades para os nossos Engenheiros, nomeadamente os que estão a exercer a sua actividade no estrangeiro, promovendo o reconhecimento internacional das suas competências e estreitando o relacionamento com instituições congéneres.
10. Dar a conhecer, de forma pedagógica e clara, junto da opinião pública, as posições da OE sobre as grandes questões estruturantes que envolvem, directa ou indirectamente, a Engenharia, em particular nos aspectos com implicações na valorização tecnológica, ou que consubs-

tanciam uma secundarização da Engenharia nacional.

11. Considerar a criação de um órgão nacional permanente, consultivo e prospectivo onde estejam representadas, de forma idónea e independente, as várias competências da Engenharia portuguesa, capaz de assegurar a emissão de pareceres relativamente às grandes decisões estratégicas, bem como de constituir um observatório permanente da Engenharia e da Tecnologia em Portugal, com capacidade de estudo prospectivo, dando sequência aos estudos promovidos pela Academia de Engenharia nesta matéria, assumindo-se como parceiro do Estado na definição das grandes políticas de desenvolvimento de médio e longo prazo.
12. Criar condições atractivas para a participação dos mais novos e reconciliar a OE com os que estão afastados, materializando ferramentas de informação e comunicação, úteis e acessíveis aos profissionais de Engenharia, e tornando-a um espaço indispensável de discussão, actualização e transmissão de conhecimentos e experiências.
13. Promover empenhadamente, e por todos os meios ao seu alcance, o emprego dos Engenheiros (criando nomeadamente uma bolsa de emprego qualificado), enquanto primeiro factor de reconhecimento da sua

qualificação profissional, ao longo de toda a sua carreira, e reforçar as acções de apoio social aos Engenheiros através da sua Associação Mútua;

assumindo como medidas prioritárias:

- Promover empenhadamente a integração harmoniosa dos membros eleitos pelas Regiões nos Órgãos Nacionais assegurando uma OE coesa, responsável e solidária;
- Materializar as ferramentas de comunicação e informação entre todos, permitindo criar espaços de discussão, actualização e transmissão de conhecimentos e experiências, atraindo os mais novos e os que se afastaram, para uma Ordem mais ágil, mais aberta e posta ao serviço dos membros;
- Restabelecer e reinventar o diálogo com outras associações profissionais, nomeadamente a ANET, bem como com as Universidades, para equacionar e encontrar caminhos de convergência relativamente às consequências de Bolonha;
- Criar uma bolsa de emprego qualificado, enquanto primeiro factor do reconhecimento profissional dos Engenheiros.

Esta candidatura assume-se como nacional, não se apresentando aos Órgãos Regionais, no propósito firme de não interferir na decisão das Regiões, desde já se comprometendo a cooperar profunda e empenhadamente com os órgãos eleitos por estas.

Será uma candidatura de serviço e não ao serviço de quem quer que seja. ■

ESPECIAL ELEIÇÕES

LISTA C CONSELHO DE ADMISSÃO E QUALIFICAÇÃO

Candidatos ao Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ)

Engenharia **CIVIL**



Eduardo Camacho
Cansado Carvalho



Jorge Maurice Banet
Nandin de Carvalho

Engenharia **ELECTROTÉCNICA**



Fernando Alberto
Pires Baptista



Joaquim Norberto
Cardoso Pires da Silva

Engenharia **MECÂNICA**



Isabel Maria Garcia
Sarmento Pereira



Miguel José Pereira
Sales Cavique Santos

Engenharia **GEOLÓGICA E DE MINAS**



Henrique Carvalho
Pereira Baltazar



Tiago
Soares Botelho

Engenharia **QUÍMICA E BIOLÓGICA**



Luís Joaquim
Pina da Fonseca



Manuel Guilherme
de Carvalho Macedo

Engenharia **NAVAL**



António Cândido
Abrantes Monteiro Pereira



José Maria Monteiro
Freire Raposo

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA C CONSELHO DE ADMISSÃO E QUALIFICAÇÃO

Engenharia **GEOGRÁFICA**



Augusto Mourão
Ezequiel



António Luís
Romão Berberan

Engenharia **AGRONÓMICA**



Diogo Miguel da Fonseca
Carreto Lopes



Cristina Maria Pelletier
Sequeira de Castro Fontes

Engenharia **FLORESTAL**



José Maria Santos
Rodrigues Saporiti Machado



Maria de Fátima
Cerveira Tavares

Engenharia de **MATERIAIS**



Rui Manuel
Amaral de Almeida



Luís Filipe da Silva
dos Santos

Engenharia **INFORMÁTICA**



José Luís
Brinquete Borbinha



Pedro João
Valente Dias Guerreiro

Engenharia do **AMBIENTE**



Ana Sílvia
Pelletier Sequeira



Maria Alexandra
Silva Rocha da Fonseca

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

CIVIL



VOGAL
Jorge Manuel Tavares
Salavessa Moura



PRESIDENTE
Tiago
Braga Abecasis



VOGAL
Luis Manuel
Ferreira Pires Afonso

Dentro do contexto dos grandes desafios que enfrenta hoje a Engenharia nacional, enunciados no programa eleitoral da candidatura a Bastonário, a Engenharia Civil portuguesa confronta-se, nos tempos que correm, com duas importantes contendas.

A contribuição da Engenharia Civil – entendida como o conjunto dos organismos e empresas, públicas e privadas, e das suas individualidades mais credenciadas – para as grandes orientações estratégicas do País, tem vindo a perder peso nos últimos anos. Esta redução do poder interventivo da Engenharia Civil prossegue em paralelo com uma desvalorização progressiva da actividade profissional específica dos Engenheiros.

Pode dizer-se que as únicas Engenharias que têm sido valorizadas ultimamente são as chamadas “engenharia financeira” e “engenharia jurídica”.

O envolvimento das várias Especialidades de Engenharia Civil nas equipas pluridisciplinares que apoiam, por exemplo, as decisões relativas a grandes investimentos em Obras Públicas é cada vez mais diminuto e, como se tem assistido ultimamente, as entidades responsáveis recorrem, com alguma frequência, a empresas estrangeiras em detrimento da Engenharia nacional.

Entendemos que é necessário lutar pelo reconhecimento da elevada competência da



Engenharia Civil portuguesa, em todas as suas vertentes – a planificação, o projecto, a gestão e execução das obras, a fiscalização.

Para que esta luta, que em boa verdade foi assumida pelos últimos órgãos dirigentes da Ordem, tenha sucesso, é necessário que seja mais notada pela opinião pública em geral. Há que aumentar a visibilidade das nossas posições.

A outra frente onde entendemos que se deve insistir e fortalecer o investimento já feito é a diversificação da formação.

Hoje em dia, os conhecimentos necessários para que um Engenheiro Civil exerça a sua actividade, em qualquer área, abrangem matérias que extravasam, em muito,

aquelas que são leccionadas nas Universidades. Acresce ainda que esses conhecimentos se inserem, frequentemente, em áreas vocacionais bem distintas daquela que escolhemos para nossa profissão.

É preciso, por isso, manter uma constante preocupação de formação ao longo de toda a vida profissional.

A Ordem tem tido, neste aspecto, um papel meritório. Tencionamos trabalhar para que se intensifique no próximo mandato.

Será, igualmente, mantido o apoio à actividade cultural das várias Especialidades, inserindo-o, sempre que possível, no âmbito do diálogo com as Universidades. ■

COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

ELECTROTÉCNICA



VOGAL
Luís Filipe
dos Santos Alveirinho



PRESIDENTE
José Luis
Campos de Almeida Mota



VOGAL
Carlos Manuel
da Silva Pelicano

Esta candidatura revê-se no Programa Eleitoral apresentado pelo candidato a Bastonário Eng. Luís Malheiro e Vice-presidentes Eng. Artur Ravara e Eng. Francisco Xavier Malcata.

Propõe-se colaborar activamente num modelo de desenvolvimento sustentado para Portugal, que conduza à mobilização das capacidades da Engenharia e dos Engenheiros Electrotécnicos portugueses, em conjunto com outros sectores complementares, como um dos recursos estratégicos importantes dos projectos nacionais relevantes.

Propõe-se dar visibilidade acrescida a temas como as Tecnologias e Serviços de Informação e Comunicação, a Energia e a Sustentabilidade, ambos suportes transversais e essenciais do desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento e de um crescimento sustentável e competitivo.

Propõe-se valorizar, junto das empresas e dos centros de decisão, o contributo que os Engenheiros Electrotécnicos e as escolas de Engenharia poderão dar sobre as grandes questões do nosso País, designadamente nas componentes de gestão, tecnológicas e operacionais, para as quais constituem um factor de diferenciação. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA

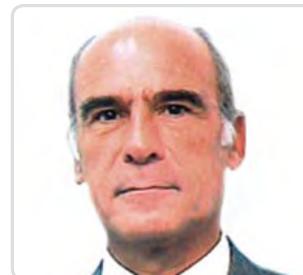
MECÂNICA



VOGAL
Mário Nery
Rodrigues Nina



PRESIDENTE
Jorge Alberto
Gil Saraiva



VOGAL
Jorge Manuel Mesquita
Gaspar de Barros

A presente candidatura está empenhada em dar resposta a uma série de questões e em contribuir para o que sente serem as necessidades dos colegas hoje integrados no Colégio de Engenharia Mecânica. O apoio recíproco entre ela e a que tem como candidato a Bastonário o colega Luís Malheiro decorre, obviamente, de uma convergência em torno de um programa geral comum para o exercício da actividade futura dos Engenheiros portugueses.

Se formos eleitos, iremos centrar a nossa actividade ao longo do mandato em torno de três linhas:

1. Técnico-científica;
2. Estrutura do Colégio *versus* Especialidades e Especializações;
3. Promover a profissão junto dos jovens (inclusive futuros) licenciados que são,

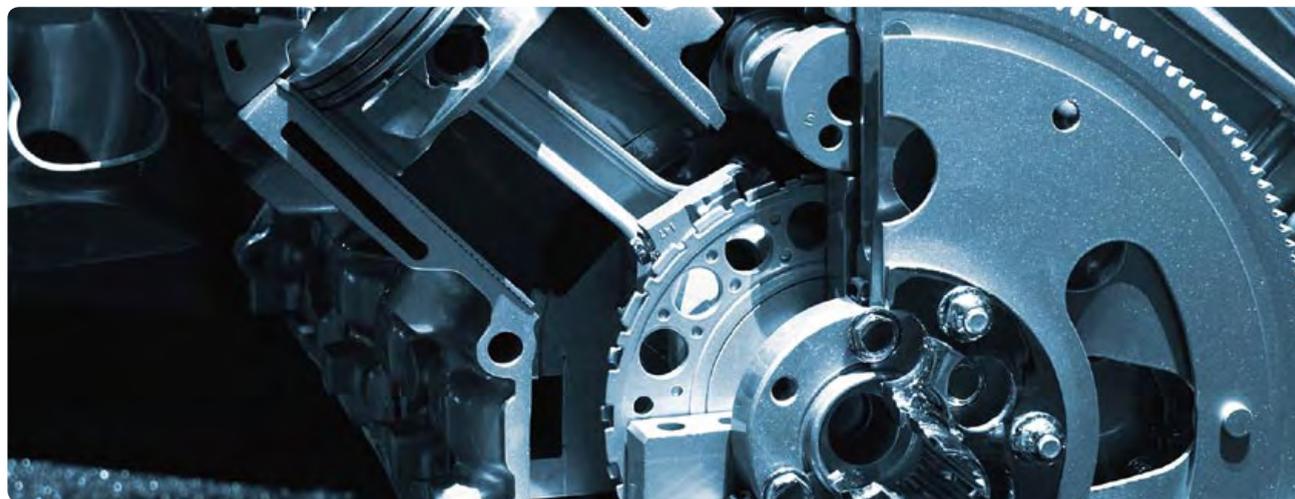
certamente, a melhor garantia do futuro da Engenharia Mecânica.

Do ponto de vista Técnico-Científico propomo-nos promover um conjunto de actividades, Seminários, Conferências e mesmo Cursos, disseminados um pouco por todo o país e viradas para os temas em que hoje se integram as actividades dos Engenheiros Mecânicos: Energia; Ambiente; Transportes; Estruturas (metálicas); Processos e Tecnologias de Produção; Design; Gestão Industrial... e Educação, em cooperação com os Colégios Regionais e outros Colégios, bem como com as Especializações e Especialidades da OE, já que todos estes temas são, e serão cada vez mais, horizontais.

Esta interface facilitará um conhecimento mais pormenorizado e mais integrado da estrutura e interfaces da OE facilitando

assim a análise que nos propomos levar a cabo sobre novas estruturas mais eficazes em regimes de Globalização com a crescente Complexidade associada.

No que se refere ao ponto 3, a nossa proposta passa pelo desafio que irá ser posto a nível da formação técnico-científica abrangendo os novos e futuros colegas. Procuraremos desenvolver, em conjunto com as principais Escolas de Engenharia, acções que visem promover um maior conhecimento do que é a actividade profissional e a importância que a OE pode ter nesse contexto, nomeadamente procurando ter uma presença activa em realizações como o “dia/semana” da Engenharia Mecânica, por exemplo, solicitando a colegas com diferentes experiências profissionais que nelas participem com intervenções do tipo “mais de 20 anos de actividade”. ■



COLÉGIO NACIONAL DE ENGENHARIA QUÍMICA E BIOLÓGICA



VOGAL
Maria Virgínia Ferreira
Serra de Magalhães Corrêa



PRESIDENTE
Júlio Maggiolly
Novais



VOGAL
Carlos Manuel
Duarte de Oliveira

Esta Candidatura pretende originar um Colégio de Engenharia Química e Biológica que tenha a preocupação de ser visível pelos seus membros e que lhes ofereça actividades úteis nos domínios da formação, informação e convívio, em total sintonia com o programa de trabalho apresentado pela candidatura a Bastonário do colega Luís Malheiro.

O Colégio cobre temas muito díspares, que vão da biotecnologia à engenharia química pesada, passando pelas questões ambientais e da energia, verificando-se que, cada vez mais, o Engenheiro tem que ser multidisciplinar e estar preparado para dar respostas a problemas que excedem aqueles co-

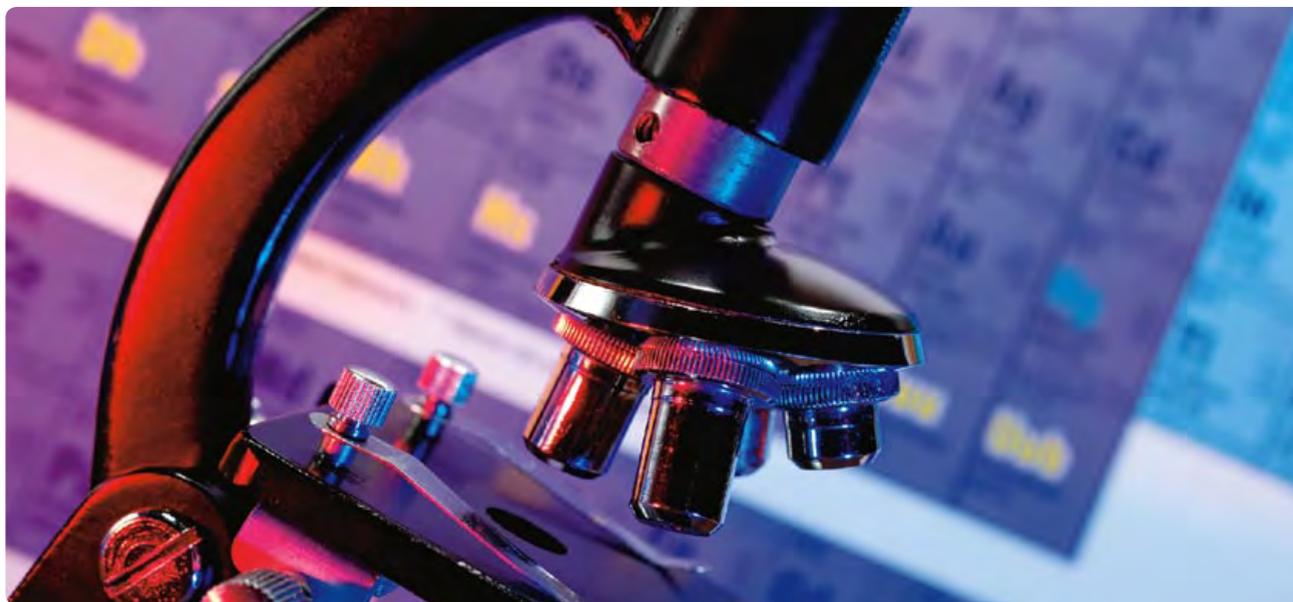
nhcimentos que a escola ou a experiência lhe conferiram.

Na realidade, os Engenheiros Químicos e os Engenheiros Biológicos reunidos neste Colégio não são entidades com formação básica diferente, como pode comprovar a comparação dos *currícula* que lhes são ministrados nas Escolas. As bases fundamentais da Engenharia Química estão efectivamente presentes em ambos os cursos.

Assim, tanto os Engenheiros Biológicos estarão à vontade numa indústria química, como o Engenheiro Químico compreenderá os termos usados numa investigação ou numa indústria biológica.

Assim, consideramos que o atenuar dessa diferença de filosofias deve ser um dos objectivos deste Colégio, que organizará conferências e pequenos cursos, quer de especialização quer de formação mais básica, um pouco por todo o país, que possam interessar, informar e pôr em contacto os Engenheiros das várias Especialidades. As actividades de conteúdo mais especializado não serão no entanto descuradas.

A nível da informação, o Colégio procurará, através da Internet e das publicações da Ordem, informar os membros sobre as suas realizações e também de qualquer outro acontecimento que se considere ser do seu interesse. ■



ESPECIAL ELEIÇÕES

LISTA RA CONSELHOS REGIONAIS DE COLÉGIO – REGIÃO NORTE

www.matiasramos-candidatura0e.com

AMBIENTE



COORDENADOR
Sérgio Bruno de Araújo
Gonçalves da Costa



VOGAL
José Carlos Pimenta
Machado da Silva



VOGAL
Carlos Afonso
de Moura Teixeira

MANDATÁRIOS

António José Guerreiro de Brito e Ana Paula Figueiredo Andrade Gonçalves



TRIÉNIO 2010-2013

LISTA RB REGIÃO NORTE

www.oern-b2010.org

ASSEMBLEIA REGIONAL



PRESIDENTE
José Manuel
Pinto Ferreira Lemos



SECRETÁRIO
Luís Manuel
Morais Leite Ramos



SECRETÁRIO
Carlos Alfredo
de Figueiredo Pedrosa

CONSELHO DIRECTIVO



PRESIDENTE
Fernando Manuel
de Almeida Santos



VICE-PRESIDENTE
António Carlos Sepúlveda
Machado e Moura



SECRETÁRIO
António Acácio
Matos de Almeida



TESOUREIRO
Carlos Pedro de Castro
Fernandes Alves

CONSELHO FISCAL



MEMBRO
Manuel Joaquim
Reis Campos



MEMBRO
António Luís
Rodrigues da Cruz



MEMBRO
Miguel Filipe Oliveira
Braga da Cruz

CONSELHO DISCIPLINAR



MEMBRO
Joaquim Manuel
Veloso Poças Martins



MEMBRO
Mário Augusto
Tavares Russo



MEMBRO
João José Soares
Antunes da Silva

MANDATÁRIOS

José Ângelo Mota Novais Barbosa e João António Pereira Varanda

LISTA
RB

REGIÃO NORTE

Programa de Acção

Conselho Directivo da Região Norte

1. OBJECTIVOS

1.1. Modernizar e profissionalizar a gestão da Ordem

- Definir funções, hierarquias, competências, direitos e obrigações, condições de exercício de membro eleito e intervenção de colaboradores;
- Definir necessidades, funções, hierarquias, competências, enquadramento de recursos humanos através de cultura organizacional adequada;
- Transparência e rigor nos actos de gestão;
- Reforçar informatização dos actos de gestão para responder às necessidades da Região e dos Associados;
- Certificação dos serviços;
- Criação de um sistema de gestão interno, informatizado e desmaterializado, no apoio aos serviços e atendimento aos membros;
- Simplificação da organização e dos seus processos.

1.2. Continuar a qualificar a intervenção da Ordem

- Envolver e estimular a participação de todos no processo de formação da Ordem;
- Continuar a potenciar a formação contínua dos membros;
- Estudo cuidado e atempado dos problemas;
- Permanente atenção às necessidades dos associados;
- Manter estreita relação com os Conselhos Regionais de Colégio e Delegações Distritais, assegurando-lhes condições de funcionamento;
- Promover a celeridade e clareza processual;
- Aprofundar as relações institucionais com as outras Regiões e estruturas nacionais da Ordem;
- Recomendações à sociedade.

1.3. Estimular a Intervenção da Engenharia a uma só voz

- Virar a Ordem para os problemas da profissão;
- Apoiar a criação de um novo estatuto que permita a definição clara da intervenção do Engenheiro, através da sua formação de base (adequado à reformulação do Ensino

Superior), através da regulamentação profissional e enquadramento adequado da intervenção de Engenharia;

- Criar comunidades do conhecimento de Engenharia;
- Gerir conhecimento de forma participada com os membros, comunidades académicas e empresariais;
- Analisar e propor melhores práticas em função do avanço da Sociedade;
- Determinar e exteriorizar os Actos de Engenharia;
- Análise atempada e colegial de dossiers e problemas inerentes à Engenharia;
- Intervenção sistemática e atenta na regulamentação da actividade de Engenharia.

1.4. Prestigiar os Engenheiros e a Engenharia

- Abertura permanente à participação de todos e ao tratamento das questões colocadas pelos colegas;
- Desenvolvimento das relações com Galiza e Castela Leão (ESP);
- Divulgação permanente da actividade da Ordem;
- Desenvolvimento de um forte sistema de informação de fácil acesso aos associados;
- Promoção dos melhores exemplos de Engenharia na Região;
- Consolidação da organização anual do Dia Regional do Engenheiro.

2. LINHAS DE ACÇÃO

2.1. Exteriorização da OE

- Promover bons exemplos da Engenharia em todos os ramos;
- Apoiar o reforço e divulgação do processo de qualificação dos cursos de Engenharia;
- Criar a acreditação do desenvolvimento profissional do Engenheiro ao longo da vida;
- Promover a criação de grupos de reflexão sobre as questões que afectam a sociedade e que se relacionem com a Engenharia;
- Manter a credibilização dos mecanismos da acção disciplinar, com divulgação das conclusões, com objectivos pedagógicos ou de dissuasão de possíveis repetições;
- Criar bolsas de peritos para intervenção a pedido da OE;

- Colaborar com as estruturas nacionais no desenvolvimento de uma política de participação nas decisões e negociações de acordos no seio de organizações internacionais;
- Criar condições para desenvolver de forma condigna o património da OE na Região, e desenvolver formas de atendimento modernas e adequadas.

2.2. Ligação dos Membros à OE

- Ser proactivos no tratamento das questões que afectam os Engenheiros, promovendo a participação de todos, dirigentes ou não;
- Estimular o trabalho dos Colégios ou Delegações enquanto estruturas que melhor sabem interpretar os anseios e preocupações de cada Especialidade no distrito;
- Investir fortemente em especialistas técnicos e jurídicos, para desenvolver um modelo futuro de reconhecimento profissional do Engenheiro;
- Adequar a profissão ao novo modelo de ensino, atendendo aos velhos e novos desígnios;
- Apoiar a urgente necessidade de revisão estatutária sem condicionar a afirmação da OE na sociedade;
- Exaltar o “Dia Regional do Engenheiro”;
- Apoiar e cativar as iniciativas nacionais da OE, na Região.

2.3. OE na sociedade

- Privilegiar a isenção, independência e transparência;
- Planificar as acções de relações públicas adequadas à manutenção de uma imagem positiva;
- Representar institucionalmente a OE de forma elevada;
- Fomentar o relacionamento com a comunicação social no sentido de assegurar o interesse público da OE;
- Reforçar as relações com outras organizações;
- Identificar, estudar e recomendar em questões que afectam os Engenheiros e a Engenharia portuguesa, mantendo especial atenção sobre as questões de Engenharia que afectam ou possam afectar a Sociedade. ■

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA RB CONSELHOS REGIONAIS DE COLÉGIO – REGIÃO NORTE

CIVIL



COORDENADOR
José Fernando
Gomes Mendes



VOGAL
Jorge Manuel Fachana
Moreira da Costa



VOGAL
Pedro Nuno
Mêda Magalhães

ELECTROTÉCNICA



COORDENADOR
João Abel
Peças Lopes



VOGAL
José Rui da Rocha
Pinto Ferreira



VOGAL
Hélder Filipe
Duarte Leite

MECÂNICA



COORDENADOR
Carlos Alberto
Sousa Duarte Neves



VOGAL
Carlos Fernando
Conceição Sousa



VOGAL
Manuel Eduardo
Cardoso Ferreira

GEOLÓGICA E DE MINAS



COORDENADOR
Nuno Bravo
Faria Cruz



VOGAL
Joaquim Eduardo
Sousa Gois



VOGAL
Carin Cristina
Almeida Mateus

QUÍMICA E BIOLÓGICA



COORDENADOR
José António
Couto Teixeira



VOGAL
António Augusto Martins
Oliveira Soares Vicente



VOGAL
Paulo Jorge
Pinto Rodrigues

GEOGRÁFICA



COORDENADORA
Maria Alexandrina
Silva Meneses



VOGAL
Ana Cláudia
Moreira Teodoro



VOGAL
Carlos Augusto
Moreira Ferreira

AGRONÓMICA



COORDENADOR
Vítor Manuel
Lopes Correia



VOGAL
Manuel António
P. O. Ortigão de Oliveira



VOGAL
Adelino Augusto
dos Santos Bernardo

FLORESTAL



COORDENADOR
José Tadeu
Marques Aranha



VOGAL
Rogério Paulo
Rodrigues Rodrigues



VOGAL
António Joaquim
Salgueiro Rocha Silva

MATERIAIS



COORDENADOR
Tiago André
da Silva Braz



VOGAL
Paula Mesquita Ramos
Marques Gonçalves



VOGAL
José Manuel
Santos Fonseca

INFORMÁTICA



COORDENADOR
Ricardo Jorge Silvério
Magalhães Machado



VOGAL
Pedro Miguel
Pereira Borges



VOGAL
Francisco Alexandre
Aires Gonçalves

AMBIENTE



COORDENADORA
Helena Maria P. F.
Fonseca Lopes Dias



VOGAL
Alexandra Maria Leite
Pires de Castro Almeida

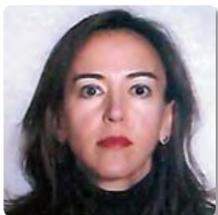


VOGAL
Carla Sofia
Pires Cardoso

REGIÃO NORTE Delegação Distrital de **BRAGA**



DELEGADA
Rosa Maria
Guimarães Vaz da Costa



DELEGADA ADJUNTA
Maria Helana Arranhado
Carrasco Campos



DELEGADO ADJUNTO
Jorge Verdinho
Basílio

Programa de Acção

Esta candidatura, para o exercício do triénio 2010-2013, baseará a sua actuação, na busca de uma “...*harmónica articulação entre os interesses profissionais dos Engenheiros e o interesse público, contribuindo desta forma para a valorização e prestígio da Engenharia portuguesa*”.

A valorização, a unidade e o aumento do prestígio da OE e dos seus membros, serão as nossas bases programáticas.

Assim, propomo-nos:

- Reforçar a qualidade dos serviços prestados e promover a sua diversificação;
- Apoiar em todas as áreas da sua competência, todos os Engenheiros associados;
- Aprofundar o diálogo com instituições públicas e privadas do tecido produtivo regional;
- Estimular a criação de grupos de reflexão, entre os vários grupos das diversas Especialidades de Engenharia com representação distrital;
- Estabelecer o diálogo continuado com outras Ordens Profissionais representadas no distrito, especialmente para promover parcerias;
- Estimular, incentivar e apoiar a adesão dos jovens

Engenheiros, criando melhores condições de acolhimento e apoio ao início da sua actividade, promovendo a extensão à Delegação de Braga do “Gabinete do Estagiário”;

- Estreitar relações com as estruturas estudantis do distrito, colaborando em iniciativas que promovam a formação do Engenheiro e o papel da OE;
- Apoiar e colaborar com instituições de solidariedade social do distrito.

Colaborar com os órgãos Directivos e Consultivos Regionais da OE, apoiando-os nas seguintes vertentes:

- Promoção e divulgação dos bons exemplos da Engenharia;
- Promoção da melhoria da competência profissional e da especialização, através do apoio à formação contínua e actualizada;
- Articulação com os Colégios, de iniciativas de carácter formativo e cultural, que ajudem à formação integral dos Engenheiros no distrito;
- Defesa da melhoria de qualidade do desempenho dos membros;
- Criação de bolsas de peritos, com regras de acesso e controlo bem definidas, para intervenção a pedido da OE;
- Relacionamento com os municípios do distrito e com a Universidade do Minho. ■

REGIÃO NORTE Delegação Distrital de **BRAGANÇA**

Programa de Acção

OBJECTIVOS

- **Prestigiar os Engenheiros e a Engenharia**
 - Promover acções transfronteiriças com Castela-Leão;
 - Fomento da participação dos colegas nas actividades da OE e incentivo de apresentação de sugestões e questões de natureza diversa, social, cultural e profissional;
 - Elaboração de uma base de dados informática actualizada a nível distrital;
 - Promoção dos melhores exemplos de Engenharia no distrito de Bragança;
 - Consolidação da organização anual do Encontro Distrital do Engenheiro, iniciado em 2008.
- **Colaborar na prossecução dos objectivos da OE a nível regional**

Colaborar com os órgãos regionais no sentido de:

 - Modernizar e Profissionalizar a Gestão da OE;
 - Continuar a Qualificar a Intervenção da OE;
 - Estimular a Intervenção da Engenharia a uma só voz;
 - Prestigiar os Engenheiros e a Engenharia.

LINHAS DE ACÇÃO

- **A Ordem e a sociedade**
 - Estabelecer protocolos e parcerias com instituições e organizações de âmbito distrital, nomeadamente autarquias locais e estabelecimentos de ensino, especialmente com o Instituto Politécnico de Bragança.
- **A Ordem e os seus membros**
 - Apoiar e cativar a realização de iniciativas nacionais e regionais da OE no distrito de Bragança.
 - Promover o “Encontro Distrital do Engenheiro”, elegendo-o como o momento maior de convívio e de exaltação da OE e da Engenharia no distrito de Bragança;
 - Procurar facultar aos colegas oportunidades de actualização técnica e profissional, através de acções de formação e palestras, seminários e outros eventos a realizar no distrito ou em parceria com a Delegação Distrital de Vila Real.
 - Fazer da nova sede distrital o ponto de encontro privilegiado dos colegas, bem como criar condições que fomentem a procura das instalações para actividades de convívio e profissionais. ■



DELEGADO
Amílcar José
Pires Lousada



DELEGADO ADJUNTO
Teodoro
Ramos Pereira



DELEGADO ADJUNTO
Pedro Nuno
Gonçalves Nogueira

REGIÃO NORTE Delegação Distrital de **VIANA DO CASTELO**



DELEGADO
Vitor António
Pereira Lopes de Lima



DELEGADO ADJUNTO
Fernando João
Fernandes Fonseca



DELEGADA ADJUNTA
Maria Teresa da Fonseca
Oliveira Pereira da Mota

Programa de Acção

LIGAÇÃO DOS MEMBROS À ORDEM DOS ENGENHEIROS

Objectivos

- Estimular a participação activa dos membros da Ordem do distrito;
- Divulgar pelos colegas um pré plano de actividades e recolher sugestões de enriquecimento;
- Divulgar atempadamente as acções da OE;
- Reiniciar os contactos com a autarquia de Viana do Castelo para encontrar um edifício para a Sede Distrital;
- Dar tratamento rápido às solicitações dos membros;
- Constituir grupos de trabalho de apoio à Delegação, ao nível das Especialidades;
- Apoiar o ingresso de jovens Engenheiros e propor a redução das suas quotas anuais nos dois primeiros anos de inscrição;
- Dispor de um gabinete de apoio aos Engenheiros, nomeadamente na informação sobre os cursos reconhecidos pela OE;
- Realizar e divulgar uma Bolsa de Emprego do Distrito para Engenheiros;
- Realizar dois jantares por ano nos vários concelhos do distrito.

- Qualificar os membros;
- Visitas técnicas a obras, acções ou trabalhos de En-

genharia e divulgação na comunicação social; • Realizar acções de formação.

- Prestigiar os Engenheiros e a Engenharia no distrito;
- Homenagear membros da OE;
- Apoiar e cativar as iniciativas nacionais e regionais;
- Divulgar iniciativas dos Engenheiros, das empresas, e das Escolas e Instituições de Investigação e Desenvolvimento;
- Dar apoio jurídico no mercado de trabalho aos membros da OE.

EXTERIORIZAÇÃO DA ORDEM

Objectivos

- Qualificar a Intervenção da Delegação Distrital;
- Realizar, de seis em seis meses, Encontros Temáticos sobre assuntos relevantes;
- Promover na comunicação social as iniciativas levadas a efeito;
- Promover os melhores exemplos da Engenharia;
- Identificar as questões que afectam a Engenharia e os Engenheiros;
- Reforçar as relações com as outras Ordens representadas no distrito;
- Realizar acções de divulgação da OE nas Instituições do Ensino Superior e Escolas Secundárias;
- Propor a realização de protocolos entre a OE e as Comunidades Intermunicipais e com as principais Associações Empresarias. ■

REGIÃO NORTE Delegação Distrital de **VILA REAL**

Programa de Acção

Neste próximo triénio, assumimos o compromisso de trabalhar com vista a concretizar os nossos objectivos, que passam também pelo aumento do número de inscritos na Ordem dos Engenheiros.

Assim, com um pequeno conjunto de acções, pretendemos preparar o futuro, propondo-nos:

- Conseguir um espaço digno e visível para a sede distrital, com a finalidade de aí podermos levar a cabo uma boa parte das acções a realizar, possibilitando também que esse possa ser o local de encontro e convívio de todos os colegas;
- Fomentar o convívio entre os colegas do distrito (e não só), promovendo eventos de natureza lúdica e/ou cultural;
- Actualizar a aptidão técnica dos colegas, com a realização de acções de formação de índole técnica, principalmente nos temas e matérias mais actuais e necessárias profissionalmente;
- Estabelecer protocolos com entidades e empresas do distrito com a finalidade de concessão de facilidades e regalias aos membros da Ordem;
- Consolidar a ligação à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. ■



DELEGADO
Luís Manuel Montenegro
de Araújo Pizarro



DELEGADO ADJUNTO
Manuel Carlos
Trindade Moreira



DELEGADO ADJUNTO
João Inácio
Cancelinha Oliveira

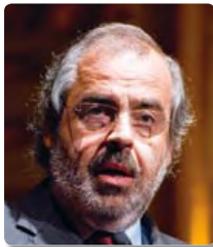
ESPECIAL ELEIÇÕES

LISTA RB ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES – REGIÃO NORTE

CIVIL



Luís Garcia
Braga da Cruz



Gerardo José Sampaio
Silva Saraiva de Meneses



David Manuel
Gama Lima Rebelo



Luis Manuel
Machado Macedo

ELECTROTÉCNICA



Hipólito António
Pinto Ponce de Leão



Laxmiprasad
Varajidas

MECÂNICA



Álvaro Henrique
Rodrigues



Luís António
Andrade Ferreira

QUÍMICA



António Manuel
Gonçalves Maia Miranda

AGRÓNOMICA



José Manuel Froes
Burguete Sousa Soares

OUTRAS ESPECIALIDADES

Geológica e de Minas



Joaquim
Ferreira Guedes

Informática



Fernando Mário
Junqueira Martins

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA RA REGIÃO CENTRO

www.matiasramos-candidatura.com

ASSEMBLEIA REGIONAL



PRESIDENTE
Celestino
Flório Quaresma



SECRETÁRIA
Maria Helena Pêgo
Terêncio M. Antunes



SECRETÁRIO
Francisco Bernardo
Noronha e Távora

CONSELHO DIRECTIVO



PRESIDENTE
Octávio Magalhães
Borges Alexandrino



VICE-PRESIDENTE
António Heleno
Martins Canas



SECRETÁRIO
António
Ferreira Tavares



TESOUREIRA
Maria da Graça
B. Vaz Rasteiro

CONSELHO FISCAL



MEMBRO
Flávio dos Santos
Ferreira



MEMBRO
Carlos Alberto
Esteves Leitão



MEMBRO
Manuel Fernando
Magalhães Teixeira

CONSELHO DISCIPLINAR



MEMBRO
Manuel Tomás
Cortez Rodrigues Queiró



MEMBRO
Luís Manuel
M. F. Serra e Silva



MEMBRO
Armando Eugénio
Godet Ferreira Agria

MANDATÁRIOS

Augusto Vaz Serra e Sousa e António Serra Constantino

LISTA
RA

REGIÃO CENTRO

Programa de Acção Conselho Directivo da Região Centro

“Mais e melhor servir a Engenharia e os Engenheiros” é a base programática da nossa candidatura para o Conselho Directivo da Ordem dos Engenheiros da Região Centro, em uníssonos com todos os órgãos regionais que compõem a candidatura.

POR QUE NOS CANDIDATAMOS?

- Porque queremos dar sequência ao esforço que se fez no sentido do prestígio da Ordem dos Engenheiros e da sua ligação à Sociedade.
- Porque acreditamos que a Ordem deve ter uma liderança forte e descentralizada atenta às realidades nacionais e às expectativas legítimas de todos os Engenheiros.
- Porque pretendemos avançar ainda mais e melhor servir a Engenharia e os Engenheiros.

O QUE PROPOMOS?

- Os candidatos aos Órgãos Regionais, que se apresentam numa lista em bloco independente, propõem-se trabalhar ao nível da Região Centro, em consonância com os Órgãos Nacionais e das outras regiões e, em total sintonia com a candidatura nacional do Engenheiro Carlos Matias Ramos, prometem dedicar a sua melhor atenção e esforço a:

1. Dinamizar o relacionamento dos Órgãos Regionais com os Nacionais, mantendo uma boa representatividade regional;
2. Defender a qualidade da Engenharia através do enquadramento dos novos Engenheiros na sua Associação Profissional, da dinamização da formação contínua e de uma contribuição para uma verdadeira definição dos Actos de Engenharia;
3. Cooperar com as Escolas de Engenharia no sentido de facilitar a concretização das alterações trazidas pelo processo de Bolonha e de perspectivar o ingresso dos seus novos formados nesta Ordem, como única instituição representativa dos Engenheiros Portugueses;
4. Promover a intervenção dos Engenheiros na discussão, análise e divulgação de soluções técnicas para os problemas reais;
5. Promover parcerias com empresas potenciais empregadoras de jovens formados em Engenharia, proporcionando-lhes estágios e experiências profissionais que lhes abram portas para o futuro;
6. Motivar a participação activa, quer a nível local, quer a nível regional, em todas as actividades promovidas pela Ordem;
7. Promover a divulgação dos cursos de Engenharia e das suas alianças saídas profissionais;
8. Incentivar a realização de acções culturais e de recreio, estimulando a participação activa dos Engenheiros. ■

TRIÉNIO 2010-2013

LISTA RA CONSELHOS REGIONAIS DE COLÉGIO – REGIÃO CENTRO

CIVIL



COORDENADOR
Rui Manuel
Prata Ribeiro



VOGAL
Vítor
Dias da Silva



VOGAL
José Antonio
Cardoso Sobral

ELECTROTÉCNICA



COORDENADOR
José Virgílio
Fernandes Geria



VOGAL
António José
Pires Batista



VOGAL
Álvaro Filipe
P. C. Oliveira Gomes

MECÂNICA



COORDENADOR
Altino de Jesus
Roque Loureiro



VOGAL
Fausto Miguel
Cereja S. Freire



VOGAL
João Pedro
Barata Nunes

GEOLÓGICA E DE MINAS



COORDENADOR
Álvaro José
Ribeiro Saraiva



VOGAL
Valdemar António
B. Oliveira



VOGAL
Pedro Miguel
Freire Guedes

QUÍMICA E BIOLÓGICA



COORDENADOR
Fernando Augusto
Pinto Garcia



VOGAL
Ana Cristina
Antunes A. Costa



VOGAL
Fernando
Antunes Rosa

GEOGRÁFICA



COORDENADORA
Elisa M. Domingues
Almeida



VOGAL
Rui Manuel
da Silva Fernandes



VOGAL
Jorge Manuel
Filipe dos Santos

AGRONÓMICA



COORDENADOR
José Paulo
da Silva Dias



VOGAL
Margarida Maria
B. V. M. Teixeira



VOGAL
Francisco José
Rebelo Fernandes

FLORESTAL



COORDENADOR
José Manuel
S. Oliveira Tavares



VOGAL
Teresa Maria P. C.
Amado e Vasconcelos



VOGAL
António
da Cunha Direito

INFORMÁTICA



COORDENADOR
Mário
Marques Freire



VOGAL
Jorge Manuel
Oliveira Henriques



VOGAL
Ricardo José
Pessoa Lopes Ruivo

AMBIENTE



COORDENADORA
Isabel Cristina
Gaspar Lança



VOGAL
Ema Maria
Monteiro de Matos



VOGAL
Augusto Miguel
Rosa Lopes

REGIÃO CENTRO Delegação Distrital de AVEIRO



DELEGADO
Eduardo Belmiro
Torres do Couto



DELEGADO ADJUNTO
Alberto
Roque Rodrigues



DELEGADA ADJUNTA
Ana Paula
Mata da Silva

Programa de Acção

Esta candidatura propõe-se promover o papel do Engenheiro na sociedade actual, criando oportunidades para o desenvolvimento pessoal, nas vertentes profissionais e sociais, em particular na área territorial da Delegação. Os actuais desafios económicos, sociais e ambientais, à escala global, conduzem esta Delegação a propor-se trabalhar no incentivo da discussão desses mesmos desafios, inspirando soluções ao nível local. A actuação da Delegação centra-se nos seguintes objectivos:

1. Promover o papel da Engenharia no desenvolvimento local e regional

- Reforçar o papel interventivo do Engenheiro; • Promover acções de Cidadania e Responsabilidade Social; • Colaborar em acções de carácter técnico e científico; • Colaborar na organização do Congresso Nacional da OE.

2. Enquadrar a Engenharia no conceito de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental

- Promover encontros adaptados às necessidades das empresas; • Divulgar conhecimento sobre tecnologias emergentes; • Promover a emissão semestral de newsletters; • Aprofundar o relacionamento com instituições do conhecimento; • Apresentar, junto de

autarquias, associações, empresas e instituições, disponibilidade para participar em projectos de desenvolvimento regional.

3. Promover o Engenheiro na sociedade moderna

- Promover e dignificar o uso devido do título de Engenheiro; • Intervir nos processos de certificação das licenciaturas; • Promover a formação contínua e actualização profissional.

4. Mobilizar as camadas jovens para a Engenharia

- Divulgar a importância do papel da Ordem junto dos jovens Engenheiros e estudantes; • Participar em eventos, feiras, exposições, de carácter técnico; • Desenvolver a bolsa de estágios curriculares para jovens Engenheiros; • Reforçar protocolos com Associações Empresariais; • Estabelecer protocolos com Associações de Antigos Alunos de Escolas de Engenharia.

5. Dinamizar o Associativismo e a difusão da Informação

- Campanha de sensibilização para participação na vida da OE; • Incentivar a inscrição na OE de todos os Engenheiros da região; • Melhorar as condições de diálogo entre a Delegação e os membros; • Operacionalizar ferramentas, utilizando as TIC para a comunicação de eventos e acções de carácter associativo; • Promover benefícios aos membros, através de acordos com serviços e estabelecimentos da região; • Valorizar o potencial da nova sede. ■

REGIÃO CENTRO Delegação Distrital de CASTELO BRANCO



DELEGADO
João Carlos
Gonçalves Lanzinha



DELEGADO ADJUNTO
Filipe Alberto
M. S. Carreiro



DELEGADO ADJUNTO
Francisco José
Freire Lucas

Programa de Acção

Apostando na continuidade do trabalho realizado e nas relações de proximidade com os colegas residentes do distrito de Castelo Branco, são objectivos para o próximo triénio:

- Apoiar a integração dos jovens Engenheiros na sua actividade profissional e na Ordem dos Engenheiros.
- Promover a articulação entre os Órgãos Nacionais e Regionais e os Engenheiros residentes no distrito.
- Contribuir para a descentralização das actividades da Ordem dos Engenheiros, organizando Dias Regionais, Jornadas, Conferências e Cursos.
- Promover a instalação da Delegação Distrital em edifício próprio e com as condições adequadas para servir os seus membros.
- Apoiar os residentes no distrito na tramitação dos procedimentos administrativos internos e na promoção das suas qualificações.
- Promover acções e participar em actividades de articulação entre a Ordem dos Engenheiros e as Escolas de Engenharia localizadas no distrito.
- Continuar a dinamizar o crescimento sustentado do número de Engenheiros inscritos na Delegação Distrital.
- Promover acções de informação especializada e de formação contínua.
- Debater, divulgar e valorizar as actividades e boas práticas de Engenharia em colaboração com outras entidades representativas da Sociedade Civil.
- Promover visitas técnicas e actividades de convívio de carácter distrital. ■

REGIÃO CENTRO Delegação Distrital da **GUARDA**



DELEGADO
Luís Manuel
de Sousa Aragão



DELEGADO ADJUNTO
José António
F. Figueiredo Gomes



DELEGADO ADJUNTO
António José
da Silva Quinaz

Programa de Acção

1. Nomeação de Coordenadores Distritais pelos diversos Colégios da Especialidade que, para além do acompanhamento de iniciativas específicas, coordenarão, juntamente com a Delegação, a calendarização das acções.
2. Organização de acções de formação/informação, aquisição e partilha de conhecimentos.
3. Dotar a Delegação de maior visibilidade pública:
 - através do aluguer/aquisição de um espaço tipo “loja”, ao nível da rua;
 - manter os colegas informados sobre os serviços prestados na Delegação;
 - criação de Rede Informativa e de Conhecimento Activa – comunicação regular com os colegas, com base nas novas tecnologias;
 - publicação nos órgãos de Comunicação Social – escrita de artigos por colegas, com referência à sua condição de “membros” da Ordem;
 - participação nos órgãos de Comunicação Social – depoimentos/esclarecimentos de colegas, na sua qualidade de especialistas em determinadas matérias, com referência à sua ligação à Ordem.
4. Visitas técnicas a obras e empresas de interesse, quer ao nível técnico, cultural, social ou outras, promovendo boas práticas.
5. Atribuição anual de diplomas – de Mérito e Carreira – a colegas inscritos na Delegação, que se destaquem nas suas actividades (eventualmente a estudantes naturais da Região).
6. Iniciativa Engenheiros em “Conversas de fim de tarde”:
 - Identificação mensal de um tema e um “facilitador”/moderador;
 - Marcação de dia/local;
 - Breve apresentação do tema, seguida de debate;
 - Um pretexto adicional (prova de vinho, queijo, chá);
 - Eventual abertura a participantes de outras Ordens.
7. Organização de encontros informais entre colegas, a pretexto de efemérides, eventos ou épocas do ano. Realização de Assembleias informais de divulgação e recolha de dados.
8. Intercâmbios com outras Ordens Profissionais e Entidades, em “Experiências Cruzadas”.
9. Iniciativas de atracção e acolhimento de novos membros.
10. Recolha proactiva e transmissão de opiniões e propostas dos membros da Delegação, aos Órgãos Regionais e Nacionais em questões relevantes ao funcionamento da OE. ■

REGIÃO CENTRO Delegação Distrital de **LEIRIA**

Programa de Acção

- Disponibilização das instalações da Delegação aos membros da Ordem dos Engenheiros para obtenção de informações e documentos de interesse para a sua actividade e para participação em videoconferências promovidas pela Ordem.
- Promover a inscrição como membros da Ordem dos Engenheiros de todos os Engenheiros residentes, ou em actividade no distrito, com cursos de Engenharia certificados pela Ordem.
- Colaboração com os Estabelecimentos de Ensino Superior do distrito nos processos de Certificação pela Ordem dos Engenheiros de cursos de Licenciatura em Engenharia ministrados pelos mesmos.
- Dar cumprimento aos actos constantes no Protocolo de Colaboração celebrado entre a Ordem dos Engenheiros e a NERLEI.
- Desenvolver diligências para a viabilização da aquisição de um imóvel para a instalação da sede da Delegação Distrital.
- Instituição da *Jornada de Engenharia no Distrito de Leiria*, a realizar anualmente, com vista ao fortalecimento do espírito de unidade, partilha de conhecimentos profissionais e dignificação da classe.
- Colaboração, no domínio da Engenharia, com os municípios do distrito, com outras entidades oficiais, com as associações empresariais, profissionais e culturais e com a comunidade em geral.
- Promoção de palestras, seminários, cursos de formação, jornadas e visitas técnicas, em colaboração estreita com os Colégios das Especialidades, com vista à actualização e melhoria dos conhecimentos científicos e técnicos dos membros.
- Promover campanhas de sensibilização para a valorização da Engenharia direccionadas aos estudantes dos 11.º e 12.º anos de escolaridade.
- Colaboração e participação nos encontros periódicos promovidos pelas Delegações Distritais da Região Centro da Ordem dos Engenheiros.
- Reforço das relações institucionais com as Delegações Distritais de outras Ordens Profissionais. ■



DELEGADO
João Carlos
Antunes Ferreira



DELEGADO ADJUNTO
António Manuel
Carvalho Maurício



DELEGADO ADJUNTO
Joaquim Manuel
Castro Sismeiro

REGIÃO CENTRO Delegação Distrital de **UISEU**

Programa de Acção

OBJECTIVOS PRINCIPAIS – PROPOSTA:

- Realização do Tradicional Jantar de Reis;
- Realização de Sessões Técnicas destinadas aos colegas do distrito, em articulação com os Conselhos Regionais dos Colégios;
- Organização de visitas temáticas à região, em articulação com os Conselhos Regionais dos Colégios;
- Participações várias, por inerência dos responsáveis da Delegação, em eventos realizados quer na região, quer a nível nacional;
- Garantir com a maior regularidade possível o apoio presencial, através da abertura da sede, no mínimo uma vez por semana. ■



DELEGADO
António
Domingos Chumbo



DELEGADO ADJUNTO
José Eduardo
Fiuza B. Matos



DELEGADO ADJUNTO
António Jorge
Almeida Carreira

ESPECIAL ELEIÇÕES

LISTA RA ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES – REGIÃO CENTRO

CIVIL



Maria Otilia
Santos P. Caetano

ELECTROTÉCNICA



Humberto Manuel
Matos Jorge

MECÂNICA



Francisco Manuel
Meirinhos Granjo

QUÍMICA



Rogério Abrantes
Batista Pratas

GEOLÓGICA E DE MINAS



Manuel J.
Senos Matias

OUTRAS ESPECIALIDADES

Agronómica



Idílio
de Barros Neto

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA RA REGIÃO SUL

www.matiassramos-candidatura.com

ASSEMBLEIA REGIONAL



PRESIDENTE
António José
Coelho dos Santos



SECRETÁRIA
Teresa Maria de Vasconcelos
Lima Nogueira Simões Cavalheiro



SECRETÁRIO
António José
Carrasquinho de Freitas

CONSELHO DIRECTIVO



PRESIDENTE
Carlos Alberto
Mineiro Aires



VICE-PRESIDENTE
António Albano
Liberal Ferreira



SECRETÁRIA
Maria Filomena
de Jesus Ferreira



TESOUREIRA
Maria Helena Kol de Carvalho
Santos Almeida de Melo Rodrigues

CONSELHO FISCAL



MEMBRO
Bernardo
Mira Delgado



MEMBRO
Maria Teresa
da Encarnação de Jesus



MEMBRO
Christian
Bastos Andersen

CONSELHO DISCIPLINAR



MEMBRO
Paulo Camargo
de Sousa Eiró



MEMBRO
Carlos
dos Santos Pereira



MEMBRO
José Eduardo
Carvalho de Matos e Silva

MANDATÁRIOS

Emanuel José Leandro Maranha das Neves e António Manuel Aires Messias

LISTA
RA

REGIÃO SUL

Programa de Acção Conselho Directivo da Região Sul

Competência, experiência e estabilidade

A Região Sul, pela particular relevância que tem em número de associados, tem, obrigatoriamente, de se assumir como um parceiro colaborante na procura de soluções para os problemas da Ordem, em geral, e dos seus membros, em particular.

Para tal, a actuação do Conselho Directivo da Região Sul assentará, sempre, nas seguintes linhas de actuação:

- Valorização e dignificação da Engenharia e dos Engenheiros;
- Representatividade e defesa dos interesses dos Engenheiros;
- Observância da ética e deontologia profissional;
- Proximidade aos Colégios Regionais e à percepção do seu quotidiano;
- Actuação articulada entre os órgãos nacionais e regionais;
- Proximidade aos meios académico e empresarial;
- Perspectiva de responsabilidade social da profissão de Engenheiro e de deveres de actuação que defendam princípios de sustentabilidade.

Voltar as costas às dúvidas e às questões que preocupam os seus membros não é nossa postura, pelo que iremos encarar todos os assuntos desta natureza, como é o caso do “Processo de Bolonha” e do desacordo em relação à recente Portaria 1379/2009.

Assim, do Programa da nossa Candidatura destacamos as seguintes propostas:

1. Prioridade de atenção para os mais **jovens colegas**, que agora iniciam as suas carreiras profissionais. Seremos um canal permanentemente aberto para o seu atendimento, pois o futuro da OE por eles passa, procurando cativá-los para a participação associativa. Procuraremos **soluções que possam ajudar a absorver a mão-de-obra altamente qualificada que emerge das nossas Universidades**, mormente as que passam pelo **apoio a acções de empreendedorismo**, devendo a OE ter um particular papel a desempenhar. Incentivaremos o “Prémio Inovação Jovem Engenheiro” e o reconhecimento das iniciativas empresariais;
2. Na Região Sul, em articulação com os órgãos nacionais, manteremos actual uma **bolsa de trabalho, onde a oferta e a procura**

estarão disponíveis online, reforçando e/ou estabelecendo **parcerias preferenciais com empresas e instituições de referência**;

3. Pugnaremos pela **promoção da imagem do Engenheiro e pela aproximação da Ordem**, e dos seus membros, à Sociedade;
4. Defenderemos o **estreitamento de relações com o meio académico**, procurando **soluções e formas de entendimento e colaboração bilaterais e recíprocas**;
5. Promoveremos **iniciativas de acolhimento e de formação e actualização profissional**, que garantam uma **formação sólida, nos aspectos ético e deontológico, e conhecimentos técnicos actualizados**;
6. No campo laboral, **pugnaremos pela defesa dos membros, não aceitando qualquer tratamento discriminatório ou lesivo dos seus direitos**;
7. Melhoraremos as **condições de atendimento e informação aos associados**, através de soluções desmaterializadas, com recurso à Internet;
8. Praticaremos políticas de **aproximação às Delegações Distritais**;
9. Asseguraremos a **realização de conferências, seminários, cursos de actualização, sessões informativas**, etc., quer na sede, quer a nível das representações distritais e em articulação com estas;
10. Promoveremos o desporto e o lazer, pugnando pela **consolidação de um portefólio de actividades de distracção e ocupação de tempos livres**, tentando melhorar as iniciativas já existentes;
11. Estaremos atentos aos desenvolvimentos da AME, cuja função social é relevante.

A solidez desta equipa, a sua **competência** e a sua **experiência**, serão fundamentais para a eficácia e **estabilidade** da gestão e para a constante melhoria da imagem da OE. ■

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA RA CONSELHOS REGIONAIS DE COLÉGIO – REGIÃO SUL

CIVIL



COORDENADORA
Ângela Maria Jesus
de Sequeira Serra Nunes



VOGAL
Luís
Oliveira Santos



VOGAL
José Paulo
Memdes Dias da Cruz

ELECTROTÉCNICA



COORDENADOR
Luís Filipe
Cameira Ferreira



VOGAL
Carlos Alberto
Ferreira Botelho



VOGAL
José Eduardo do Amaral
Netto e Aguiar

MECÂNICA



COORDENADOR
Heraldo Rosa
de Vasconcelos



VOGAL
Carlos António
da Silva Mendes



VOGAL
Álvaro José
da Silva dos Santos

GEOLÓGICA E DE MINAS



COORDENADOR
Virgílio Manuel
de Albuquerque Rebelo



VOGAL
Maria Teresa
da Cruz Carvalho



VOGAL
Pedro Miguel Nascimento
Mata da Silva Lopes

QUÍMICA E BIOLÓGICA



COORDENADOR
João Fernando
Pereira Gomes



VOGAL
António Gonçalves
da Silva



VOGAL
José Amaro
Marques Nunes

NAVAL



COORDENADOR
Pedro Nuno Soares
dos Reis Graça Ponte



VOGAL
Paulo
de Carvalho Viana



VOGAL
Francisco de Figueiredo
e Silva Cunha Salvado

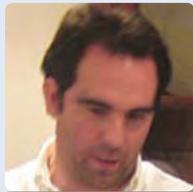
GEOGRÁFICA



COORDENADORA
Maria Teresa de
Vasconcelos e Sá Pereira



VOGAL
Carlos Manuel
Correia Antunes



VOGAL
Luís Carlos
Soares dos Santos

AGRONÓMICA



COORDENADOR
Alberto Figueiredo
Krohn da Silva



VOGAL
Maria Teresa
de Alarcão Costa Neves



VOGAL
Fernando Manuel
Moreira Borges Mouzinho

FLORESTAL



COORDENADOR
João de Sousa
Teixeira



VOGAL
Maria do Rosário
Júlio Fialho Amaral



VOGAL
Carlos Manuel
Caldas Borges

MATERIAIS



COORDENADORA
Patrícia Maria Cristovam
C. Almeida de Carvalho



VOGAL
Fernando de Almeida
Costa Oliveira



VOGAL
José Maria M. Ribeiro
de Freitas Albuquerque

INFORMÁTICA



COORDENADOR
Vasco Miguel
Moreira do Amaral



VOGAL
António João
Serras Rendas



VOGAL
Pedro de Oliveira
Baptista Gerales Freire

AMBIENTE



COORDENADOR
José Manuel
Leitão Sardinha



VOGAL
Ana Luísa
Gonçalves Marcão



VOGAL
Maria Justina
Simões Catarino Miguel

REGIÃO SUL Delegação Distrital de **ÉVORA**

Programa de Acção

ORIENTAREMOS A NOSSA ACÇÃO SEGUNDO OS SEGUINTE VECTORES:

1. Valorizar e actualizar competências

Promover eventos que valorizem e actualizem as competências dos Engenheiros: acções de formação de curta duração, palestras, conferências, visitas técnicas e jantares/debates.

Só a contínua actualização, aprofundamento e enriquecimento dos conhecimentos e das competências facultará ao Engenheiro a adaptação necessária a um mundo em permanente mudança.

2. Agilizar a comunicação entre a Delegação Distrital e os membros da Ordem

Implementar, divulgar e manter a página Web da Delegação Distrital, através da qual se facilite e agilize a comunicação com os membros do distrito.

3. Promover a Engenharia

Criar, a nível regional, uma Bolsa de Estágios e uma Bolsa de Emprego, a divulgar na página Web da Delegação. Realizar palestras dirigidas a alunos do Ensino Secundário com vista a uma melhor orientação profissional.

4. Dinamizar a utilização da Sede da Delegação

Concretizar a necessária mudança de instalações. Depois de concretizada, haverá que rentabilizar a sua utilização, realizando palestras, debates e outras actividades.

5. Promover a cooperação e solidariedade entre os membros

Propomo-nos desenvolver um espírito de grupo mais forte. Organizaremos actividades de âmbito cultural e de lazer, criando momentos de permuta de ideias, convívio e confraternização.

6. Atrair novos membros para a Ordem

Realizar acções de sensibilização e esclarecimento, quer junto dos vários licenciados em Engenharia que ainda não são membros da OE, quer junto de alunos de Engenharia da Universidade de Évora, informando-os das vantagens em pertencer a uma associação profissional. Divulgar os serviços descentralizados que são actualmente prestados pelas Delegações Distritais.

7. Corresponder às expectativas dos membros

Serão os membros auscultados para que, subsequentemente, as suas necessidades possam ser satisfeitas. Assim, contribuiremos para o aumento da satisfação dos Engenheiros em relação à OE. ■



DELEGADO
José Júlio Braga
Correia da Silva



DELEGADA ADJUNTA
Ana Cristina
Branco de Freitas Jan



DELEGADO ADJUNTO
José Miguel
Batista Noites

REGIÃO SUL Delegação Distrital de **FARO**

Programa de Acção

A candidatura da nossa Delegação é solidária com a candidatura a Bastonário do Engenheiro Matias Ramos e a do Engenheiro Mineiro Aires para Presidente da Região Sul.

O nosso Programa revê-se nos objectivos gerais das suas candidaturas para o mandato de 2010-2013 que, no nosso âmbito, se traduz no objectivo estratégico de continuar a reforçar e consolidar o papel da Delegação Distrital de Faro, como instrumento de descentralização dos serviços prestados pela Ordem dos Engenheiros. Pretendemos, desta forma, promover a Engenharia no distrito e contribuir para a valorização e actualização das competências profissionais dos Engenheiros aqui residentes.

Para a concretização deste amplo e exigente objectivo, que pressupõe o indispensável apoio dos vários órgãos da Região Sul, propomo-nos desenvolver no próximo triénio as acções necessárias para:

1. Melhorar os serviços prestados pela Delegação Distrital, reforçando o apoio aos membros, elucidando-os sobre as funções e competências da

OE, face às suas necessidades no desempenho da actividade profissional.

2. Organizar e implementar, com o envolvimento dos diferentes Colégios e Especializações existentes na estrutura da OE, acções de formação e actualizações profissionais, seminários e visitas técnicas.

3. Interagir com a Universidade do Algarve, Câmaras Municipais e outros Organismos Públicos, Empresas e outras Entidades, no sentido de promover a Engenharia e valorizar as competências profissionais dos membros da OE.

4. Manter uma adequada actividade de sensibilização junto dos profissionais de Engenharia no sentido de atrair novos membros e apelar à participação dos actuais nas actividades da OE.

5. Intervir em todos os domínios onde a OE, em particular, e a Engenharia, em geral, tem competências para acrescentar valor e qualidade ao desenvolvimento regional, nomeadamente ao nível do ordenamento e ocupação do território, do planeamento urbano, da mobilidade e transportes, da energia, da economia, do ambiente, etc.. ■



DELEGADO
Manuel Augusto
Banza Ramos Motta



DELEGADO ADJUNTO
Ilídio Encarnação
Jesus Neto Mestre



DELEGADO ADJUNTO
Joaquim Pedro
do Sacramento Ramos

REGIÃO SUL Delegação Distrital da **SANTARÉM**



DELEGADO
António Freire
de Oliveira



DELEGADO ADJUNTO
Pedro Maria
Batista Lino Caetano



DELEGADO ADJUNTO
José Adriano
Soares Lopes

Programa de Acção

I. CARÁCTER GERAL

- Incentivar a participação efectiva dos Engenheiros do distrito de Santarém na resolução dos problemas locais específicos e de problemas de carácter nacional; • Dinamizar a participação nas diversas actividades da Ordem, nomeadamente na utilização dos serviços por ela oferecidos; • Apoiar o bom cumprimento dos preceitos deontológicos, com vista ao reforço do exercício da profissão; • Proporcionar o máximo de informação sobre questões profissionais, sobre resoluções do Conselho Directivo Nacional e da Região e sobre legislação publicada relacionada com a Engenharia; • Promover acções com vista à informação e formação; • Colaborar com os diferentes órgãos nacionais e regionais da OE no sentido da representatividade, intercâmbio e potenciação do exercício da Engenharia; • Promover o diálogo com empresas representativas do distrito; • Dinamizar a sede distrital também como espaço aglutinador dos Engenheiros do distrito; • Contribuir para o encontro dos Engenheiros do distrito através de espaços de cultura e lazer.

II. SEDE DISTRITAL

- Aperfeiçoamento dos serviços de atendimento; • Agilizar a comunicação com os membros da Ordem, do distrito; • Dinamizar a utilização da sede após o trabalho de requalificação.

III. ÁREAS TEMÁTICAS A ABORDAR

- É objectivo, para o triénio 2010/2013, poder responder afirmativamente às diversas propostas de abordagens temáticas oriundas dos membros inscritos no distrito de Santarém; • É objectivo que as abordagens temáticas a desenvolver possam ser realizadas em diversos pontos do distrito em função dos interesses dos membros.

Como iniciativa propomos, desde já, a seguinte temática: A Rede Rodoviária Nacional/Distrital de Santarém; Higiene e Segurança no Trabalho; Energias Renováveis; Eficiência Energética em Edifícios; Utilização Racional da Energia; Liberalização do Mercado da Energia; Sector Olivícola; Fileira Florestal / Energias Renováveis; Enquadramento e Consequências de Nova Legislação; Formação e Responsabilidades no Após Bolonha. ■

ESPECIAL ELEIÇÕES

LISTA RA ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES – REGIÃO SUL

CIVIL



Fernando
Ferreira Santo



João Carlos Chaves
de Almeida Fernandes



Jorge Domingues
Grade Mendes



Renato
da Silva Leitão



Pedro Passos
da Cunha Serra



Júlio António
da Silva Appleton



Aníbal
Freitas Lopes



José Manuel de Saldanha
Gonçalves Matos

ELECTROTÉCNICA



Maria Teresa N. P. de
Castro Correia de Barros



Luís Fernando
de Mira Amaral



Adelino San-Miguel
Bento



Carlos Eduardo
Costa Salema



Pedro Manuel
Osório Sena da Silva

MECÂNICA

QUÍMICA E BIOLÓGICA



Fernando Manuel
Ramôa Ribeiro



Rui Manuel
Carvalho Godinho



Luís Alberto
Santos Pereira



José Soares
d'Almeida Ribeiro

AGRONÓMICA



Júlio Martins
Montalvão e Silva

OUTRAS ESPECIALIDADES

Informática



Alberto Manuel
Rodrigues da Silva

Florestal



José Luís
de Almeida Carvalho

Ambiente



Tomás Augusto
Barros Ramos

Geológica e de Minas



Fernando Plácido
de Sousa Ferreira Real

Naval



António Balcão
Fernandes Reis



Manuel Correia
Alves da Cruz

TRIÉNIO 2010-2013

LISTA RB REGIÃO SUL

www.novoimpulso.org

ASSEMBLEIA REGIONAL



PRESIDENTE
Ana Paula
Mendes Vitorino



SECRETÁRIA
Maria Arminda
Macieira Branco



SECRETÁRIO
José Esteves
do Amaral

CONSELHO DIRECTIVO



PRESIDENTE
José Tiago de Pina
Patrício de Mendonça



VICE-PRESIDENTE
Armando António
Pereira Teles Fortes



SECRETÁRIO
Aires Barbosa
Pereira Ferreira

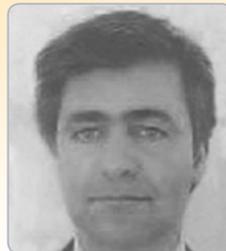


TESOUREIRA
Maria de Belém Ferreira
da Silva Costa Freitas Martins

CONSELHO FISCAL



MEMBRO
Jorge Manuel
da Conceição Sales Gomes



MEMBRO
Rui Miguel de Bastos
dos Anjos Castelão



MEMBRO
Rui Manuel Esteves
da Costa Manteigas

CONSELHO DISCIPLINAR



MEMBRO
João Carlos de Jesus
Marreiros Rodrigues Loureiro



MEMBRO
José Manuel Monteiro
da Silva Cardoso



MEMBRO
Miguel Albuquerque
de Morais Sarmento

MANDATÁRIOS

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento e Maria Teresa da Silva Lopes Vilão

LISTA
RB

REGIÃO SUL

Programa de Acção Conselho Directivo da Região Sul

Qual o papel da Ordem dos Engenheiros na sociedade portuguesa? Que papel tem a Ordem dos Engenheiros na vida dos seus membros e, mais globalmente, na vida dos Engenheiros portugueses?

Foi na sequência do aprofundamento das respostas a estas duas perguntas nucleares e da necessidade de dar um **NOVO IMPULSO à nossa Engenharia**, que um grupo de colegas decidiu apresentar esta Candidatura.

Consideramos que a Ordem dos Engenheiros não seria o que é hoje, nem teria o prestígio que tem, sem o trabalho e empenho dos membros eleitos ao longo da sua história.

No entanto, embora reconhecendo o mérito dos nossos antecessores, pretendemos, através de uma participação activa na gestão da Ordem dos Engenheiros, contribuir para o seu desenvolvimento e contínua consolidação no próximo triénio, através de acções que conduzam ao aumento significativo, mas criterioso, do número dos seus membros e para a sua valorização profissional, utilizando as mais modernas ferramentas de comunicação.

Sendo um garante da Qualidade da Engenharia, a Ordem deverá constituir um **Fórum de debate privilegiado das questões nacionais** que envolvam a Engenharia, apresentando-se como uma voz activa e independente, possibilitando a intervenção de todos os seus membros e **garantindo a integração e participação dos mais jovens**.

Devendo continuar a garantir a **promoção dos valores Éticos e Deontológicos** da profissão deverá, ainda, desenvolver iniciativas que contribuam para um melhor conhecimento do **Empreendedorismo** e da sua envolvência por parte dos seus membros.

As iniciativas dos Colégios, Especializações e das Delegações Distritais, deverão ser valorizadas e incentivadas, apontando-se para uma cada vez maior coesão e espírito de equipa.

Queremos uma **Ordem mais participada e participativa**, melhorando a actuação no vec-

tor informação. Tendo por base os objectivos apontados, apresentam-se seguidamente as principais Linhas Programáticas da **Lista RB**, Candidata aos Órgãos Sociais da Região Sul.

- Acompanhar a implementação da declaração de Bolonha adequando os procedimentos à sua evolução; **Garantir a participação da Ordem na produção de regulamentação relativa ao exercício da profissão**; Estreitar a relação da Ordem com as estruturas de ensino;

- Fomentar o relacionamento com as empresas; Defender a valorização da inovação e da criatividade; **Divulgar o Valor que a Engenharia tem para o país**;

- **Organizar o debate público das grandes questões nacionais** com forte intervenção de Engenheiros; Reforçar as parcerias com outras associações profissionais nacionais e internacionais; Participar na organização conjunta de eventos;

- Continuar a promover os cursos de Ética e Deontologia; **Clarificar as responsabilidades próprias dos Engenheiros nos diversos Actos de Engenharia**; Promover a revisão periódica das qualificações dos responsáveis pela elaboração, revisão e aprovação de projectos;

- Fomentar uma maior **dinâmica de intervenção e visibilidade dos Colégios**; Criar o **“Dia do Colégio Regional”**; Divulgar legislação específica, no âmbito de cada Colégio, através do *site* da OE, apenas acessível aos membros;

- **Apoiar e incentivar as Distritais** no exercício da sua actividade; Garantir a existência de eventos periódicos que abranjam as diversas Distritais; Criar espaço próprio no Boletim para intervenção das Distritais;

- Garantir o acesso a um adequado **seguro de responsabilidade civil profissional** e divulgar a AME – Associação Mutualista dos Engenheiros e seus benefícios junto dos membros; Criar um sistema de actualização periódica de conhecimentos e competências, em diversas áreas complementares; Promover a realização de parcerias e projectos internacionais entre os associados;

- **Reformular o Boletim da Região Sul** e promover a sua divulgação através do *site*; Melhorar a comunicação através da utilização das mais modernas ferramentas disponíveis; **Criar uma bolsa de emprego** apenas acessível aos membros, através do *site* da OE;

- **Reforçar a estrutura profissional da Ordem** e de apoio aos Colégios, de modo a tornar mais compatível a actividade profissional com a actividade associativa; Criar grupos de trabalho dentro dos Colégios para analisar e propor soluções no âmbito das actuais problemáticas da Engenharia;

- Facilitar a troca de experiências com os jovens Engenheiros através de acções especificamente dedicadas e a realização de estágios profissionais a nível nacional e internacional através da criação de uma bolsa de estágios; **Promover a formação na área do Empreendedorismo**.

Com diferentes especialidades e vidas profissionais, em Empresas Privadas, Públicas, na Administração Pública ou no Ensino, **temos empenho e orgulho na nossa profissão de Engenheiro que tentamos honrar todos os dias**.

Temos um espírito de Serviço que queremos pôr à disposição da Ordem.

VAMOS DAR À ENGENHARIA UM NOVO IMPULSO! ■

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA RB CONSELHOS REGIONAIS DE COLÉGIO – REGIÃO SUL

CIVIL



COORDENADOR
Jorge Subtil
Paixão



VOGAL
João Sérgio
Nobre Duarte Cruz



VOGAL
Artur José
Pinto de Bivar

ELECTROTÉCNICA



COORDENADOR
Carlos José
de Sousa Pedro



VOGAL
Luís José Santos
de Sousa Martins



VOGAL
Alberto Jorge
de Sá Borges

MECÂNICA



COORDENADOR
João Manuel
Paiva Nunes



VOGAL
Francisco Manuel
Fernandes Severo



VOGAL
Luís Filipe
Canhão Roriz

GEOLÓGICA E DE MINAS



COORDENADOR
Jorge Manuel
Cravo Roxo



VOGAL
Eduardo Manuel
da Mira Fernandes



VOGAL
João Pedro
Gouveia António

QUÍMICA E BIOLÓGICA



COORDENADOR
José Monteiro
Cardoso de Menezes



VOGAL
Luís Manuel
Freitas Olival



VOGAL
Dora Luísa Rodrigues
da Moura Nogueira

NAVAL



COORDENADOR
José Manuel Bravo
Ferreira da Cruz



VOGAL
Miguel Fernando
Salvaterra Trovão



VOGAL
Lídia Furtado
Correia

GEOGRÁFICA



COORDENADORA
Adelaide Feliciano C.
Rodrigues da Costa



VOGAL
Manuel Pedro
Barata



VOGAL
Vanda Cristina
de Caria Patrício

AGRONÓMICA



COORDENADORA
Maria Raquel David
Pereira Ventura Lucas



VOGAL
Paulo Pacheco
de Castro Flores Ribeiro



VOGAL
Manuel Maria
de Sousa Leal da Costa

FLORESTAL



COORDENADOR
António Maria Lino da
Costa de Sousa de Macedo



VOGAL
Inês Soares Branco
da Costa Luz de Valléra



VOGAL
Luís Miguel
Rochartre Alvares

MATERIAIS



COORDENADOR
Mário Guerreiro
Silva Ferreira



VOGAL
Rogério Anacleto
Cordeiro Colaço



VOGAL
Maria João
Pedroso Carmezim

INFORMÁTICA



COORDENADOR
João António
dos Anjos Cardoso



VOGAL
Manuel Fernandes
Carvalho



VOGAL
Pedro Maria
de Freitas Dias Coelho

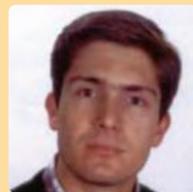
AMBIENTE



COORDENADOR
António Manuel
Inácio Norte Romão



VOGAL
Maria Clara
de Moura Lopes



VOGAL
Gonçalo Nuno
Monteiro Ribeiro

REGIÃO SUL Delegação Distrital de **ÉVORA**



DELEGADO
Francisco Jacinto
Lopes



DELEGADA ADJUNTA
Cristina Maria dos Santos
Conceição Pinheiro



DELEGADA ADJUNTA
Maria Evelina
Raposo Fialho

Programa de Acção

Os Candidatos à Delegação Distrital de Évora são solidários com o lema e objectivos das candidaturas dos Colegas Fernando Silveira Ramos, candidato a Bastonário, e Tiago Mendonça, candidato a Presidente da Região Sul.

O papel da Engenharia é fundamental num distrito rico em Património Arquitectónico (distinguindo-se a cidade de Évora, **património mundial**), onde se prevê o desenvolvimento de uma **nova dinâmica agrícola** com a implementação de perímetros de rega, desenvolvimento turístico associado à albufeira do Alqueva, grandes obras como a **Linha de Alta Velocidade** e a implementação de um grande projecto aeronáutico. A estas características associam-se significativas potencialidades florestais, ambientais e paisagísticas.

As linhas programáticas desta candidatura são as seguintes:

- **Melhorar a comunicação** com os Engenheiros

do distrito, dando conta das acções da Delegação de Évora, Regionais e Nacionais e adequando o serviço de atendimento às necessidades dos seus membros;

- **Promover o relacionamento das empresas do distrito com os Engenheiros** e organizar **visitas temáticas** às realizações mais emblemáticas da região;
- **Promover a proximidade** da Delegação com Autarquias, Universidade e outros Institutos de referência no distrito;
- **Promover**, em conjunto com a Região Sul, **um programa de formação** adequado à especificidade do distrito e realizar encontros culturais e de lazer.

Só com o empenho de todos a **Nossa Delegação** poderá crescer.

Só com o empenho de todos a **Nossa Ordem** será mais forte.

Por Évora, na Ordem um **NOVO IMPULSO**. ■

REGIÃO SUL Delegação Distrital de **FARO**



DELEGADO
José António
de Campos Correia



DELEGADO ADJUNTO
José Pedro Peão
Lopes Dias Pinto



DELEGADO ADJUNTO
Fernando Augusto
Guerreiro da Palma Batista

Programa de Acção

Os Candidatos à Delegação Distrital de Faro são solidários com o lema e objectivos das candidaturas dos Colegas Fernando Silveira Ramos, candidato a Bastonário, e Tiago Mendonça, candidato a Presidente da Região Sul.

Entre as iniciativas específicas que contamos realizar, propomos, em concreto, as seguintes acções:

- **Promover visitas temáticas** às construções ou obras mais emblemáticas na região, como o Autódromo Internacional do Algarve, centrais de energia eólica, minas de sal-gema de Loulé, Hospital Central do Algarve, grandes infra-estruturas hidráulicas e de abastecimento de água e saneamento;
- **Promover e patrocinar**, em conjunto com as instituições de ensino superior e outras instituições públicas e privadas da região, o **debate sobre questões** que estão na ordem do dia, como as energias alternativas, a linha de alta velocidade Évora-Faro-Huelva, a requalificação da N125, a sinistralidade

das rodovias, as políticas de cidades, a indústria e a agricultura na região, o ambiente e a floresta;

- **Promover**, em conjunto com a Direcção Regional do Sul, **um programa anual de formação** orientada para a especificidade da região;
- Implementar um **mailing** para todos os associados, sempre que tal se justifique, com as principais actividades desenvolvidas e a desenvolver;
- Incentivar um conjunto de **actividades sociais** com o objectivo de cimentar o convívio entre os membros da Ordem.

Só com o empenho de todos a **Nossa Delegação** poderá crescer.

Só com o empenho de todos a **Nossa Ordem** será mais forte.

Por Faro, na Ordem um **NOVO IMPULSO**. ■

REGIÃO SUL Delegação Distrital da **PORTALEGRE**

Programa de Acção

Os Candidatos à Delegação Distrital de Portalegre são solidários com o lema e objectivos das candidaturas dos Colegas Fernando Silveira Ramos, candidato a Bastonário, e Tiago Mendonça, candidato a Presidente da Região Sul.

As nossas linhas programáticas são as seguintes:

- Continuar a reforçar e consolidar o papel da Delegação Distrital de Portalegre como instrumento de descentralização da Ordem dos Engenheiros, aproximando cada vez mais a Ordem aos seus membros;
- Melhorar os serviços prestados pela Delegação Distrital, reforçando o apoio aos seus membros;
- Promover a Engenharia no distrito e contribuir para a valorização e actualização das competências profissionais dos seus Engenheiros;
- Interagir com as diversas Câmaras Municipais e Or-

ganismos Públicos, Empresas e Entidades, no sentido de **promover a Engenharia** e valorizar as competências profissionais dos membros da Ordem;

- Proceder à sensibilização dos profissionais de Engenharia no sentido de **atrair novos membros** e apelar à participação dos actuais;

- Organizar e implementar acções, de forma a promover a aproximação dos seus membros, através de **jantares ou serões temáticos**, presença em **eventos regionais / locais**, encontros lúdicos, jornadas e visitas técnicas.

Só com o empenho de todos a **Nossa Delegação** poderá crescer.

Só com o empenho de todos a **Nossa Ordem** será mais forte.

Por Portalegre, na Ordem um **NOVO IMPULSO**. ■



DELEGADA
Ana Paula
de Sousa Tavares



DELEGADO ADJUNTO
Pedro Manuel Braz
da Costa Lopes



DELEGADO ADJUNTO
José Manuel
Rato Nunes

REGIÃO SUL Delegação Distrital de **SANTARÉM**

Programa de Acção

Os Candidatos à Delegação Distrital de Santarém são solidários com o lema e objectivos das candidaturas dos Colegas Fernando Silveira Ramos, candidato a Bastonário, e Tiago Mendonça, candidato a Presidente da Região Sul.

Santarém é um distrito rico em património arquitectónico, com uma **matriz agrícola moderna**, de acessibilidades relevantes, sendo um dos mais **importantes em termos de hidráulica nacional**. Num distrito com estas características, a Engenharia é fundamental, pelo que se impõe um Novo Impulso. São as seguintes as nossas linhas programáticas:

- Melhorar a comunicação com os Engenheiros do distrito de Santarém, dando conta quer das acções da delegação de Santarém, quer das acções regionais e nacionais;
- Promover o relacionamento das Empresas do distrito com os Engenheiros;
- Promover a proximidade da Delegação com Au-

tarquias e Instituições de referência no distrito;

- Adequar o serviço de atendimento da Delegação às necessidades dos Engenheiros do distrito;
- Promover visitas temáticas às realizações mais emblemáticas da região;
- Promover, em conjunto com a Região Sul, um **programa de formação** adequado à especificidade do distrito;
- Realizar encontros com os Engenheiros do distrito através de espaços de cultura e lazer.

Só com o empenho de todos a **Nossa Delegação** poderá crescer.

Só com o empenho de todos a **Nossa Ordem** será mais forte.

Por Santarém, na Ordem um **NOVO IMPULSO**. ■



DELEGADO
Alcindo Duarte
Cordeiro



DELEGADA ADJUNTA
Maria Manuel
Ribeiro Mendes



DELEGADO ADJUNTO
Francisco António
Maia Jerónimo

ESPECIAL ELEIÇÕES

LISTA RB ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES – REGIÃO SUL

CIVIL



Francisco Maria
Burguete de Sousa Soares



José Luís Faria
Cândia Martins



José Manuel
Caré Baptista Viegas



Álvaro da Silva
Fernandes



Baldomiro Faustino
da Rosa Xavier



Manuel João de Matos
Silva Alves Ribeiro



António Donas
Boto Vaz Pato



Manuel José
Grade Ribeiro

ELECTROTÉCNICA



João Fernando
Caetano Gonçalves



Luis Filipe
Veiga Firmino Brito



Nemésio João
Barbosa Alvarez Sanches



David José
Ferreira Lopes



Joaquim
Infante Barbosa

QUÍMICA E BIOLÓGICA



João Alexandre
de Miranda da Silva Reis



Júlio Pedro Gonçalves
Freire de Andrade



Ernesto José de Melo
Pestana de Vasconcelos



Luís António
Faria Rosado

AGRONÓMICA



José Carlos
Monteiro Galvão Teles

OUTRAS ESPECIALIDADES



Duarte Preença
de Almeida Toscano



Rui Francisco Correia
Henriques Dias Lopes



António Luís
Freixo Guedes Osório



João Manuel
Agria Torres



Dario de Sousa
Castro Reimão



Luís Rego
da Cunha de Eça

TRIÊNIO 2010-2013

LISTA A SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

www.matiasramos-candidaturaoe.com

ASSEMBLEIA REGIONAL



PRESIDENTE
Manuel António
Carvalho Cansado



SECRETÁRIO
Carlos Miguel
Ribeiro Ferreira Barbosa



SECRETÁRIO
António
Tavares Vieira

CONSELHO DIRECTIVO



PRESIDENTE
Paulo Alexandre
Luís Botelho Moniz



SECRETÁRIO
Victor Manuel
Patrício Corrêa Mendes



TESOUREIRO
Manuel Hintze
Almeida Gil Lobão



VOGAL
Manuel Rui
Cordeiro Viveiros



VOGAL
José António
Silva Brum

CONSELHO FISCAL



MEMBRO
Dionísio
Pereira Leite



MEMBRO
José António
Tavares Resendes



MEMBRO
Humberto Trindade
Borges de Melo

CONSELHO DISCIPLINAR



MEMBRO
Leonildo
Garcia Vargas



MEMBRO
Nuno José
Abrunhosa Mendes



MEMBRO
Maria da Graça
Reis Moniz Melo Moura

MANDATÁRIO

António da Câmara Homem de Noronha

LISTA
A

AÇORES

Programa de Acção Conselho Directivo da Secção Regional dos Açores

“A Engenharia ao Serviço do Desenvolvimento Sustentado dos Açores”

A presente candidatura aos Corpos Directivos da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros (SRAOE), para o triénio 2010-2013, insere-se na lógica da prossecução da consolidação do projecto encetado no mandato 2007/2010.

Em consonância com os grandes objectivos programáticos anteriormente apresentados, explicitam-se seguidamente diversas acções que irão dar continuidade a estas linhas de orientação estratégica e permitir fechar o ciclo iniciado em 2007:

1. Concluir a implementação física da sede própria da SRAOE e promover o arranque das actividades da Secção no espaço das novas instalações.
2. Realçar e evidenciar o papel da SRAOE, através da realização de acções de divulgação e promoção, junto dos membros, das principais instituições oficiais e da Sociedade Civil em geral.
3. Pugnar pelo uso adequado do título profissional de Engenheiro, no exercício das actividades privadas e públicas, a par de uma crescente observância da ética e do Código de Deontologia Profissional.
4. Encetar o diálogo com as outras Ordens, Associações Empresariais e Organismos de Ensino, em particular a Universidade dos Açores, com vista ao aprofundamento e discussão das matérias de interesse comum, visando posições concertadas e de maior força na defesa dos desafios comuns.
5. A melhoria da atractividade dos jovens para a profissão de Engenheiro e o estímulo para a participação mais activa dos jovens Engenheiros nas actividades da Ordem.
6. O reconhecimento da qualificação profissional com base nas competências académicas e profissionais para os Actos de Engenharia.
7. Organização de conferências e seminários, com a participação de oradores convidados e com temas actuais e relevantes para o exercício da profissão.
8. A melhoria do funcionamento interno da SRAOE, garantindo uma melhoria contínua na gestão corrente, com melhoria dos serviços prestados aos membros e à sociedade.
9. Realização de acções de formação, visando o reforço da qualificação profissional dos Engenheiros, como fundamento da valorização e dignificação da Engenharia nos Açores.
10. A contribuição da Engenharia para o debate e definição das opções e estratégias regionais para o desenvolvimento, para a qualidade de vida e para o equilíbrio ambiental dos Açores. ■

TRIÉNIO 2010-2013

LISTA A SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

www.matiasramos-candidaturaoe.com

ASSEMBLEIA REGIONAL



PRESIDENTE
Duarte Nuno
Fraga Gomes Ferreira



SECRETÁRIO
José Francisco
Fernandes Carreira



SECRETÁRIO
Pedro Brito
Amaro Jardim Fernandes

CONSELHO DIRECTIVO



PRESIDENTE
Armando Alberto
Betencourt Simões Ribeiro



SECRETÁRIO
Luís Miguel
Gouveia Correia



TESOUREIRO
Rui Jorge
Dias Velosa



VOGAL
Francisco Miguel
Pereira Ferreira



VOGAL
Elizabeth
de Olival Pereira

CONSELHO FISCAL



MEMBRO
Duarte Nuno
Jardim Nunes



MEMBRO
Paulo Brazão
Santos



MEMBRO
André Gaspar
de Freitas Nóbrega Fernandes

CONSELHO DISCIPLINAR



MEMBRO
Paulo Filipe
Freitas Rodrigues



MEMBRO
António Abílio
dos Reis Cardoso



MEMBRO
José Miguel Brazão
Andrade da Silva Branco

MANDATÁRIOS

Victor Cunha Gonçalves e António Sixto Barreiro Gomes

LISTA
A

MADEIRA

Programa de Acção

Conselho Directivo da Secção Regional da Madeira

O Estatuto da Ordem dos Engenheiros dispõe que na Região Autónoma da Madeira a actividade da Ordem se desenvolve através de uma Secção Regional, cujos órgãos são:

- Assembleia Regional;
- Conselho Directivo;
- Conselho Fiscal;
- Conselho Disciplinar.

Das competências que o Estatuto da Ordem atribui à Secção Regional destacam-se:

- Respeitar as grandes linhas de acção definidas pelos Órgãos Nacionais;
- Defender e dignificar a classe e a profissão;
- Valorizar profissional, cultural e socialmente os Engenheiros.

As principais acções que esta candidatura se propõe promover são as seguintes:

1. Desenvolver a solidariedade e a cooperação entre os Engenheiros.
2. Promover a realização de conferências e acções de formação, em

cooperação com entidades de reconhecido mérito, para reforçar a qualificação profissional dos Engenheiros.

3. Cooperar com as instituições técnico-científicas da Região e dialogar com as entidades públicas regionais no sentido de reforçar a contribuição da Engenharia no desenvolvimento regional.
4. Cooperar com os Órgãos Nacionais e das Regiões nas acções programadas para o triénio 2010-2013.
5. Diligenciar no sentido de efectivar a aquisição da Sede Regional com as condições adequadas às necessidades das actividades da Secção Regional da Madeira da Ordem dos Engenheiros.
6. Promover acções de divulgação das actividades da Engenharia junto da Sociedade Civil e participar na discussão dos problemas em que o contributo profissional dos Engenheiros possa ser considerado relevante, no sentido de prestigiar o exercício da profissão nas suas diversas componentes.
7. Estabelecer protocolos com empresas/entidades regionais que assegurem vantagens para os membros da Secção Regional. ■